

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO JORNALÍSTICA

Nathália Lima Kahwage

REUNIFICAÇÃO DAS COREIAS

O discurso sobre o que se espera

SÃO PAULO

2011

Nathália Lima Kahwage

REUNIFICAÇÃO DAS COREIAS

O discurso sobre o que se espera

Monografia apresentada à Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, como
requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Jornalismo Econômico.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Helena Pinto de Mello

SÃO PAULO

2011

Nathália Lima Kahwage

REUNIFICAÇÃO DAS COREIAS

O discurso sobre o que se espera

Monografia apresentada à Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, como
requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Jornalismo Econômico.

Aprovado em de dezembro de 2011

BANCA EXAMINADORA

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo examinar em que nível está o debate público sobre a temática reunificação das Coreias. Para tanto, foi realizada uma análise de conteúdo dos editoriais de três periódicos internacionais online: *The Economist* (Inglaterra), *Newsweek* (Estados Unidos) e *Korea Herald* (Coreia do Sul). O foco desta análise é identificar as principais consequências apresentadas pela imprensa no âmbito político-ideológico para o país que liderasse a reunificação. Com base nisso, propôs-se um contraponto entre o discurso da mídia com o debate no meio acadêmico – visões sobre a problemática coreana, muitas vezes, destoantes. O referencial teórico, em âmbito nacional, envolve os conhecimentos de estudiosos como Paulo Neves Aquino (2000) e Henrique Altermani de Oliveira (2005) sobre eventuais implicações da reunificação para os agentes envolvidos. No cenário internacional, destaque para o trabalho de Eui-Gak Hwang (2009) do International Centre for the Study of East Asian Development, abordando a política econômica entre as duas Coreias. É possível citar também a importância de Niall Ferguson (2007) no que se refere ao contexto econômico e de relações internacionais. Devido ao fato de ter sido identificada uma tendência para que a Coreia do Sul liderasse o processo e absorvesse o Norte, foi necessária abordagem diferenciada dos desdobramentos econômicos para o país. Neste caso, a teoria de Vasconcellos & Garcia (2010) e de Paulo Sandroni (2008) foram fundamentais para o entendimento do contexto econômico da Coreia do Sul na atualidade. Sobre a Coreia do Norte, a compreensão do cenário econômico desenhado por Byong Kim (1991).

Palavras-chave: Debate. Reunificação. Coreia. Mídia

ABSTRACT

This study aimed to investigate to what extent is the public debate on the issue of Korean reunification. For this purpose, we performed a content analysis of editorials in three international online journals: The Economist (England), Newsweek (U.S.) and Korea Herald (South Korea). The focus of this analysis is to identify the main consequences presented by the press in both political and ideological spheres to the country to lead the reunification. On this basis, it's proposed a counterpoint between the media discourse and the debate in academia – frequently, they have different perspectives on the Korean. The theoretical framework at the national level, involves the expertise of scholars such as Paulo Neves Aquino (2000) and Alterman Henrique de Oliveira (2005) on possible implications of unification for the agents involved in the case. On the international scene, it's presented especially the work of Hwang Eui-Gak (2009), from the International Centre for the Study of East Asian Development, addressing the economic policy between the two Koreas. We can also cite the importance of Niall Ferguson (2007) in economic affairs and in foreign relations. Due to the fact that was observed a tendency for South Korea to lead the process and absorb the North, it was necessary differentiated approach to the economic developments for the country. In this case, the theory of Vasconcellos & Garcia (2010) and Paul Sandroni (2008) were critical to the bores of the economic context of South Korea today. On North Korea, the understanding of the economic scenario was designed by Byong Kim (1991).

Keywords: Debate. Reunification. Korea. Media

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	A TERRA DA MANHÃ CALMA.....	20
3	REINO HEREMITA	24
4	RELAÇÕES MUTUALÍSTICAS	28
5	GOSTO DE <i>KIMCHI</i> : ECONOMIAS DAS COREIAS.....	36
6	A ÓTICA DA MÍDIA	48
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
8	REFERÊNCIAS	90

1 INTRODUÇÃO

A manchete da notícia era enfática: “Gates diz que míssil norte-coreano será ameaça dentro de 5 anos”¹. A frase é de deixar qualquer um o mínimo confuso. Afinal, para o secretário de defesa dos Estados Unidos declarar isto, é porque a situação é grave. Porém, logo se vem à mente que a Coreia do Norte existe como país há mais de 60 anos e que, não por acaso, durante toda sua história, o país já deu vários “motivos ameaçadores” aos EUA para se mostrar presente. Então, por que serão necessários mais 5 anos para que se torne uma ameaça em potencial? Soa contraditório.

A mensagem do secretário norte-americano assemelha-se a mais uma entre tantas que já foram ditas (e reeditadas) ao longo da existência do regime norte-coreano. Diversos fatos históricos aconteceram desde a criação das duas Coreias, a partir da divisão da península, em 1948. Isto porque a região vive em constante estado de alerta. A guerra entre os dois vizinhos nunca chegou, oficialmente, ao fim. Notícias, comentários e informações não faltam para expor as adversidades entre Norte e Sul como sendo uma antiga história de “amor e ódio” na qual, de maneira geral, a Coreia do Norte leva o fardo de figurar como “vizinha problemática”.

O primeiro grande desentendimento entre os dois países da península foi em 1950, com a Guerra da Coreia. De lá pra cá, segundo a ótica norte-americana, não teriam faltado motivos para considerar a Coreia do Norte uma ameaça - já que para tanto, a justificativa de Washington é o poderio militar/nuclear nas mãos de um país não-democrático. Façamos, então, um breve relato cronológico da corrida nuclear norte-coreana que poderá ilustrar este cenário de alerta ao longo dos últimos 60 anos.

O início das pesquisas nucleares ocorreram em 1960, em Yongbyon. Na década de 70, chineses ajudaram a formar cientistas norte-coreanos. Nesse meio tempo, também foi construído o segundo reator nuclear com capacidade para produzir armas. No final da década de 80, a Coreia do Norte começou a tratar combustível radioativo e extrair uma quantidade considerável de plutônio suficiente para construir duas bombas nucleares.

Só em 1993, os Estados Unidos iniciaram um contato diplomático com Pyongyang, e realizaram o primeiro encontro oficial em Nova Iorque para discutir o programa nuclear norte-coreano. Na ocasião, o compromisso era de não usar a força e manter o respeito à soberania mútua. Um ano depois, em um novo encontro em Nova Iorque, a Coreia do Norte

¹ UOL Notícias, 2011. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2011/01/11/gates-diz-que-missil-norte-coreano-sera-ameaca-dentro-de-5-anos.jhtm>. Acesso em 15 fev..2011.

se comprometeu a congelar o programa nuclear por dez anos em troca da construção de reatores de água ligeira.

Porém, no início dos anos 2000, os ânimos norte-americanos estavam agitados e a paranóia quanto a ataques terroristas se elevou como nunca antes - evidentemente, após o 11 de setembro. Foi quando o então presidente George W. Bush incluiu a Coreia do Norte no “eixo do mal”, e exigiu que os países inclusos em tal lista abandonassem seus programas nucleares.

Desde então, foi um vai-e-vem diplomático entre EUA, Coreia do Sul, Japão, China e Rússia para tentar resolver o impasse nuclear. O Conselho de Segurança da ONU chegou a aprovar resoluções impondo sanções à Coreia do Norte por conta de tais testes nucleares. Foram elas: embargo de armas ao regime, proibição da importação de artigos de luxo e o bloqueio de contas no exterior de autoridades do governo norte-coreano.

Em 2009, a Coreia do Norte voltou a chamar a atenção depois de lançar foguete de longo alcance, levando ao espaço um satélite de comunicações. Dias depois, o Conselho de Segurança da ONU condenou o ato, o caracterizando de “desobediência”. Assim, foi solicitado o endurecimento das já existentes sanções. No mês posterior, a Coreia do Norte confirma o segundo teste nuclear subterrâneo cuja explosão teria sido mais forte do que o realizado no ano de 2006. Pouco depois, o Conselho de Segurança da ONU aprovou por unanimidade a ampliação das sanções e o embargo comercial e de armas aos norte-coreanos. Mas isto não foi suficiente para que em setembro do mesmo ano, Pyongyang chegasse à etapa final de enriquecimento de urânio e declarasse estar produzindo mais armas nucleares.

Outros episódios foram marcantes e alimentaram a atmosfera de tensão. Quem não recorda do incidente em maio de 2010 quando o navio Cheonan da Coreia do Sul foi afundado matando 46 marinheiros? Mais um acontecimento marcante para este processo histórico formado por polêmicas: os sul-coreanos apontaram a autoria do ataque como sendo dos vizinhos do norte – o que foi negado por estes.

Outro episódio de grande repercussão aconteceu no dia 23 de novembro de 2010. Foi o ataque à ilha de Yeonpyeong – área de disputa entre os dois países a cerca de 3km ao sul da fronteira entre os dois países. Este foi o episódio mais recente de atritos entre as Coreias. Segundo especialistas consultados pela Agência Estado², este ataque teria sido o enfrentamento mais grave entre os dois países desde a Guerra da Coreia, nos anos 50. Fator

² DISPAROS..., Agência Estado, 2010. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,disparos-norte-coreanos-atingem-ilha-da-coreia-do-sul,644074,0.htm>. Acesso em 15.dez..2011.

mais do que suficiente para que, durante um mês depois do acontecimento, houvesse troca de ameaças, especulações sobre um confronto iminente, protestos e centenas de notícias nos jornais sobre qualquer passo tomado pelas Coreias.

No dia seguinte aos ataques, o presidente Barack Obama entrou em cena e reforçou a já conhecida ideia de que a Coreia do Norte é uma “ameaça séria” e “contínua”.³ Além disso, reiterou a defesa de seu aliado, a Coreia do Sul. Aliás, chegaram a enviar porta-aviões para Seul, e porta-vozes do governo classificaram a situação como “barril de pólvora”.⁴

Desta forma, no breve relato cronológico dessa corrida armamentista da Coreia do Norte já é possível perceber o quanto o país esteve em pauta no cenário internacional; o quanto rendeu manchetes de jornais e declarações oficiais. Mesmo com as investidas contrárias de potências como os EUA, Kim Jong Il manteve seu programa nuclear, fez testes de mísseis, desobedeceu acordos quando achou necessário, voltou atrás com sua palavra, entre outras atitudes que não seguiram conforme o esperado pelas potências envolvidas. Tantas vezes (talvez no fervor do momento) foi considerada ameaça grave e depois foi colocada de lado para ser assunto tratado depois.

Logo, reitera-se: como não indagar a declaração de Gates, secretário de defesa dos Estados Unidos, sobre a possível ameaça norte-coreana nos próximos cinco anos? É perceptível nos fatos que, apesar de os Estados Unidos reforçarem a imagem de inimigo internacional da Coreia do Norte, o país não tomou nenhuma ação efetiva que pudesse “deter” Pyongyang. Por quê? Quais os obstáculos no caminho dos EUA? Será a Coreia do Norte mesmo uma ameaça? Contra quem exatamente? Por que é necessário “detê-la”?

Questiona-se ainda: estaria sendo a Coreia do Norte dura demais e uma ameaça em potencial? Fato que poderia estar deixando os EUA de mãos atadas? Estariam os EUA negligenciando uma questão de segurança, de preocupação internacional para cuidar dos próprios interesses em outras regiões mais rentáveis? Ou ainda, a questão norte-coreana se tornou um círculo vicioso no qual Washington exagera na divulgação de perigo sobre Pyongyang para manter a influência sobre a Coreia do Sul? E Kim Jong Il se aproveita da situação para sair do isolamento e chantageia para conseguir investimentos estrangeiros? Ou o líder norte-coreano não está fazendo nada mais do que defender o interesse do país tal como a linha das potências envolvidas?

³ Agência Estado, 2010. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,obama-diz-que-coreia-do-norte-e-ameaca-seria-e-continua,644313,0.htm>. Acesso em 15 jan.2011.

⁴ BBC Brasil, 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/mat/2010/12/18/tensao-entre-coreias-barril-de-polvora-diz-enviado-dos-eua-923321421.asp>. Acesso em 15 jan.2011.

De maneira geral, todos estes questionamentos são levantados quando tratamos das relações inter-coreanas e, obviamente, da reunificação da península. A Coreia do Norte tem sido identificada, na mídia em geral, como o principal “empecilho” para que a península se reunifique. Mas será mesmo ela o único? Quem é este país que instiga, provoca, mas que parece não conseguir ter a atenção suficiente da comunidade internacional para ser considerado uma “ameaça” além das palavras? E quem é a sua “irmã”, Coreia do Sul, aparentemente, de “boa índole” e como referência de crescimento econômico e modernidade? Quem é vilão? Quem é vítima? (Se é que é possível fazer tais definições...) E o primordial, por que não se unem?

A reunificação é um processo que levanta de dúvidas e cria especulações sobre um evento ainda pouco abordado. Entre tantos “por quês”, há a difícil resposta as perguntas básicas “quando?” e “como?” será esta unificação. É válido levar em consideração que, ao longo dos anos, o desejo de reunificação diminuiu – pelo menos na Coreia do Sul. Hoje, os jovens sul-coreanos, em sua maioria, discordam sobre a possível junção dos dois países novamente. É o que apontou uma pesquisa conduzida pelo site DAUM⁵ e citada no artigo “*The Three Economic Benefits of Reunification with North Korea*” (2009), do sul-coreano So Eun Min Sung. No estudo, 69,1% dos internautas se mostraram contrários à reunificação. Uma recusa que, talvez, se dê pelo medo do incerto e das consequências econômicas para a Coreia do Sul com tal processo. Afinal, alguém deverá pagar a conta...

Particularmente, é possível apostar em uma reunificação iminente. Alguns fatos podem indicar isso. O primeiro deles é sobre a saúde do líder Kim Jong Il. Mesmo com o recorde de aparições pública (159 no total) em 2010⁶, as especulações recentes são de que ele não goza de boa saúde. Por isso, faltou em alguns compromissos como, por exemplo, uma reunião do Partido dos Trabalhadores, em setembro de 2010⁷. Foi também neste ano que, o “Querido Líder” fez duas visitas à China, na companhia do filho mais novo, Kim Jong Un, provavelmente, segundo especialistas consultados pelo site Euronews⁸, para apresentar o novo sucessor.

Outro indicador de um futuro incerto sobre a Coreia do Norte é que, durante a conferência histórica do Partido Trabalhador, em setembro de 2010, Kim Jong Il nomeou este

⁵ www.daum.net

⁶ VEJA, 2011. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/kim-jong-il-bate-recorde-de-aparicoes-publicas-em-2010>. Acessado no dia 02 de abril de 2011.

⁷ Guia-me, 2010. Disponível em: <http://www.guiame.com.br/v4/61196-1453-Reuni-o-do-partido-comunista-adiada-por-sa-de-de-Kim-Jong-il.html>. Acessado no dia 02 de abril de 2011.

⁸ Euronews, 2010. Disponível em: <http://pt.euronews.net/2010/08/26/segunda-visita-de-kim-jong-il-a-china-este-ano/>. Acessado no dia 02 de abril de 2011.

filho mais novo, de cerca de 28 anos, à general de quatro estrelas - mesmo o jovem não possuindo experiência na militar em campo. O afastamento de Kim Jong Il do poder e a ascensão de um jovem com pouca experiência militar e política levanta dúvidas sobre o futuro do país e claro, sobre o regime socialista.

Outras questões também se agregam a uma iminente reunificação. Não apenas a saúde de Kim Jong Il anda fragilizada, o próprio regime (baseado na autossuficiência) está praticamente falido. Desde o fim da URSS, a economia da Coreia do Norte vem perdendo força. Não se sabe a quanto chega a dívida do país por motivos de sigilo e proteção do próprio governo norte-coreano. Porém, o que se sabe é que, a partir da década de 90, o país vem tentando driblar de várias formas, o problema da deficiência em fontes de energia para a indústria, a qual funciona com pequena fração da capacidade. O Departamento de Estado Norte-Americano estima que a renda per capita na Coreia do Norte caiu um terço entre 1990 e 2002.

Neste ínterim, obviamente, soma-se a este cenário desastroso sobre Pyongyang, a dificuldade de um país comunista em se sustentar economicamente frente a um sistema monetário internacional predominantemente capitalista. Sistema este que já mostrou não apoiar o regime dos Kim na Coreia do Norte. Isto é perceptível através das diversas sanções econômicas que a Coreia do Norte sofre desde a década de 50. Características que se mostram também decisivas para a “falência” do sistema norte-coreano – e por que não de qualquer outro país que fosse contra a ordem vigente? Portanto, o perigo a respeito deste contexto econômico é, na verdade, a quebra do país, e as consequências incalculáveis.

É claro que existem questões mais profundas e complexas sobre o que poderia ser um indício para o despertar de uma reunificação. No entanto, são pontos que vão além das abordagens deste trabalho. Ainda assim, as hipóteses levantadas aqui levam a uma pergunta primordial: Então, o que falta? Mesmo com sinais da possibilidade de reunião entre os dois países, parece que a temática volta para a inércia.

Don Oberdorfer (2001, P.7), autor de *“The Two Koreas: a contemporary history”*, descreve muito bem esta situação dicotômica da península. Ele acredita que a Coreia é um país “do tamanho errado, no lugar errado”. Ora porque está bem localizado o suficiente para ter valor substancial frente aos seus vizinhos, mas não vale tanto a pena lutar por ele, pois é muito pequeno para merecer atenção prioritária das potências, a não ser em algumas ocasiões. Oberdorfer ainda é dramático ao dizer que o destino da península é ser um “afterthought”, ou seja, muito mais uma segunda opção do que um objeto de análise a se levar em consideração pela comunidade internacional.

Se o país é de primeira importância ou não na pauta internacional, é difícil definir no momento. Porém, é correto dizer que durante muito tempo, europeus e norte-americanos negligenciaram esta região, seja na II Guerra Mundial, em Pearl Harbor, na guerra civil chinesa, na Guerra da Coreia, etc. Contudo, cada vez que as tensões se tornam mais duras naquela área, fica mais clara a relevância do tema para o mundo. Até porque a guerra coreana permanece inacabada e as hostilidades são frequentes entre ambos os lados da zona desmilitarizada – a área de fronteira mais perigosa e altamente fortificada no planeta.

Assim como a Europa, o leste da Ásia tem um histórico de alianças entre países vizinhos e conflitos amargos – dos quais a Coreia faz parte. A região da Ásia-Pacífico envolve a tensão de cinco Estados que compõem o centro do poder mundial: EUA, Japão, União Europeia, Rússia e China. Os interesses de todos se interseccionam para lá. A Coreia, localizada nesta região, é o único país no mundo que volta todos esses olhares ao mesmo tempo para si.

Além disso, a partir do século XX, mais especificamente desde a Guerra Fria, a Ásia vem despontando no cenário internacional, seja através da forte economia chinesa, da japonesa e da dos Tigres. Uma região que engloba algumas das nações de maior dinamismo econômico da atualidade. Competidores ambiciosos que vem desempenhando importante papel como atores políticos e ganham mais respeito internacional.

Por conseguinte, é importante levar em consideração o grau de abrangência que tem o assunto. Os acontecimentos recentes tornaram o debate sobre a reunificação mais propício. O processo traria sim mudanças cujos reflexos seriam imediatos e sentidos regionalmente e internacionalmente. Existem duas das principais hipóteses dessas consequências.

Primeiramente, se a Coreia do Norte for absorvida pela Coreia do Sul, como muito se acredita, haverá grandes desafios econômicos para reerguer o “lado pobre” sem que isso traga graves consequências para o “lado rico”. Isto porque é difícil estimar os custos da reunificação e os impactos no mercado financeiro e na dívida pública da Coreia do Sul. Com preços, salários e produção definidos pelo Governo, a passagem a uma economia de mercado redefinirá a alocação de recursos e pode, em um primeiro momento causar um grande desemprego entre trabalhadores da Coreia do Norte, supostamente menos qualificados, a exemplo do ocorrido durante a unificação das Alemanhas. São anos de defasagem tecnológica a ser recuperados e de investimentos necessários na criação de canais de distribuição e infraestrutura produtiva. Um processo de reunificação brusco também afugentaria investidores e poderia influenciar na credibilidade do país frente a investidores estrangeiros.

A segunda hipótese é que, haverá um novo papel político da Coreia no cenário internacional tanto no que se refere às relações com a China e com os Estados Unidos quanto na sua importância estratégica na região: um provável fortalecimento da Coreia que passará a ter mais voz frente as outras potências e aumentar sua competitividade no cenário internacional frente ao Japão e a China.

Desta forma, este trabalho se propõe a analisar quais seriam os principais impactos políticos e econômicos da reunificação da Coreia do Sul e da Coreia do Norte. Para tanto, será levado em consideração a ótica da mídia internacional. Diante de uma questão de importância mundial como é a Coreia, é necessário saber em que nível está o debate público sobre a reunificação. Ou seja, de que forma é apresentado hoje e como o público a percebe. Ninguém com melhor papel de informar a opinião pública do que os meios de comunicação. As reportagens examinadas serão um meio de se identificar o que se espera sobre as principais consequências no âmbito político-ideológico e no cenário econômico para o país que liderasse a reunificação, seja Coreia do Norte ou Coreia do Sul.

Logo, propõe-se uma análise do discurso veiculado por três das principais mídias internacionais online que será, de certa forma, comparado aos estudos realizados no âmbito acadêmico sobre a problemática coreana.

Aproveita-se para ressaltar, neste momento, a natureza ensaística deste projeto muito mais investigativo, com tom de saber particular; resultado de reflexões pessoais aportadas em bibliografia estudada. Um trabalho que tem também como objetivo suprir uma carência acadêmica nacional no debate sobre a península da Coreia.

2 A TERRA DA MANHÃ CALMA

Junho de 2002. Impossível a cena não chamar a atenção: milhares de sul-coreanos lotavam a praça em frente à prefeitura da capital de Seul e gritavam “República da Coreia!” e “Nós somos um!”. Do outro lado da fronteira, na Coreia do Norte, um sentimento tão ufanista quanto também pode ser percebido nos milhares de cidadãos que lotaram as praças públicas para ver os vários desfiles e celebrações nacionais. As apresentações culturais milimetricamente sincronizadas e a firmeza dos movimentos dos militares nas paradas encheram os olhos dos espectadores e revelaram a disciplina e a organização do povo ao homenagear seu país.

Mesmo separadas, é clara a noção de unidade étnica nacional em ambas as Coreias. Não se trata apenas de futebol e desfiles nacionais e sim da mensagem nacionalista: orgulho, identidade e confiança. Sentimentos que desvendam duas Coreias que compartilham um único registro histórico cultural.

A Coreia possui uma população o mais próximo do que poderia se dizer “homogênea” - já que se leva aqui em consideração o conceito de Eric Hobsbawn (1990, p.81), em *“Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, Mito e Realidade”* de que não há um povo ‘puro’. O território é habitado há milhares de anos e, ao longo desse tempo, a população sofreu uma mistura complexa de etnias que por lá passaram - como japoneses, mangus, chineses, mongóis e até caucasianos (OLIVEIRA, 1997). O que não desmente o fato de o país ter desenvolvido uma cultura única ao longo de séculos de existência.

O país tem uma vasta história que remonta a eras antigas: explorações arqueológicas apontam indícios de que a península já era habitada há pelo menos 20 mil anos – alguns historiadores sugerem habitantes antes mesmo disso. Durante este período, a sobrevivência era baseada na caça de animais e coleta de plantas. Muitos viviam em pequenas vilas e faziam cerâmica.

No século IV a.C, já havia ancestrais do estado coreano, um reino tribal chamado *Choson*, surgido ao nordeste da península. Passou a ser feito o cultivo de milho e de outros tipos de grãos como soja (um dos primeiros intercâmbios com a civilização vizinha, a China). Em 2700 a.C, o arroz passou a aparecer em algumas partes ao sudoeste da Coreia. Em 2333 a.C. Dan-Gun (considerado o pai da civilização coreana) fundou o primeiro reino da Coreia. Por volta de 1500 a.C, as primeiras técnicas de manuseamento do bronze foram importadas da China, seguidas das de aço, 1000 anos depois. A agricultura mais desenvolvida e as

ferramentas de metal produziram mais comida, e as populações agrícolas cresceram rapidamente.

Aproximadamente no ano de 400 a.C fazendeiros coreanos cruzaram o Mar do Japão em direção aquele país. Este era o início das vilas camponesas na região - grande parte da população japonesa é descendente desses imigrantes. Um detalhe é que os japoneses e os coreanos são primos muito próximos.

Depois da queda do antigo período de *Choson* em 108 a.c, e do estabelecimento do controle militar chinês ao norte, o período dos *Três Reinos* começou: *Silla*, *Koguryo* e *Paekche*.

Já no ano 300 d.C, os coreanos passaram a descartar as regras chinesas e desenvolveram três reinos separados: *Sunjo*, *Honjong* e *Cholchong*. Já entre 668 e 935 d.C, durante o reinado de *Silla* (região onde está localizada hoje a Coreia do Sul), muitos reinos prósperos surgiram. Durante este período, foi estabelecido o Budismo como religião oficial, mas ideias do Confucionismo também entraram na Coreia. Em 618, com a ajuda da China, o Rei de *Silla* unificou os outros dois reinos. Uma peculiaridade é que até o fim da monarquia coreana (no século XXI), houve por parte do monarca coreano, um laço de vassalagem para com o chefe do mundo chinês – do qual a própria Coreia se sentia parte. Porém, a relação se limitava a isto visto que, os coreanos tinham total autonomia dos negócios da península.

Deste período em diante, por quase 1.300 anos até a metade do século XX, a Coreia desenvolveu um país unificado e sob uma única administração, com língua distinta e fortes tradições. Todavia, o declínio de *Silla* veio no século IX. Taejo Wang Kon, responsável pelo início da dinastia *Goryeo* (918-1392), também ajudou a reunificar os *Três Reinos*. A partir de 1231, uma série de invasões mongóis devastaram o país durante os séculos XIII e XIV. O general Yi Song-gye acabou conquistando *Goryeo* e instituiu a nova dinastia *Choson* em 1392.

Apesar das invasões japonesas e manchus nos séculos XVI e XVII, respectivamente, *Choson* perdurou por mais 500 anos até 1910, quando o Japão colonizou a península por três décadas e meia – fato que conheceremos mais profundamente a seguir.

Cultura

Difícil não chamar a atenção: um terreno de paisagem intrigante que pode ser ao mesmo tempo bonito e também acidentado em suas planícies. Montanhas pontudas sobressalentes por cima do mar são entrecortadas por exuberantes rios e vasta grama verde. Assim é a “Suíça da Ásia” - apelido dado à Coreia, uma das civilizações mais antigas da Ásia.

Menos familiar para os ocidentais do que os vizinhos China e Japão é verdade. Porém, dona de uma paisagem deslumbrante, forte cultura e história turbulenta.

O estilo coreano é único. A honestidade, a simplicidade e o respeito à natureza são traços marcantes dessa cultura. A proprietária de uma paisagem tão bela não mediu esforços para retratá-la com tamanha frequência em cerâmicas e pinturas. As imagens estão presentes em murais de tumbas durante o reino *Goguryeo* (37 a.c – 668 d.c), e tiveram ascensão durante a nova dinastia *Choson* (1392 – 1910) (LEE, 2000). Não à toa a *Paektu-son*, mais conhecida como a “Montanha da cabeça branca” é o símbolo nacional reconhecido por todos os coreanos. Sem mencionar que, as melhores águas para se pescar no mundo rodeiam a península. Sendo assim, a culinária é fortemente baseada em frutos do mar.

As montanhas, rios, costas, mares e as quatro estações tem papel importante na cultura, na formação das ideias básicas e nos relacionamentos entre os habitantes da região desde antigamente. Tradicionalmente, o amor pela terra é uma emoção tão forte que acabou se refletindo nas crenças, filosofia, religião. O coreano, poucas vezes, desenvolveu interesse em se criar no exterior; buscou sempre desenvolver-se dentro dos limites das fronteiras e nunca invadiu os países vizinhos (CULTURE...,online). Há um costume coreano de ser sempre cortez com o outro, nunca interferir no caminho do próximo. Característica que lhe rendeu fama no mundo ocidental como a “terra das boas maneiras”. Um traço cultural nobre, mas que também se tornou um fardo para o país.

A adulação excessiva do próprio território e a cortesia natural dos coreanos foi um convite para agressões externas e o subjulgamento do povo e cultura. O posicionamento isolacionista acarretou um saldo de cerca de 9000 invasões em 2000 anos de história (PRATT, 2006, p.III). Amaury Porto Oliveira (2002, p.137), em “*A política coreana na Ásia: aspectos políticos e militares*” acredita que a “península coreana é o fulcro estratégico do Nordeste Asiático”. Não por acaso, três conflitos internacionais de monta ocorreram nos últimos cem anos, buscando dominá-la: a guerra sino-japonesa de 1894-95; a guerra russo-japonesa de 1904-05; e a Guerra da Coreia de 1950-53. Assim, pode-se dizer que não só em quantidade, mas também em importância de acontecimento, a Coreia foi palco de invasões e conflitos externos.

Pode parecer exagero, mas é real. Os significados do sangue (ancestralidade) e, principalmente, da terra são vitais na Coreia. Keith Pratt (2006, p.15) na obra “*Everlasting Flower: a History of Korea*” confirma este valor ao afirmar que: “a chave para entender a Coreia moderna está em entender o que a terra representou para seu povo no passado”. Logo, entende-se ser um povo de tamanho orgulho nacional que foi alvo de invasões e desrespeito

ao longo de sua história. A importância estratégica, cultural e econômica do país não garantiram o mérito internacional de sua existência soberana. A “Terra da manhã calma” (título adquirido durante a dinastia *Choson*) parece nunca ter vivenciado o sentido verdadeiro de tal denominação – pelo menos ao que se refere ao contexto político-internacional. Talvez porque “tempestades” vizinhas nunca permitiram.

3 REINO HEREMITA

“Camarão no meio de baleias”

É assim que os próprios coreanos referem-se a si mesmos diante da posição praticamente impotente quanto a disputa ferrenha dos gigantes vizinhos sobre a península. Geograficamente, a região sofre os incômodos e embaraços de sua localização estratégica. Fica localizada na Ásia Oriental, se estende até o Oceano Pacífico e é cercada pelo Mar Amarelo a oeste, o Mar da China Oriental ao sul e o mar do Japão ao leste. As fronteiras ao norte são com China e Rússia. É do tamanho dos estados de Nova Iorque e da Pensilvânia juntos. Mesmo assim não ficou despercebida.

Por mais independente e “neutra” que tentasse se manter, a história da Coreia é envolta por um cenário de cobiça advindo do imperialismo de seus vizinhos mais fortes. Foi durante o citado reinado *Sejong* (1419-1459) que o brilho de grandes realizações tecnológicas e culturais da Coreia foi ofuscado por invasões arrasadoras de manchus e japoneses. Os invasores foram afugentados, porém deixaram marcas profundas na península que passou a se fechar para si mesma. Não à toa ganhou, no cenário internacional, nome de “nação eremita” devido à política isolacionista e a pouca agressividade nas relações internacionais. Isto trouxe muitos problemas aos coreanos.

Diante deste cabo de guerra, Li Hung-chang, considerado um dos maiores estadistas chineses da segunda metade do século XIX, tentou estabelecer tratados entre a Coreia e as potências que a pressionavam (a China era o único poder externo respeitado pela Coreia). No entanto, o projeto falhou e a influência chinesa foi se enfraquecendo de tal forma que, nos anos 90, a península coreana se resumiu a um território de disputa entre Japão e Rússia. O conflito culminou, em 1905, na guerra nipo-russa quando os russos foram derrotados e tiveram de reconhecer a “supremacia” japonesa sobre aquele território.

Mas os japoneses tinham mais interesses. O preço pago pelos coreanos por causa da posição “neutra” que manteve ao longo das relações internacionais, acabou sendo alto demais. O tratado de paz Taft-Katsura, assinado em 1905, formalizou a vitória nipônica. O então presidente americano Theodore Roosevelt foi o conciliador do tratado. O documento nada mais era do que uma troca: os EUA reconheciam a ascendência do Japão sobre a Coreia, e os japoneses não questionariam a transformação das Filipinas em colônia americana. No dia 29 de agosto de 1910, a dinastia *Choson* chega ao fim depois de cinco séculos de influência, com o Japão fazendo da Coreia colônia – sem que esta, claro, pudesse reagir.

Foram 35 anos de colonização japonesa sobre a Coreia. Um período de impotência e humilhação que gerou lembranças amargas para o país. O mais marcante da atuação dos colonizadores foram as regras impostas frente a um povo de cultura milenar: houve uma intensa substituição da elite, da educação moderna pelo Confucionismo, de capital, de talento, de língua, etc. No início da década de 40, cerca de 700 mil japoneses viviam na Coreia, a maioria trabalhando a serviço do governo (Library of Congress, 1993). Diante de tal cenário, os coreanos viram as regras japonesas como ilegítimas e humilhantes, e como sendo uma forma de acabar com o antigo regime, a soberania, a independência e a dignidade. Por pouco, não perderam a identidade nacional.

As condições culturais e a história são fatores decisivos para que haja hoje a existência de duas e não uma Coreia. A passividade coreana nas políticas externas (resultado de uma cultura solidificada nas “boas maneiras” e na vida em harmonia) se somou à agressividade de potências imperialistas na região. A combinação de tais fatores deu margem para que houvesse a desestruturação do país. Não tardou para que os interesses particulares das potências se sobrepusessem aos interesses e valores culturais da península - que foi cortada ao meio.

Paralelo 38: a divisão de um povo

O destino da península coreana continuaria sendo traçado sem qualquer participação dos próprios coreanos - para desgosto nacional. Em 1945, o Japão permaneceu impotente diante da vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial. Roosevelt, preocupado com a disposição dos territórios coloniais inimigos e a busca destes por independência, vai contra a política de não-envolvimento na Coreia e propõe uma política de governo e independência para o território. Em 1947, as duas conferências mais importantes, de Yalta e Potsdam, definiram a divisão da Coreia pelo paralelo 38 em duas zonas: da URSS e dos EUA.

Assim, foram criados dois governos. No entanto, apenas o do Sul teve reconhecimento da ONU: a República Popular Democrática da Coreia (ao Norte, com o sistema comunista) e a República da Coreia (ao Sul, com o sistema capitalista). A justificativa usada pelos americanos para a divisão, segundo explica Keith Pratt (2006, p.246), em *“Everlasting Flower: a history of Korea”*, é que ex-colônias não estariam prontas para assumir a independência total imediatamente após a liberdade e, para tanto, precisariam de um indeterminado período de tutela. Ou seja, a Coreia não teve direito à participação nas decisões e pouco pode fazer a respeito do apetite imperialista voraz das potências.

“Paz impossível, guerra improvável”

O lema da Guerra Fria resume claramente o clima internacional pós Segunda Guerra. O conflito ideológico, político e econômico entre as potências americana e soviética estava posto. Porém, um confronto direto não era interessante para nenhuma. Por isso, era primordial criar aliados e ocupar áreas de influência – o que era muito mais barato e eficiente. Como citado acima, os EUA tinham sua justificativa pronta para o paralelo 38. Porém, a explicação que melhor se encaixaria é que, na verdade, Washington tinha receio de ver a concorrente URSS ocupando totalmente a península. Ora, é melhor ter meia influência do que nenhuma.

Portanto, a divisão da Coreia veio calcada no teor arbitrário daqueles que, a qualquer custo, precisavam se impor e fazer cumprir exigências para transparecer maior poder. Assim, no norte da península, a União Soviética teve apoio do Partido Comunista Coreano. Ao sul, os EUA contavam com a ajuda de burocracia colonial e da força policial. Nessa atmosfera de tensão, o som do início da Guerra Fria, para os coreanos, chegou como o som das botas dos militares marchando pelas ruas. A partir daquele momento, passava a ser soviéticos versus americanos.

Do lado da URSS, havia o sistema socialista de economia planificada. Neste modelo econômico, o Estado controla desde as metas de produção até quanto do Produto Interno Bruto (PIB) vai ser investido. As empresas têm como objetivo principal não o lucro e sim o progresso do país. Além disso, há a obrigação de garantir a todos emprego, saúde e educação. Em uma economia planificada, os preços (ditados pelo governo, claro) são secundários e o mais importante, na verdade, é a quantidade produzida.

Do lado americano, o sistema era o capitalista – ainda vigente hoje, mas que adquiriu nomenclatura mais moderna, o neoliberalismo. O capitalismo consiste no uso dos meios de produção com objetivo de lucro (que é distribuído para os proprietários de empresas). Nele, tanto a distribuição quanto os meios produtivos são de propriedade privada. Diferentemente do socialismo, os preços não são definidos pelo governo, muito menos outras decisões sobre demanda, oferta, distribuição e investimentos. O lucro obtido com a produção se reflete em mais investimento e no pagamento de salários aos trabalhadores.

Só que as novas regras soviéticas e americanas não agradaram. E de cada um dos lados surgiram movimentos de resistência. Do lado norte, Kim Il Sung despontou novamente como líder comunista, após a adquirida experiência a frente das guerrilhas anti-japonesas na Manchúria, durante a colonização japonesa. Ao sul, Yo Un-hyong é que aparece advindo do Comitê para Preparação da Independência da Coreia. Un-hyong tenta a instauração de um

governo popular, mas é reprimido. Então, Syngman Rhee, braço direito do comandante das forças de ocupação traça uma batalha pela independência da Coreia do Sul.

Os esforços pareciam estar sendo em vão quando, em 1947, Un-hyong foi assassinado. No mesmo ano, o então presidente norte-americano, Harry Truman, resolveu retirar as tropas do lado Sul tendo em vista que os interesses estavam voltados agora, para Turquia e Grécia. Era a chance que Syngman Rhee esperava. Em maio de 1948, foram realizadas eleições na Coreia do Sul. Em meio a um processo desorganizado e cheio de falhas, um novo presidente é eleito. Mesmo assim, a ONU não reconhece o governo.

Tomados da ideia de que era melhor “agir antes que a Coreia estivesse irremediavelmente dividida” (THOMPSON, 1994, p.47), em 1950, China e União Soviética ajudaram os norte-coreanos a invadir a Coreia do Sul em um ataque surpresa. Tropas estadunidenses enviaram socorro ao seu território de influência, dando início à Guerra da Coreia. O conflito durou até 1953, quando foi assinado um armistício. Devido aos gastos com a guerra e à elevada mortalidade, foi suspenso o conflito, mas não as hostilidades. As Coreias permaneciam separadas. E a zona desmilitarizada seguia firme como símbolo de uma guerra inacabada e, atualmente, solidificada com fortes aliados da cada um dos lados.

4 RELAÇÕES MUTUALÍSTICAS

Em uma guerra, existe o conflito de interesses de dois ou mais sujeitos. Ou seja, sempre há oponentes. Cada oponente, quase que inevitavelmente, conta com a ajuda de aliados para se fortalecer. Uma aliança que, no fim das contas, é vantajosa para ambos os lados. Porém, há relações, muitas vezes, que se tornam tão íntimas que se arrisca até uma comparação com o mundo da Ecologia: um mutualismo de protocooperação, ou seja, dois organismos que podem ou não viver separados, e são beneficiados pela ação do outro.

É impossível discutir a questão coreana sem ao menos traçarmos a relação existente entre cada Coreia com seus ‘padrinhos’ – se assim é permissível denominar. Logo, é possível associar as relações entre China e Coreia do Norte, e entre Estados Unidos e Coreia do Sul como relações mutualísticas. E, não por acaso, são alianças que surgiram em meio a cenários de instabilidade, de guerra iminente.

4.1) A relação EUA x Coreia do Sul

A aliança entre os Estados Unidos e a Coreia do Sul é longa e foi estabelecida ainda no início da Guerra Fria quando os países se uniram contra a expansão do comunismo na Ásia. Como já vimos anteriormente, o fim da Segunda Guerra Mundial e a derrota do Japão trouxeram a divisão da península coreana em duas áreas de influência das potências da época. Moscou e Washington prometeram a realização de eleições – que nunca aconteceram. Em 1948, as Nações Unidas reconheceram apenas a República da Coreia (de influência norte-americana) como um governo legítimo. Os soviéticos rejeitaram a decisão e, em 1950, a República Popular Democrática da Coreia (de influência soviética) invadiu o país vizinho. Os Estados Unidos vieram para defender o aliado do Sul.

Pensando em se protegerem de possíveis ataques dos inimigos comunistas, EUA e Coreia do Sul, então, assinaram o primeiro acordo, em 1954: “*Pacto de Segurança Mútua*”. É partir dele que os americanos passaram a ter presença naquele território com o estabelecimento de homens da Segunda Divisão do Exército Americano e esquadrões táticos da Força Aérea.

Apoio militar

Para reforçar ainda mais a defesa do aliado, os Estados Unidos assinaram com a Coreia do Sul, em 1978, o “*Comando de Forças Combinadas*” que tinha a frente do comando,

um general norte-americano. Segundo o presidente da Sociedade Coreana e embaixador dos EUA na Coreia do Sul, Donald P. Gregg, em declaração de 2008 no artigo “*The U.S-South Korea Alliance*” do Conselho de Relações Exteriores dos Estados Unidos, durante décadas, o CFC era a “cola” que mantinha a aliança estabelecida entre os dois países.

Especialistas acreditam que até os anos 90, a Coreia do Sul governou basicamente sob regimes autoritários dos EUA. Mas a partir dos anos 2000, muitos aspectos desta relação estariam em processo de transição de liderança para apenas suporte por parte de Washington. Não que isto signifique uma retirada completa da presença americana no país. Seria uma reorganização de comandos para o melhor relacionamento de ambas as partes frente o cenário mundial.

Em 2004, um acordo foi alcançado para a devolução da base militar de Yongsan, localizada em Seul, para o comando da Coreia do Sul. A instalação que representava o coração da presença americana na região terá seus membros remanejados para o sul do rio Han até 2016. Outro importante acontecimento neste sentido foi o estabelecimento da redução do número de tropas americanas até 2008, para 28.500. Já em fevereiro de 2007, o secretário de defesa dos EUA, Robert Gates e o Ministro da Defesa Nacional da Coreia do Sul, Kim Jang-soo, reafirmaram a transferência do controle operacional militar para os sul-coreanos até 2012. Decisão que foi adiada, logo depois, para dezembro de 2015, quando os dois países anunciaram o plano “*Aliança Estratégica 2015*” para realocar as tropas americanas na península e alavancar as capacidades de defesa sul-coreanas.

A política frente a Coreia do Norte

Lidar com a vizinha Coreia do Norte também é característica da relação entre Estados Unidos e Coreia do Sul. É, talvez, o tópico mais delicado desta aliança, pois mostra o quão complexo e multifacetado é este relacionamento. Assim, quanto aos objetivos destes dois países frente a Pyongyang e o seu programa nuclear, há um traço comum: a prevenção – que se estende até a defesa mútua. No entanto, na prática, as políticas de seus governantes se mostram divergentes e até, discordantes na maneira como Kim Jong Il deve ser tratado para a obtenção de resultados concretos sobre a questão nuclear.

Como já foi relatado anteriormente, desde 1994, pactos e acordos foram propostos para conter a política nuclear da Coreia do Norte. As tentativas que se arrastaram até os anos 2000 foram sempre cercadas de tensão e acabaram tornando as ações de Washington mais rígidas através do uso de sanções internacionais. Mas a aliada Coreia do Sul preferiu seguir um caminho diferente. Em 1998, o então presidente Kim Dae Jung adotou a “The Sunshine

Policy” que significa Política do Brilho do Sol. Estavam em pauta, a ajuda humanitária e econômica, em troca de contato entre as famílias divididas pelo paralelo 38 e outras concessões culturais.

A mesma postura foi seguida pelo sucessor, Roh Moo-hyun. Ainda que os avanços fossem pequenos e o processo longo e gradativo, já era possível ver os resultados: aumento do contato político entre as duas Coreias e o acontecimento de momentos históricos entre as duas vizinhas (como os encontros entre as cúpulas coreanas, no ano 2000, em Pyongyang, que resultaram no fechamento de empreendimentos bem como na breve reunião de membros de famílias separadas). No entanto, em 2001, as políticas tomaram outros rumos.

A eleição do presidente Lee Myung-bak mudou completamente as relações entre as Coreias. Isso porque a política adotada por Lee era destoante de seus antecessores. Seguindo linha mais dura, o governante condenou a situação dos direitos humanos na Coreia do Norte e votou pela condenação do país na resolução das Nações Unidas. Além disso, restringiu a ajuda econômica para pressionar a desnuclearização de Pyongyang.

A política sul-coreana, dessa vez, coincidia com a adotada pelos EUA. Naquele mesmo ano, o então presidente George W. Bush declarou o fim das conversas diplomáticas com a Coreia do Norte. E as punições ao regime continuaram entre os aliados. Em 2006, foi cortada a ajuda humanitária a Pyongyang por parte da Coreia do Sul – uma decisão tomada com muita apreensão devido ao medo de retaliações. Fato que acabou acontecendo. As novas medidas provocaram reações agressivas da Coreia do Norte (testes de mísseis) e o governo Lee passou a interpretá-las como “perigo imediato”. Adotou, então, uma postura de “precaução” já que, não queria perder os avanços já conquistados.

Neste momento, a relação Washington-Seul ficou um pouco estremecida quando a Coreia do Sul passou a questionar a abordagem mais áspera para com Kim Jong Il. Lee se opôs a impor mais sanções ao vizinho. O estudioso em leste asiático, David C. Kang (ZISSIS, 2008, online) afirmou, em 2006, que “os Estados Unidos estão chateados com a Coreia do Sul por não darem continuidade, e a Coreia do Sul está chateada pelos Estados Unidos não ignorarem todos os ganhos que a Coreia do Sul teve”.

O debate entre os países ainda se mantém vivo quanto a quais tipos de medidas (brandas ou rígidas) se deve ter frente a Pyongyang. Tanto que, com o episódio do naufrágio do navio sul-coreano Cheonan, em 2010, (cuja autoria foi negada pela Coreia do Norte) endureceu novamente as ações de Lee Myung-bak. Posteriormente, foi a vez da administração Obama, em 2011, encorajar o presidente sul-coreano a tomar medidas mais brandas para com a Coreia do Norte.

De qualquer forma, uma questão ainda ativa na aliança entre Estados Unidos e Coreia do Sul diz respeito a manutenção ou não da ajuda humanitária a Coreia do Norte que já fez pedidos de auxílio.

Apoio econômico

Visto que, no próximo capítulo, o tema economia em ambas as Coreias será debatido de forma mais abrangente, será exposta aqui de maneira breve, a relação econômica entre os dois países e alguns acordos importantes para o fortalecimento da aliança.

Impossível falar sobre a aliança americana e sul-coreana sem mencionar a parceria comercial. A Coreia do Sul é o sétimo maior parceiro dos Estados Unidos neste quesito. E os Estados Unidos são o terceiro maior parceiro da Coreia. Em 2010, o comércio totalizou US\$ 86 bilhões que incluem produtos manufaturados, agrícolas, serviços e tecnologia, além da troca de investimento de empresas entre ambos os países. Uma relação econômica forte que se solidificou, principalmente, ao longo da última década.

As implementações de reformas estruturais do programa do FMI, em 1998, entre outros pontos, aumentaram o acesso ao mercado sul-coreano e também alavancaram as relações comerciais entre EUA e Coreia. Em 2006, baseado nas melhoras advindas com o programa, foram lançadas negociações sobre um acordo de livre comércio que eliminaria, virtualmente, as barreiras comerciais e de investimento. Ou seja, pelo menos 95% das tarifas alfandegárias seriam eliminadas em três anos e, após dez anos de implementado, as tarifas seriam extintas. A estimativa é que haja a ampliação do comércio bilateral em pelo menos US\$ 10 bilhões assim como ocorra uma leve redução do superávit sul-coreano com os EUA. O acordo foi finalizado entre os governos em dezembro de 2010 e agora, aguarda aprovação dos congressos de ambos os países para que passe a valer.

Outro detalhe importante desta relação econômica, está na venda de armas. A Coreia do Sul é o maior comprador dos produtos militares dos Estados Unidos: mais de US\$ 966 milhões, em 2010. Despesas altas que se explicam pelos elevados gastos com a defesa do país frente a tensão do paralelo 38.

Diante do cenário, não por acaso, os americanos consideram a relação com o aliado sul-coreano como estando sua melhor forma desde 2008 (MANYIN, 2011). Mas, do outro lado da fronteira, existe uma parceria tão forte quanto.

4.2) A relação China x Coreia do Norte

Se do lado Sul, existe uma aliança regida sob a democracia norte-americana de modelo capitalista, do lado Norte, há uma aliança fortificada por laços comunistas e outros fatores. Diferentemente da relação EUA-Coreia do Sul, nesta há uma associação do tipo simbiótica, principalmente por parte da Coreia do Norte – que é dependente da China para sobreviver.

O dragão chinês (um de seus poucos parceiros) é o mais importante aliado do regime de Pyongyang já que é responsável pelo fornecimento de comida, armas, combustível, além de ser o maior parceiro comercial. Ao longo desta relação, a China apoiou a Coreia do Norte, financiou, puniu (quando achou necessário) e até se opôs, de certa forma, às duras sanções econômicas internacionais.

O começo

Assim como a relação americana e sul-coreana, o binômio China-Coreia do Norte teve início na Guerra Fria, especialmente, em 1950, quando combatentes chineses foram enviados à Pyongyang para lutar pela República Popular Democrática da Coreia. Desde a Guerra da Coreia, os chineses tem direcionado apoio político e econômico ao aliado de princípios comunistas. E foi assim até a assinatura do armistício de 1953.

No entanto, há laços ainda mais profundos entre os dois países: a China tem grande influência cultural no povo coreano. A crença budista e valores confucionistas (de origem chinesa) ainda estão presentes em ambas as culturas. Até mais recentemente, muitas colônias na península da Coreia foram fundadas por povos chineses. Além disso, diversas palavras coreanas derivam de caracteres chineses. Características que também justificam o forte vínculo bilateral.

Apoio militar – Guerra Fria

Como mencionado acima, a Coreia do Norte teve auxílio militar da China, inicialmente, a partir da década de 50. De lá para cá, mantiveram a relação militar. Durante a Guerra Fria, ambos os países e a União Soviética compartilhavam fortes laços políticos, de cooperação militar e formaram um bloco comunista contra os estados capitalistas (logicamente, Estados Unidos e Coreia do Sul).

Em 1961, norte-coreanos e chineses assinaram o “*Tratado Sino-coreano de Amizade, Aliança e Assistência Mútua*” que obrigava a China a defender a Coreia do Norte no caso de agressões externas. Outro detalhe é que até a década de 80, a China era o maior fornecedor de armas da Coreia do Norte.

Contudo, mudanças geopolíticas combinadas a novas ações do governo chinês nas relações externas afetaram o relacionamento pós-Guerra Fria.

Pós-Guerra Fria: Mudança de curso

A queda do muro de Berlim e a desestruturação da URSS resultaram no fim da rivalidade entre as duas superpotências e no enfraquecimento do comunismo internacional. Naquele momento, as quatro principais potências estavam mais interessadas na influência política e econômica no nordeste asiático do que em conflito de ideologias. Então, foram em busca de relações bilaterais – especialmente com a Coreia do Sul.

A União Soviética, por exemplo, precisava se distanciar do comunismo para reerguer a economia – mesmo que isto significasse a tomada de medidas drásticas. Em 1990, os soviéticos se aproximaram da Coreia do Sul (inimiga da aliada Coreia do Norte). Um ano depois, a Rússia abandonou o modelo comunista e parou de ajudar os norte-coreanos.

Beijing seguiu o mesmo caminho, ainda que não tenha aberto mão do comunismo. Nos primeiros anos pós-Guerra Fria, a China passou por um processo de transição para uma economia semi-capitalista, reformou a política de governança e ampliou as metas da política externa. Logo, em 1992, foram abertas as relações diplomáticas com Seul – o que representava um “banho de água fria” nos interesses de Pyongyang.

Como resultado desta aproximação com a vizinha do Sul, a Coreia do Norte ficou isolada e o vazio no relacionamento com os chineses ficou maior. Ainda mais porque a China se expandiu economicamente e, aos poucos, se abriu para o resto do mundo: estabeleceu zonas de livre comércio que, posteriormente, abrangeriam todo o país. O dragão chinês rapidamente se tornou um mercado atrativo para investimento e produção estrangeiros. O governo chinês também entrou para várias organizações internacionais e participou de outras importantes organizações multilaterais para estabelecer parcerias com nações vizinhas e preservar a segurança da fronteira.

Tais mudanças significativas na política chinesa, impreterivelmente, representaram também mudanças no relacionamento com a Coreia do Norte. Isto porque os chineses passaram a levar em consideração também os interesses dos novos aliados – os quais podem ser opostos aos de Pyongyang. Ainda assim, a China não renegou o aliado do Norte, e nem parece estar nos planos...

Apoio pós-Guerra Fria

O governo chinês tem muito em jogo para simplesmente deixar de dar suporte à Coreia do Norte. A premissa é sustentada por Adam Segal (BAJORIA, 2008, p.1), especialista em estudos chineses: “A ideia que os chineses virariam as costas para a Coreia do Norte é claramente errada”.

Entre as prioridades da China, está estabelecer relação amistosa com vizinhos de fronteira (segurança), o que inclui Pyongyang e Seul – já que esta última abriga cerca de 28 mil homens das tropas americanas. Para Jayshree Bajoria, escritor pessoal do Conselho de Relações Exteriores dos EUA, a aliança com a Coreia do Norte é importante para Beijing por ser um escudo contra o domínio militar norte-americano na região e também contra a ascensão militar do Japão. Portanto, para reafirmar os laços militares com Kim Jong Il e preservar o status quo na região, a China enviou, em 2000, uma delegação militar aquele país.

Apoio econômico

A China é o maior parceiro comercial da Coreia do Norte – regime que é economicamente dependente da aliança chinesa. Segundo Nicholas Eberstadt, consultor do Banco Mundial (BIRD), desde os anos 90, a China é o maior provedor de alimento para a Coreia do Norte e é responsável por 90% das importações de combustível.

Mas os chineses também ganham com esta associação: é crescente o número de empresas chinesas que investem naquele país; e já houve ganhos importantes em concessões do tipo para operações de portos. O comércio e o investimentos chineses na Coreia do Norte somariam US\$ 2 bilhões por ano (BAJORIA, 2008, p.2).

Outro ponto importante deste apoio econômico, está na postura protecionista da China frente às sanções econômicas contra Pyongyang. No geral, os chineses tem protegido os norte-coreanos de punições muito duras. O receio seria que tais medidas provocassem uma desestabilização da economia e a situação de caos provocasse um fluxo intenso de refugiados rumo a fronteira com a China.

Questão Nuclear

China e Coreia do Norte mantem uma relação complexa, difícil de ser descrita, principalmente, quando se fala no programa nuclear norte-coreano. Especialistas acreditam que a relação entre China e Coreia do Norte mudou de tom diplomático para de punição. Isto por conta dos testes nucleares em 2006. Após o ocorrido, o governo chinês concordou com a resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas que previu sanções a Pyongyang.

A China se preocupa com a estabilidade no nordeste da Ásia já que a proliferação nuclear levaria a uma tensão na região. A pressão internacional para que o governo chinês se mostre mais rígido quanto à Coreia do Norte existe. Até porque, na década de 90, cientistas, militares e acadêmicos se envolveram na questão de controle nuclear e em pesquisas sobre proliferação. A China também conseguiu feitos importantes junto a Washington como mediadora da questão nuclear norte-coreana.

Todavia, mesmo com a influência que tem, a China não teria controle sobre Kim Jong Il – considerado um ator imprevisível, a ponto de ameaçar as relações com os chineses por conta dos próprios interesses. O diretor associado de pesquisa do centro de pesquisas sobre a região Ásia-Pacífico da Universidade de Stanford, Daniel Sneider ⁹, afirma que a “Coreia do Norte é extremamente difícil de se lidar, mesmo sendo uma aliada” .

⁹ Ibidem. P.3

5 GOSTO DE *KIMCHI*: ECONOMIAS DAS COREIAS

Na culinária coreana, o mais famoso *bancha* (ou acompanhamento) é o *kimchi*, um alimento produzido através da fermentação do repolho temperado e outros vegetais. Este acompanhamento tem cerca de 200 formas diferentes de preparo e é tão importante para os coreanos que ganhou até um museu. Mas por ser bastante picante (malagueta é um dos principais ingredientes) é bem difícil, para os paladares ocidentais, avaliar se gostam ou não.

O mesmo se pode dizer das duas Coreias. A divisão da península em 1945 criou duas unidades distintas, com dois sistemas econômicos particulares: socialismo e capitalismo. Aprecie-se mais um modelo econômico ou outro, a verdade é que ambos tiveram êxito até o final dos anos 70 no desempenho de suas economias – números bem “ardidos” para os líderes de cada um dos lados digerir. Cumings (1987, p. 44-45) detalha este período:

No espaço de uma geração, estes países transformaram suas estruturas econômicas de forma tal que o setor agrário, que incluía cerca de 60% da população em 1960, agora representa menos de 20% do PNB. Não é de se admirar que os desenvolvimentistas americanos falem dos milagres em Taiwan e Coreia do Sul, ou que os economistas socialistas como Joan Robinson falem do milagre da Coreia do Norte.

Mas, as mudanças com a chegada de uma nova ordem mundial no final do século XX e outros obstáculos internacionais na disputa geopolítica, foram fatores decisivos para que, economicamente, as Coreias se distanciassem.

Aspectos gerais

Na época do domínio do Japão sobre a Coreia, Lênin chegou a usar a seguinte frase: “O imperialismo japonês com toda sua brutalidade asiática fincava sua faca no coração da nação coreana”. Apesar do ressentimento frente à colonização japonesa, a ocupação da península deixou algumas vantagens no campo da infra-estrutura da península coreana. Cumings¹⁰ explica isto:

Os japoneses modernizaram a península de acordo com os interesses da metrópole e, depois de 1931, como pretendiam integrar a Coreia e a Manchúria, implantaram uma estrutura de rodovias, estradas de ferro, portos e infra estrutura de comunicações; no nordeste construíram as principais instalações industriais.

¹⁰ Ibidem. P. xxii

Com o paralelo 38, a porção Norte da península ficou com maior parte dos recursos naturais e as indústrias pesadas advindas da colonização japonesa. Já o Sul, possuía maiores recursos agrícolas, mão de obra e a indústria de manufatura de bens de consumo de massa voltada para a exportação (têxteis, vestuários, calçados e alimentos) (MASIERO, 2002, p. 199-200). Logo, a Coreia do Norte teve forte crescimento econômico (herança japonesa) com destaque para a indústria de base. Enquanto que, a Coreia do Sul se focou na exportação de manufaturados através do auxílio dos Estados Unidos.

Conheceremos mais a frente o processo histórico de evolução de ambas as economias coreanas.

5.1) República da Coreia

QUADRO 01: Informações gerais sobre a Coreia do Sul

Informações gerais

Sistema: Capitalista

Modelo econômico: exportação de manufaturados.

Política: República semi-presidencialista

Poder executivo: chefe de estado: President Lee Myung-bak (desde fevereiro de 2008); chefe de governo: Primeiro-ministro Kim Hwang-sik (desde outubro de 2010).

População: 48.754 milhões (Julho 2011 est.)

Recursos naturais: carvão, tungstênio, grafite, chumbo, molibdênio, potencial hídrico.

Uso da terra: terra arável (16,58%); plantações permanentes (2,01%); outros (81,41%)

Riscos naturais: tufões ocasionais podem trazer ventos fortes e inundações; baixo nível de atividade sísmica comum no sudoeste.

Urbanização: população urbana: 83% (2010).

(Fonte: US Department of State)

História: “o milagre do Rio Han”

A Coreia do Sul, tradicionalmente, era um país voltado para a agricultura. Depois da guerra da Coreia, em meados dos anos 40, a região ficou arrasada. A capital Seul foi destruída em três dias. Isto explica porque até os anos 60, a parte Sul da península coreana era considerada uma das mais pobres da Ásia: chegou a ter um PIB per capita semelhante ao de países miseráveis da África. A miséria e o atraso da economia agrária obrigaram seus líderes a partir do zero em busca de uma recuperação – o que só foi possível após o cessar fogo entre os dois vizinhos, em 1953, e também, com a ajuda econômica dos Estados Unidos.

Diante deste cenário de subdesenvolvimento econômico e instabilidade política, o governo autocrático de Syngman Rhee (1948-1960) implantou duas reformas institucionais primordiais para a base de uma nova economia: a propriedade de terra (reforma agrária) e a adoção da educação compulsória para os níveis primário e elementar.

Mesmo que o objetivo político das reformas não fosse o crescimento econômico, as medidas passaram a trazer resultados. Masiero (2002, p.12) cita Kwang Suk Kim e Joon-Kyung Kim para mostrar que, a partir deste período, o crescimento econômico foi quase constante:

À exceção de 1956 e 1980 [...] a Coreia cresceu a uma taxa anual de 7,6% durante 41 anos (1953-1994), resultando na expansão do PNB em 21 vezes. Considerando que a população cresce 2,2% anualmente durante o período, a renda per capita em termos reais cresceu a uma taxa de 5,6% ou 9,3 vezes

O fenômeno acabou ficando conhecido como “milagre do Rio Han” – rio que corta a capital, Seul. O crescimento econômico na Coreia do Sul, mesmo ainda sob condições subdesenvolvidas, foi possível, segundo o autor, graças a uma “política de industrialização que enfatizava a reconstrução do país através da substituição das importações”. Isto, claro, com investimentos norte-americanos e japoneses.

Com o estabelecimento da ditadura de Park Chung Hee (1961-1979), os números cresciam a uma velocidade duas vezes maior. O país passou por uma série de planos quinquenais para o desenvolvimento econômico. Nos anos 70, nascem as indústrias química e pesada que tinham à frente conglomerados de propriedade familiar (*chaebols*). A partir de então, o país passa a produzir e exportar bens industrializados. A restrição da liberdade civil e a proibição de adversários políticos resultaram em forte crescimento e alta das exportações da Coreia do Sul que chegaram aos mercados ocidentais.

Entre 1960 e 1970, a economia sul-coreana cresceu a uma média de 8,8%. Nos anos 80, o país focou no dinamismo regional. Sob a liderança de Chun Doo Hwan (1980-1988), pequenas e médias empresas passaram a ter apoio do governo. Além disso, foram desenvolvidas indústrias de alta tecnologia – como a de informação - e investimentos estrangeiros diretos chegaram ao país. Entre 1983 e 1987, o país cresceu a uma média anual de 10,2%. Porém, este cenário estava começando a mudar.

Na segunda metade dos anos 90, a crise econômica-financeira agravou os problemas de corrupção no país e revelou fragilidades no modelo de desenvolvimento de longa data sul-coreano que, incluía elevados rácios da dívida externa, sistema financeiro indisciplinado e empréstimos estrangeiros maciços a curto prazo. Muitos grupos coreanos foram à falência, à exemplo da empresa Daewoo cuja quebra marcou a história do país. O PIB médio anual da

Coreia do Sul entre 1998 e 2000 caiu drasticamente para 2%. Já a dívida externa alcançou os US\$ 100 bilhões.

Em 2003, somente metade dos 30 maiores *chaebol* de 1995 ainda existiam. As elevadas dívidas pessoais no sistema de cartões de crédito provocaram uma queda no poder aquisitivo do consumidor sul-coreano - ainda que, em 2004, o país houvesse alcançado bons níveis de exportação, especialmente, para a China que passou a ser seu principal mercado.

Até 2005, o crescimento econômico se estabilizou em cerca de 4% ao ano. Neste mesmo ano, o governo da Coreia do Sul trouxe algumas propostas: na primeira, a legislação trabalhista passaria por uma reforma; na segunda, haveria a criação de um esquema de pensão corporativa para contribuir na flexibilização do mercado de trabalho – ação importante para reduzir a especulação imobiliária.

Com a mais recente crise econômica mundial, em 2008, a economia da Coreia do Sul desacelerou para 0,2%, em 2009. Ainda no segundo trimestre deste ano, o país já dava sinais de recuperação em grande parte devido ao crescimento das exportações, baixas taxas de juros e política fiscal expansionista. O resultado foi um crescimento de cerca de 6% em 2010: mais de US\$ 1 trilhão pela primeira vez em três anos.

Dias atuais

Hoje, o modelo de produção da Coreia do Sul se mantém na produção e exportação de manufaturados com destaque para as indústrias de eletrônicos, telecomunicações, automobilística, química, construção naval e aço. Seu maior parceiro comercial é a China que recebe 23,2% das exportações; seguida dos EUA (10,1%) e Japão (5,8%). Porém, os Estados Unidos ainda se mantem como os maiores investidores: 50% de todos os Investimentos Externos Diretos (OLIVEIRA, 1997).

O setor de agricultura é pequeno, corresponde a apenas 3% do PIB como mostra o QUADRO 02. No entanto, o país ainda produz arroz, plantações de algumas raízes, vegetais, frutas, gado, porcos, galinhas, leite, ovos e peixes.

A Coreia do Sul é, atualmente, a 13ª economia do mundo, segundo dados de 2010 do Fundo Monetário Internacional (FMI). É a terceira da Ásia, atrás apenas do Japão e da China, e a primeira dos Tigres Asiáticos.

QUADRO 02: Dados econômicos recentes da Coreia do Sul

<u>PIB</u> (Paridade de poder aquisitivo): US\$ 1,467 trilhões (2010 est.)
<u>PIB</u> (Taxa de crescimento real): 6,1% (2010 est.)
<u>PIB</u> (per capita): US\$ 30.200 (2010 est.)
<u>PIB</u> (por setor): agricultura (3%); indústria (39,4%); serviços (57,6%).
<u>Força de trabalho</u> : 24.62 milhões (2010 est.)
<u>Taxa de desemprego</u> : 3,3% (2010 est.)
<u>População abaixo da linha da pobreza</u> : 15% (2006 est.)
<u>Dívida pública</u> : 23,7% do PIB
<u>Taxa de inflação</u> (preços ao consumidor): 3% (2010 est.)
<u>Balanco da conta corrente</u> : US\$ 466.3 bilhões (2010 est.)
<u>Exportações</u> : US\$ 466.3 bilhões (2010 est.)
<u>Importações</u> : US\$ 417.9 bilhões (2010 est.)
<u>Dívida externa</u> : US\$ 370.1 bilhões (Dezembro 2010 est.)

(Fonte: US Department of State)

5.2) República Popular Democrática da Coreia do Norte

QUADRO 03: Informações gerais sobre a Coreia do Norte

Informações gerais
<u>Sistema</u> : Socialista
<u>Modelo econômico</u> : industrializado, planejado – a produção é do estado e de grupos coletivos.
<u>Política</u> : Estado comunista centralizado de ditadura de um só homem - governo <i>Juche</i> autodeclarado.
<u>Poder executivo</u> : chefe de Estado: Kim Jong-Il (herdeiro do fundador da RPDC, Kim Il-sung). Chefe de governo: CHOE Yong Rim (desde June 2010). Estado unipartidário: partido governante é a Frente Democrática de Reunificação da Pátria.
<u>População</u> : 24. 457 milhões (Julho 2011 est.)
<u>Recursos naturais</u> : carvão, chumbo, tungstênio, zinco, grafita, magnesita, minério de ferro, cobre, ouro, pirita, sal, fluorita, potencial hídrico.
<u>Uso da terra</u> : (terras aráveis (22,4%); plantações permanentes (1,66%); outros (75,94%) – (2005 est.)

Riscos naturais: secas no final da primavera, muitas vezes seguidas por graves inundações; tufões ocasionalmente.

Urbanização: população urbana: 60% (2010).

(Fonte: *US Department of State e CIA World Factbook*)

Aspectos gerais

O modelo econômico vigente atualmente na República Popular Democrática da Coreia foi implantado ainda na criação do país na década de 40: a economia planificada ou centralizada. É um sistema que ficou conhecido através da União Soviética e no qual os meios de produção pertencem e são controlados por uma autoridade central: o estado. É ele que controla toda a atividade econômica. Não há desordem na produção e as empresas têm como objetivo principal não o lucro e sim o progresso do país.

Assim se desenvolveu a história da economia da Coreia do Norte: durante a chamada ‘construção pacífica’, período antes da Guerra da Coreia, a tarefa fundamental da economia era alcançar o nível de produção e eficiência dos tempos de fim de colonização japonesa, de reestruturar e desenvolver uma economia viável, reorientada através dos blocos de países comunistas e de começar um processo de socialização da economia.

Além disso, um ponto particular a se destacar na política e na economia da Coreia do Norte é a influência de uma ideologia, a ideia *Juche*. Esta ideia que se popularizou no ano de 1955, surgiu ainda nos anos 40 e se baseia na autonomia e autoconfiança ou autossuficiência do povo norte-coreano. Ela é um guia para a independência política, econômica, de defesa nacional e de políticas internacionais.

História: maré vermelha

Na biologia, existe um fenômeno raro nos mares conhecidos como ‘maré vermelha’. É uma aglomeração de micro-algas pirrófitas causadoras de mudanças na cor da água que se torna amarela, alaranjada, vermelha ou marrom. O resultado são manchas espalhadas por quilômetros de extensão, impossíveis de não se notar. Uma alusão de tal fenômeno se faz possível quando falamos no repentino e elevado crescimento econômico do bloco socialista em meados do século XX.

Com o final da Guerra da Coreia, a porção Norte da península coreana seguiu a maré vermelha comunista de crescimento econômico e se desenvolveu mais do que a Sul, durante quinze anos. Isto devido à incorporação da infraestrutura moderna dos tempos de colonização japonesa e à habilidade do regime comunista de reaproveitar fontes inutilizadas, força de

trabalho ociosa e impor baixos índices de consumo (KIM, 1991, p.65-66). Eram oportunidades para um próspero crescimento econômico extensivo – modelo geral de grande desenvolvimento inicial resultante de um índice de formação de capital espelhado em outros tipos de economia soviética.

Foram desenvolvidos vários planos econômicos baseados no modelo soviético e calcados na citada ideia *Juche*. O primeiro deles, de três anos, foi traçado entre 1954-1956. A meta era reconstruir uma economia destruída pela Guerra da Coreia: alavancar os índices de produção (financiada pela URSS e pela China), desenvolver a indústria pesada e coletivizar a agricultura. Já em 1958, o processo de socialização do país estava completo, mas os altos níveis de crescimento geraram desigualdade entre os setores da economia, pois os recursos ainda eram limitados e o sistema de transporte deficitário. Ainda assim, entre 1956 e 1960, a indústria de base teve crescimento extraordinário de 361%.

Até este momento, a Coreia do Norte obteve êxito nas políticas econômicas do modelo planejado. Mas, a partir do início da década de 60, a economia começou a desacelerar até estagnar nos anos 90. Isso aconteceu, em grande parte, porque com o trabalho de reconstrução do pós-guerra completo, a economia tinha que pular de um estágio extensivo para um intensivo. No entanto, a falta de terras aráveis, energia, transporte e mão de obra especializada se tornaram grandes entraves. Situação agravada também pelas sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos sobre a Coreia do Norte, durante este período da Guerra Fria – contexto que iremos conhecer melhor mais a frente.

O Plano Econômico dos anos de 1961-1967 promoveu uma mudança de foco da industrialização. Foi quando apareceram as primeiras quedas da economia. No plano dos anos de 1971-1976, a ênfase foi no avanço tecnológico, na autossuficiência da indústria de matéria prima, no aumento da qualidade da produção, na correção dos ‘desbalanços’ dos diferentes setores econômicos, no desenvolvimento da energia e nas indústrias extrativistas.

Entre os anos de 1978-1984, formulou-se mais um Plano de Sete Anos com três objetivos principais: a autossuficiência, a modernização e a ‘cientificação’ (produção de ponta e técnicas de gestão). Apesar deste plano não ter alcançado o objetivo de crescimento previsto de 9,6%, ainda assim teve resultado expressivo de 8,8%, segundo dados de 1993 da Library of the Congress.

Mais uma tentativa de melhorar o crescimento da economia surgiu com o terceiro *Plano de Sete Anos* (1987-1993). Nele, houve a repetição dos três objetivos do plano anterior (autossuficiência, a modernização e a ‘cientificação’) e ainda, a diminuição da taxa de crescimento prevista (7,9%) e mudanças nas metas quantitativas de produção, como o aço

cuja produção foi reduzida de 15 milhões de toneladas para 10 milhões de toneladas (KIM, 1992, p.65-70).

Mesmo que a partir daqui, a Coreia do Norte tenha dado atenção pela primeira vez ao comércio internacional, houve uma forte contração da economia causada pelo corte nas reservas de dólares (gerado por um déficit comercial crônico), o alargamento da dívida externa e a diminuição da ajuda internacional que se evidenciou com o fim da União Soviética nos anos 90 como indicado na reportagem da Folha Online (ALBUQUERQUE, 2010, online) “*Fim da URSS arrasa economia da Coreia do Norte nos anos 90*”: “O PNB (Produto Nacional Bruto, que é o PIB mais a renda líquida recebida do exterior) per capita caiu cerca de um terço entre 1990 e 2002, segundo estimativas do Departamento de Estado dos EUA”.

Com o fim do regime soviético, ficou difícil levar à risca este padrão de autossuficiência já que os recursos no país são limitados. A falta de mão de obra especializada e de um desenvolvimento da tecnologia das indústrias também pesaram: fato influenciado pela falta de competitividade das empresas que são estatais e não tem como prioridade o alto nível de eficiência ou a preocupação maior com o risco de falência, como nas economias capitalistas. Elas têm objetivo principal cumprir as metas traçadas e realizar a produção e distribuição da melhor forma possível.

Acrescenta-se ainda que, a ideologia da ideia *Juche* foi responsável também por orientar a economia norte-coreana a alimentar o Exército que hoje chega a ser o maior do mundo em número de soldados (1,2 milhão). As despesas com a defesa do próprio país na década de 80 chegaram a mais de 20% do PIB (Library of the Congress, 1993). Atualmente, o Departamento de Estado Americano situa ainda os investimentos bélicos e militares em torno dos 20% do PIB.

Sendo assim, na segunda metade dos anos 90, a falta crescente de alimentos, fez o país sofrer de esgotamento. Entre 1991 e 2000, o PIB da Coreia do Norte recuou 38%. Contudo, houve uma reação da economia entre 2000 e 2005. A partir da integração com Coreia do Sul, China e Rússia, o país conseguiu recuperar 23% do que havia perdido. Já entre 2006 e 2007, as catástrofes naturais e as tensões com a vizinha Coreia do Sul, rebaixaram o PIB para 4,2%. Em 2008, o crescimento da economia foi de 1,5% e em 2009, de 1,8% (JABBOUR, 2010, online).

Dias atuais

A sustentação de índices interessantes de crescimento do PIB foi possível devido a reformas adotadas pela Coreia do Norte ainda na década de 90. Poucos sabem, mas o país tem

áreas próprias de investimento do capital estrangeiro no estilo chinês. Criada em 1991, a zona econômica especial nas cidades de Najin, Chongjin e Sonbong (nordeste do país) recebem tecnologia avançada através de investimento internacional.

Além disso, em 2002, o governo anunciou o início de reformas que, segundo Oliveira (1997), tiveram como objetivo a ‘Melhoria da Gestão Econômica’. O plano criava uma zona administrativa especial na cidade de Sinuiju, próxima à fronteira com a China. Outra zona econômica especial é a cidade de Kaesong onde empresas da Coreia do Sul investem na construção de fábricas. Nessas áreas são ofertadas taxas especiais e facilidades aos investidores que têm um pouco mais de autonomia para tomar decisões.

Mesmo com o teor liberal das reformas, o autor (1997) explica que, o regime político norte-coreano ainda se mantém:

Este projeto tem uma grande importância [...] por buscar estabelecer a coexistência entre Planejamento e Mercado a fim de sustentar a introdução parcial do sistema capitalista e, do outro lado, é igualmente um processo de reforço do tradicional sistema socialista baseado no princípio da autossuficiência (*juche*)

Na visão de Chung (2004), há uma “dupla estratégia” da Coreia do Norte para promover reformas na economia ao mesmo tempo que possa preservar as bases do socialismo:

Combinar praticidade e *juche* no discurso ideológico, confiando na tecnologia científica, auto-suficiência, liderança centralizada e descentralização. A dualidade da estratégia pode ser visualizada no processo de reformas e aberturas, o qual pode ser definido como ‘uma reforma e abertura em estágios’.

Hoje, a Coreia do Norte realiza comércio com alguns países. É pequeno, cerca de 2 bilhões de dólares por ano (Wall Street Journal, 2008), mas vem crescendo gradualmente ao longo dos anos: 2004 (23,99%), 2005 (14,94%), 2006 (6,25%), 2007 (5,10%) e 2008 (9,40%). Os principais produtos de exportação são commodities como minério, produtos metalúrgicos, manufaturados (armamentos), têxteis, agricultura e pesca. Segundo dados de 2010 da CIA World Factbook, seus principais parceiros econômicos de exportação são: China (50,3%), Brasil (5,7%), Líbano (4,7%), República Dominicana (4,2%), Holanda (4,1%).

Atualmente, para Jabbour (2010, online):, a política econômica da Coreia do Norte está voltada para a administração de déficits com uma população ativa de 72%, a renda per capita está em US\$ 2.248,00. A dívida externa do país estima-se ser de 12,5 bilhões de dólares (CIA World Factbook, 2008). Contudo, com todas as falhas do sistema planejado de

economia, pode-se afirmar que um grande obstáculo para o desempenho da Coreia do Norte também tem sido os Estados Unidos.

QUADRO 04: Dados econômicos recentes da Coreia do Norte

<u>PIB</u> (Paridade de poder aquisitivo): US\$ 90 bilhões (2009 est.)
<u>PIB</u> (Taxa de crescimento real): -0,9% (2009 est.)
<u>PIB</u> (per capita): US\$ 1.800 (2009 est.)
<u>PIB</u> (por setor): agricultura (20,7%); indústria (47,8%); serviços (31,5%) – (2010 est.)
<u>Força de trabalho</u> : 12.2 milhões (2009 est.)
<u>Taxa de desemprego</u> : não disponível.
<u>População abaixo da linha da pobreza</u> : não disponível.
<u>Dívida pública</u> : não disponível.
<u>Taxa de inflação</u> : não disponível.
<u>Balanco da conta corrente</u> : US\$ 466.3 bilhões (2010 est.)
<u>Exportações</u> : US\$ 1.997 billion (2009)
<u>Importações</u> : US\$ 3.096 billion (2009)
<u>Dívida externa</u> : US\$12.5 bilhões (2001 est.)

(Fonte: US Department of State e CIA Factbook)

Sanções econômicas

Desde a Guerra Fria, os Estados Unidos tem se utilizado de sanções frente a países considerados “intransigentes”. A Coreia do Norte é um dos países mais sancionados do planeta pelos norte-americanos, japoneses e sul-coreanos (JABBOUR, 2010, online). A primeira sanção econômica ao país foi em dezembro de 1950 quando os americanos incluíram Pyongyang na “*Acta de Comércio com Inimigo*” que é uma lei federal de 1917 para restringir comércio com nações consideradas hostis.

As sanções econômicas incluem embargos comerciais, bane transferências em dinheiro e empréstimos de instituições financeiras dos EUA; estabelece medidas que limitam o acesso de ativos aos EUA. Basicamente, o objetivo é alienar o país para forçar algum tipo de mudança de comportamento político. No caso da Coreia do Norte, Washington espera forçar mudanças na agenda política internacional e no comportamento doméstico daquele país no que diz respeito: a ameaça que representa à segurança nacional dos EUA; apoio ao terrorismo; ao modelo de Estado marxista-leninista; e à questão nuclear (RENACK, 2006).

Em publicação da International Economic Policy Advisory Committee em Washington, o governo norte-americano conceitua sanções econômicas: “são tipicamente definidas como restrições mantidas por um governo com respeito a atividade econômica com países estrangeiros e pessoas, particularmente devido a razões de política internacional” (CLARK, 1999).

Recentemente, em julho de 2010, como resposta ao afundamento do navio sul-coreano *Cheonan* – supostamente após ataque norte-coreano -, os Estados Unidos impuseram sanções mais rígidas à Pyongyang. A secretária de estado norte-americana, Hillary Clinton, em pronunciamento à imprensa, em Seul, na Coreia do Sul garantiu que as sanções não eram voltadas para o povo norte-coreano: “Deixe-me sublinhar que estas medidas não são direcionadas para as pessoas da Coreia do Norte, que sofreram muito tempo devido às prioridades equivocadas e caluniado de seu governo”¹¹.

Todavia, as declarações norte-americanas contradizem com outras declarações de estudiosos da questão coreana. O povo norte-coreano seria o maior prejudicado pelas sanções econômicas a Coreia do Norte. Em artigo, o jornal britânico “British Medical Journal” criticou o uso de tais medidas visto que eminentes associações da área da saúde já teriam feito publicações e pronunciamentos sobre os riscos à saúde pública e aos direitos humanos: “na verdade, as sanções econômicas tem se mostrado violadoras do direito fundamental à saúde. Além disso, elas não alcançam mudança política” (SHIN, 2009). Mais do que isto, Franklin Foer¹² acredita que sanções podem estrangular uma economia, e acrescenta que são um “tímido passo para uma guerra”.

Especialistas também apontam a interferência dos Estados Unidos como principal obstáculo para reformas econômicas na Coreia do Norte. Elias Jabbour¹³ afirma que o problema daquele país é um “bloqueio total que inviabiliza os requisitos mínimos para o desenvolvimento econômico”. Entre outras consequências, a medida provoca a lentidão dos processos de fechamento de contratos de comércio, por exemplo, explica ele. Seria possível Pyongyang se sustentar frente a um sistema monetário internacional predominantemente socialista: “o comércio com China, Rússia e mesmo o Brasil abrem muitas possibilidades aos norte-coreanos”, conclui Jabbour.

Chung (2004) reforça esta ideia do meio externo como grande entrave para os norte-coreanos:

¹¹ Conferência à imprensa. Seul, Coreia do Sul. (Julho 2010). Disponível em: www.cfr.org/north-korea/remarks-secretary-gates-secretary-clinton-north-korea-sanctions-july-2010/p22677. Acessado no dia 02.10.2011

¹² Tradução nossa, ECONOMIC..., 1996, online.

¹³ Informação concedida através de entrevista por email (2011).

O maior obstáculo para reformar é o relacionamento hostil com os Estados Unidos. A continuidade do conflito com os Estados Unidos certamente tem um impacto negativo sobre a economia norte-coreana que só gradualmente começou a se recuperar .

Sendo assim, se existem artigos, trabalhos, pesquisas, dados e fontes confiáveis à disposição da opinião pública, cabe a este trabalho, a partir de agora, investigar como tal material está sendo usado pelos meios de comunicação internacional para desenvolver o debate sobre a reunificação da península coreana.

6 A ÓTICA DA MÍDIA

Quando se trata do papel da imprensa para com a sociedade, basicamente, infere-se sobre o dever de informar e educar. Isto porque, como afirmou Kovach & Rosenstiel (2004, p.17), as pessoas tem uma “necessidade intrínseca (...) de saber o que acontece além de sua própria experiência direta”. Quando não se pode ver os fatos com os próprios olhos, é necessário que alguém o faça por nós. O jornalismo, sob a forma da imprensa, surge exatamente para ser este meio: é um “sistema criado pelas sociedades para fornecer notícias”.

Se estas notícias vem de uma realidade que extrapola fronteiras de países, a missão é mais complexa. Porém, não impossível. É aqui se encaixa o jornalismo internacional como especialização da profissão para atender assuntos que não ocorrem no país de origem. É a área que possui maior abrangência de temas entre todas. Portanto, exige grande responsabilidade e critério na cobertura do correspondente.

Sendo assim, ao abordar neste trabalho um tema delicado, atual e complexo como é a questão coreana, foi indispensável a escolha pela análise da produção jornalística da mídia internacional. Afinal, independente da forma como este tema é apresentado hoje nos veículos, o conteúdo publicado tem grande poder de influenciar a formação da opinião do público que os lê. Ou seja, é crucial entender de que maneira a grande imprensa internacional lida com a questão da reunificação da península coreana e como esta abordagem influencia a opinião pública.

Logo, este trabalho terá o objetivo de fazer uma análise de conteúdo dos editoriais publicados por três mídias internacionais. A justificativa pela escolha do editorial se dá pelo fato de o número de artigos publicados ser muito extenso. Devido ao tempo limite para desenvolvimento deste projeto, tal volume seria impossível de ser analisado de forma satisfatória.

Portanto, o objeto será a cobertura midiática (aporte empírico) dada à temática de reunificação a partir do ano 2009 (quando a Coreia do Norte suspendeu todos os acordos militares e políticos com o sul e teria acusado o governo sul-coreano de ter "intenções hostis") até dezembro de 2010 (prazo mais recente estipulado para viabilizar a análise do material). Os veículos analisados no cenário internacional serão todos online: The Economist (Europa), Newsweek¹⁴ (EUA) e Korea Herald (Coreia do Sul).

¹⁴ Inicialmente, a proposta inserida no pré-projeto deste estudo era a análise da revista TIME. Porém, a reduzida quantidade de editoriais publicados sobre a temática impossibilitou o levantamento.

Aspectos gerais

Nos três veículos analisados, pode ser verificado a existência de assuntos de maior frequência diante da temática reunificação da península coreana. No caso do londrino *The Economist*, dos dez textos publicados, o assunto mais abordado teve como tema principal as relações intercoreanas (4), seguido de relações internacionais (2), política militar (2), economia (1) e meio ambiente (1).

Na americana *Newsweek*, percebeu-se uma particularidade na escrita dos 5 editoriais. Isso porque o assunto mais abordado foi a política da Coreia do Norte (2) – como se o editorial tivesse sido escrito diretamente para o governo norte-coreano; seguido de política militar (1); relações internacionais (1) e tecnologia (1).

Já no sul-coreano *Korea Herald*, dos 16 artigos a maioria era sobre as relações intercoreanas (5), seguida de relações internacionais (4); economia (3); política militar (2); política da Coreia do Norte (1); e acontecimento geral (1).

Sendo assim, percebe-se maior atenção destes veículos para assuntos relacionados às políticas entre Coreia do Norte e Coreia do Sul frente ao impasse da divisão da península. Em segundo lugar, foi dado mais destaque à temática no âmbito das relações internacionais, ou seja, a atuação e papel de outros agentes (China, EUA, Japão) frente à reunificação.

É possível também comentar as características gerais de cada veículo a partir da leitura flutuante dos periódicos:

- *The Economist* – A revista, de maneira geral, abordou em seus textos mais acentuadamente, a intervenção das potências envolvidas na problemática da reunificação do que propriamente as relações intercoreanas. Apontou a necessidade da atuação das cinco potências para decidir o futuro da Coreia do Norte e como se daria este processo. O periódico se utilizou do linguajar mais ácido de todos os três pesquisados, ou seja, articulou ideias fazendo uso de ironia, principalmente, ao falar da Coreia do Norte. Os adjetivos foram pontos fortes também para caracterizar a imagem negativa de Pyongyang. O *The Economist* mostrou que desaprova o programa nuclear daquele país e previu um fim breve ao regime. O veículo deixou claro seu apoio frente à política norte-americana, reforçando a ideia dos EUA como “líder mundial”. E evidenciou sua aversão ao comunismo. O governo de Lee Myung-bak e sua política mais linha dura foi elogiado.
- *Newsweek* – o periódico norte-americano não abordou a temática reunificação coreana tanto quanto os outros veículos. Fato comprovado até pelo número baixo de editoriais sobre o assunto no período de 2 anos: apenas cinco matérias. Os aspectos gerais

encontrados nos textos se assemelham aos do *The Economist* como, por exemplo, o uso de adjetivos para caracterizar uma determinada imagem da Coreia do Norte; a aversão ao comunismo e a desaprovação do programa nuclear de Pyongyang. Mas a revista mostrou particularidades ao escrever dois artigos quase que diretamente ao governo da Coreia do Norte. Diferentemente da *The Economist* que usou ironia, a *Newsweek* critica abertamente Kim Jong Il em um discurso semelhante a uma “ordem”. O periódico mostrou como a Coreia do Sul tem o apoio dos EUA, e que é a favor da política de Lee Myung-bak (posta como semelhante a de Washington).

- *Korea Herald* – o jornal sul-coreano se diferencia dos outros dois veículos por não ter uma linguagem tão agressiva. Porém, esporadicamente, se utiliza também de adjetivos para falar sobre a Coreia do Norte. Em um âmbito geral, aborda mais as relações entre as duas Coreias e a importância deste contato bilateral. Mas, mostrou que respeita o papel dos Estados Unidos neste processo. Foi possível perceber durante a leitura dos editoriais que, há uma preocupação sobre a temática reunificação – visível através do número de editoriais escritos a respeito do assunto. O processo é visto como algo certo, porém iminente. Há um clima de tensão nos editoriais que abordaram a reunificação da península. Ficou clara também, a distinção que é feita entre os dois países separados: a Coreia do Sul se posicionou, muitas vezes, como apaziguadora das tensões; como mais “sensata”; solidária (doações); e como líder dos diálogos sobre a reunificação. O *Korea Herald* demonstrou-se bastante confortável ao dar conselhos diretamente ao governo sul-coreano sobre políticas frente ao impasse da reunificação.

Temas principais

A exploração das 31 matérias selecionadas para a análise será composta pela categorização dos dados por afinidade temática. Em outras palavras, para que seja possível responder o questionamento do tema específico deste trabalho, foram correlacionadas classes de acontecimentos de forma a ordená-los: do tema principal para especificidade da realidade concreta.

Para tanto, iremos iniciar o levantamento a partir de quatro principais tópicos temáticos:

- **Reunificação**
- **Agentes envolvidos**
- **Impactos Políticos**

- **Impactos Econômicos**

6.1) Reunificação

É possível?

Niall Ferguson (2007, p.32), na obra “*A lógica do dinheiro: riqueza e poder no mundo moderno*”, retrata a relação entre economia e política. Para o autor, isto se reflete não apenas na “esteira do fracasso do socialismo mas também do aparente triunfo do modelo anglo-saxão de capitalismo”.

A visão do autor condiz unanimemente com a da mídia internacional analisada quando se fala da possível ocorrência do processo de reunificação da península coreana. Para os veículos, assim como para Ferguson, não há espaço para outro sistema – que não o capitalista – se desenvolver na ordem mundial vigente. Logo, qualquer país que seguisse tal linha estaria fadado ao fracasso.

É apostando neste insucesso que a imprensa internacional acredita que a reunificação estaria próxima de acontecer, levando em consideração alguns fatores como a sucessão de poder na Coreia do Norte; e o estado de saúde de Kim Jong Il. Tais indicadores poderiam provocar mudanças incertas como aponta o *The Economist*: “But the Dear Leader is not immortal, and when he dies the succession is likely to be fraught with danger” (TIME..., 2010, online).

Ou ainda, como diz a *Newsweek*: “North Korea’s “Beloved Leader” Kim Jong Il has pancreatic cancer” (PYONGYANG..., 2010, online). Isto complementa a ideia de que a morte de Kim Jong Il traria transformações ainda incalculáveis. Até porque, como relatado no artigo “*Pyongyang disaster*”, é incerto quanto tempo a população se manterá dócil.

A espera pelas consequências advindas com a morte de Kim Jong Il também é verdadeira para Eui-Gak Hwang (2009, p.16). que acredita que o líder de Pyongyang deve passar a considerar como ficará o regime depois que ele partir da “vida terrena”.

Outro ponto relevante a esta questão da possibilidade de reunificação, encontra-se em um fato bastante citado nos artigos dos periódicos sobre o maior entrosamento entre as duas Coreias. Paulo Neves de Aquino (2000, p.17). vê o processo acontecer sob liderança da Coreia do Sul que “teria que assumir a maior parte do ônus de socorrer a Coreia do Norte e implementar todas as medidas institucionais, econômicas, etc”.

Pensando em antecipar-se para o evento, a Coreia do Sul já estaria se preparando para o inevitável (a reunificação) através de medidas para melhorar os mecanismos da economia norte-coreana. Por exemplo, o *Korea Herald* cita a construção do complexo de Kaesong como

sendo uma espécie de “trampolim” para a integração econômica das duas regiões (AID..., 2010, online).

Quando?

Eis a mais difícil das perguntas. Nenhum dos veículos arriscou-se ou previu quando o processo de reunificação aconteceria. O possível evento mostrou-se envolto por uma atmosfera de “mistério” e “surpresa”¹⁵.

No entanto, é interessante expor o paradoxo entre o que a imprensa espera e o que é divulgado pelo governo sul-coreano. Os veículos internacionais não acreditam que a reunificação vá ocorrer em um período próximo, como é possível ver em trecho do *The Economist*: “(...) there is the fact that nobody sees any sign that reunification is likely in the near future”.¹⁶

No âmbito acadêmico, Aquino (2000, p.4). concorda com a visão da imprensa quando se expõe a incerteza quanto a possível data da reunificação por falta de informações sobre a realidade da Coreia do Norte. Porém, o estudioso alerta para o fato de que esta carência de informações aumenta as especulações – o que ajuda a criar “maiores dificuldades para o processo de reunificação” e aumentar o “clima de incertezas sobre o futuro da Nação coreana”. Constatação que é real ao analisarmos de uma maneira generalizada os artigos dos periódicos em questão. O teor de todos eles é ao redor da tensão constante entre as Coreias.

Em contrapartida, o governo de Lee Myung-bak acredita que a reunificação está próxima - como mostra a declaração publicada pelo *Korea Herald*: “I feel that reunification is drawing near”¹⁷. Diferentemente do que é esperado por Oliveira (2005, p.19) que afirmou que uma reunificação “rápida e total” não é a realidade das Coreias. Isto porque se acredita que a melhor saída em termos de viabilidade econômica seria um maior e melhor planejamento deste processo por parte do governo sul-coreano.

Obstáculos

A mídia é unânime ao revelar qual o principal entrave para a reunificação da península coreana: a nuclearização da Coreia do Norte. Há exemplos nos três veículos. O *The Economist* mostra como a tensão entre os dois vizinhos aumentou após os investimentos nucleares: “Distrust between the two Koreas had reached a new level after North Korean

¹⁵ DICTATORS..., 2009, online.

¹⁶ TALK..., 2010, online.

¹⁷ UNIFICATION..., 2010, online.

missile and nuclear tests in April and May”¹⁸. A mesma linha é seguida pela norte-americana Newsweek: “North Korea continued to push its nuclear program, missile tests, and other provocative behavior”¹⁹. Por fim, o Korea Herald mostra que o presidente Lee Myung-bak tem investido para que Pyongyang abandone as ambições de ser armado com nucleares: “He apparently believes reunification is unimaginable until then”²⁰.

Não somente para a mídia a questão nuclear da Coreia do Norte é o obstáculo básico para o processo de reunificação. Especialistas no assunto também convergem para este ponto. Aquino (2000, p.6). declara: “Há, entretanto, uma questão pendente que extravasa os limites das questões internas das Coreias e poderá retardar ou mesmo inviabilizar a reunificação: a questão das armas nucleares”.

Andreas Henneka (2006) complementa que o motivo do aumento do impasse no conflito é culpa do próprio comportamento da Coreia do Norte. Porém, o autor vai adiante e levanta um contraponto interessante de que os obstáculos para a questão abrangem também a falta de conhecimento dos oficiais norte-americanos a respeito da história coreana e seu significado para o povo coreano.

Pelo raciocínio do autor, é possível fazer relação com o contexto já exposto anteriormente neste trabalho. Culturalmente, como vimos, os coreanos tem um grande amor pela terra onde vivem, assim como pela ancestralidade. Portanto, sempre tiveram como ideal o desenvolvimento da região dentro dos limites das fronteiras. Ter sido, ao longo de sua história, agredida por investidas imperialistas; se tornado colônia do Japão e, por fim, dividida ao meio só mostra o quão complexa é a questão da reunificação e das políticas sobre ela.

Ainda no mérito do programa nuclear norte-coreano, liga-se a isto, as conversas multilaterais, também chamadas de Conversas das Seis Partes, Conversas Hexapartites ou Negociações dos Seis que envolvem a República Popular da China, Coreia do Sul, Coreia do Norte, Estados Unidos, Rússia e Japão. Para nível de informação, as reuniões começaram em agosto de 2003 como resultado da retirada da Coreia do Norte do Tratado de Não-Proliferação Nuclear.

As conversas entre os seis países são bastante citadas nos artigos jornalísticos, pois seria através delas a realização do debate sobre o programa nuclear de Pyongyang: “a return to the six-party talks and the fulfillment of its obligations under the North Korea

¹⁸ SOUTH..., 2009, online.

¹⁹ THE..., 2010, online.

²⁰ WALL..., 2009, online.

denuclearization is the only solution for the energy and cash-strapped country”²¹. Todavia, segundo a própria imprensa, os encontros não tem rendido muitos resultados, a não ser para Kim Jong Il que utilizaria o momento para pedir dinheiro em troca de promessas as quais não são cumpridas²².

Do ponto de vista acadêmico, as conversas tem tido consequências positivas no que diz respeito a ganho de tempo para todos os envolvidos no processo de reunificação coreana. Victor Cha & David Kang (2004, p.107) reforçam esta ideia:

A Coreia do Norte está encarando um grande número de problemas, e embora possa sobreviver indefinidamente, os problemas que enfrenta estão forçando-a a mudar. Se os Estados Unidos aplicam pressões, o sistema pode simplesmente resistir; tal pressão irá igualmente alimentar uma onda nacionalista contra os Estados Unidos entre os norte-coreanos. Mas encorajando o conhecimento sobre o mundo externo e promovendo mudanças econômicas é mais provável que enfraquecerá o regime e fortalecerá o descontentamento doméstico.

Além disso, um terceiro obstáculo – menos abordado – nos artigos, diz respeito ao PIB per capita da Coreia do Norte. Lee Myung-bak, em declaração ao Korea Herald, explicou que é impossível falar em reunificação sem antes falar no aumento do PIB *per capita* de Pyongyang²³. Entende-se que, como mostrado em dados no capítulo 4, os níveis econômicos da Coreia do Sul - que refletem a qualidade de vida da população - são mais altos se comparados aos do Norte. Logo, esta disparidade se reflete como um grande obstáculo econômico para Seul porque os “custos de investimento dependem largamente, do abismo existente entre renda *per capita* das duas Coreias” (HWANG, 2009, p.32).

Os maiores impactos econômicos do processo de reunificação coreana nós veremos mais a seguir.

Interessa a quem?

Primordialmente, a unificação da península coreana interessa às duas Coreias. Isto fica evidente quando em 2000 foi realizada a primeira Reunião de Cúpula entre os presidentes da Coreia do Sul (Kim Dae Jung) e da Coreia do Norte (Kim Jong Il) para tratar da reunificação dos países. O fato foi lembrado pelo Korea Herald: “the 2000 document said the leaders of

²¹ WAR..., 2009, online.

²² TIME..., 2010, online.

²³ DEFICIT..., 2009, online.

the two Koreas agreed to resolve the question of reunification ‘independently and through the joint efforts of the Korean people’²⁴.

Em 2007, os líderes se reuniram mais uma vez. Os desejos da reunificação através de uma parceria bilateral se mantiveram: “the two sides agreed to achieve unification ‘on their own initiative and according to the spirit of ‘by-the-Korean-people-themselves’”²⁵.

É óbvio que por razões culturais, históricas, econômicas e políticas, as Coreias almejam a unificação. Isto, claro, tendo como pressuposto de que cada uma deseja ser a líder do processo. Arrisca-se a hipótese de que, sendo o homem um animal político - e, portanto, sujeito à formação de grupos sociais – há a busca pela satisfação proporcionada pelo domínio sobre outros grupos mais fracos. É o que aponta Friedrich Nietzsche (1883-1885, p.107), em “*Assim falava Zaratustra*” ao fazer uma reflexão filosófico-contemporânea sobre a “vontade de poder”:

Se o mais fraco serve ao mais forte, é que a isso é persuadido por sua vontade que quer dominar sobre alguém mais fraco ainda. E essa é única alegria de que não se quer privar.[...] onde há sacrifício e serviço e olhares de amor, há igualmente vontade de ser senhor. Por caminhos secretos desliza o mais fraco até a fortaleza e até mesmo ao coração do mais poderoso, para roubar o poder.

A busca pela realização desta satisfação nietzscheana tem se mostrado mais forte do lado da Coreia do Sul, segundo o material analisado. O esforço de Seul em tornar a unificação possível é mais evidente nos textos. Em declaração ao Korea Herald, o Ministro da Unificação Hyun In-taek disse que “a ênfase mudaria de comprometimento para reunificação”²⁶. Posição justificável pela tentativa da Coreia do Sul em salvar uma “sociedade empobrecida” devido ao “respeito a identidade nacional”²⁷.

É possível que a linha seguida pela imprensa internacional seja reflexo de um “determinismo econômico” no qual o “crescimento econômico é a chave para o poder internacional” (FERGUNSON, 2001, p.31). Leia-se Coreia do Sul como sujeito desta ação. Paul Kennedy (1987, p.567), responsável pela obra “*Ascensão e Queda das Grandes Potências*” aporta a afirmação acima:

Todas as grandes guinadas no equilíbrio mundial do *poder militar* seguiram-se a alterações no equilíbrio *produtivo*...onde a vitória sempre ungiu o lado mais bem dotado de recursos econômicos

²⁴ AFTER..., 2010, online.

²⁵ Ibidem.

²⁶ UNIFICATION, 2010, online.

²⁷ AID..., 2009, online.

Um terceiro aspecto dos interesses envolvidos na questão coreana, é referente a China e os Estados Unidos. No caso do último, as ações que eles desenvolvem na região são “devido a necessidade de evitar o surgimento de pólos de poder e de desenvolvimento autônomos na Ásia” (VIZENTINI, 1998, p.18). No caso da China, segundo ainda o autor, a postura é mais “defensiva” já que os chineses “continuam favoráveis a manutenção da presença militar americana na região, pois garante segurança regional”. Isto porque a China é vista como a favor da bandeira de manutenção do status quo na região.

Outro detalhe é que, apesar de serem vistos como agentes importantes para o processo, são colocados como atores “ocupados demais”²⁸ com outros assuntos de maior interesse deles. Logo, não seriam tão atuantes na causa.

Processo

Se há perspectivas de que a unificação irá acontecer, então, como se dará este processo? A partir do conteúdo investigado neste trabalho, percebeu-se um contraste entre as declarações do governo sul-coreano sobre a reunificação e o que este faz na prática.

Lee Myung-bak, presidente da Coreia do Sul, fala abertamente que o processo será de uma “unificação pacífica”²⁹. Por outro lado, é retratado pela imprensa como sendo dotado de “frieza e dureza”³⁰ e de apostar em políticas inter-coreanas mais duras em relação a seu antecessor, Roh Moo-hyun. Medidas estas repreensivas ao programa nuclear de Pyongyang e cujos impactos severos na população são sabidas: “Seul’s own economic punitive measures, including halting all forms of inter-Korean trade, will cause severe hardships to North Koreans”³¹. Além disso, os sul-coreanos querem mostrar força junto a Coreia do Norte para que esta perceba que “cometeu um erro” (referindo-se aqui ao incidente de Cheonan).

Aprofundando-se nesta ideia de contraste de declarações das lideranças sul-coreanas, aponta-se mais um ponto: o governo declarou que será um “processo gradual de reunificação e não o colapso da Coreia do Norte”³². Visão semelhante a de Pepe Escobar (1997, p.35) que acredita ser a Coreia do Sul o “próximo Japão” e “mais cedo ou mais tarde, açambarca o Norte”. Para ele, o “comunismo praticamente virou cinzas no Sudeste da Ásia”. No entanto,

²⁸ “America está distraída com Afeganistão e outras áreas importantes (...) A China está muito preocupada em manter a estabilidade na fronteira nordeste do que discutir a fragilidade do regime [Coreia do Norte]” (tradução nossa, TIME..., 2010, online)

²⁹ UNIFICATION..., 2010, online.

³⁰ The Economist, *Time for North Korea’s friends and foes to start preparing for the worst*, (27.05.2010)

³¹ MOMENT..., 2010, online.

³² THE..., 2010, online.

mesmo defendendo um processo gradual de unificação, Seul diz “não ter medo de uma guerra”³³.

A linha paradoxal entre teoria e prática na postura de Seul foi observada também por estudiosos. Para Victor Cha (2003), “há uma tensão inerente nos dois princípios (...) uma Coreia do Norte nuclear não pode ser perdoada. Mas, ao mesmo tempo, (...) o uso da força não é uma opção para negociar com Pyongyang”.

O atrito entre as duas vizinhas não é a política mais plausível, pois “uma reunificação às pressas, sem uma negociação prévia entre os principais poderes, pode gerar uma disputa conflituosa de poder” (OLIVEIRA, 2005, p.19). Outro motivo para que os coreanos não desejem uma guerra é pelo próprio momento econômico em que vive a Coreia do Sul com uma altíssima dívida pública de 23,7% do PIB³⁴. Rabelais em “*Gargântua*” explica que a força de uma guerra travada sem reserva monetária é “fugaz como um sopro”. O que significa que, a Coreia do Sul pensar em guerra neste momento, é o mesmo que fadar-se ao fracasso.

Entretanto, desde os os primórdios da história até um passado mais recente, a guerra tem sido a “força motriz das mudanças financeiras” (FERGUNSON, 2001, p.47). Seguindo esta lógica e o fato de que a própria imprensa relata que “não há sinal de resistência ao controle de aço dos Kims”³⁵ a probabilidade de o processo seguir a força motriz da guerra é maior. Isto porque outro ponto importante - não colocado em questão pela mídia analisada - são as condições impostas pela própria Coreia do Norte para que a reunificação ocorra.

O embaixador da Coreia do Norte, Kim Pyong Hong, em conferência no ano de 1999, em Wellington explicou: “As tensões não nos habilitam a aspirar uma reunificação pacífica para a Coreia” (BEAL, 1999, P.129-132). Hong reiterou as três condições apresentadas por Kim Jong Il, em 1997, para que a reunificação ocorra. São elas: “1) os três princípios: da independência, da reunificação pacífica e da grande unidade nacional; 2) programa de dez pontos para a grande unidade de toda a nação; 3) a proposta para a fundação de uma ‘República Democrática Confederada’” (AQUINO, 2000, p.5).

Do lado sul da fronteira, o ex-presidente Roh Moo-hyun explicou também o entrave: “As duas Coreias já resolveram o conflito sobre o reconhecimento do Estado, mas ainda tem que solucionar os conflitos ideológicos e militares” (OH, 2003).

Ao que tudo indica, o regime Kim parece se manter imutável bem como a postura sul-coreana diante do assunto. Permanece um confronto de interesses que, se levados à risca para

³³ Ibidem.

³⁴ Fonte: US Department of State (2010)

³⁵ Ibidem 32 e 33.

garantir resultados práticos para qualquer uma das partes que seja, terá como único meio o confronto. Esta hipótese é sustentada por Jorge Rafael Di Masi (1997) em seu informe “*United States Defense Policy Board*” que é citado por Aquino (2000, p.3).. Para Di Masi, existem três possíveis cenários para a reunificação. Nenhum deles é o que podemos considerar “pacífico” e “gradual”. O cenário nº1 pressupõe “queda do governo norte-coreano e êxodo incontrolável de refugiados através das fronteiras com a China e a Rússia”; o cenário nº2 prevê um “golpe de Estado contra Kim Jong II e uma sangrenta guerra civil na Coreia do Norte”; e por fim, o cenário nº3 retrata um “ataque da Coreia do Norte, com artilharia ou com mísseis, contra a Coreia do Sul, com a finalidade de forçar os termos de um acordo de paz e obter assistência massiva”

Mas quando se trata de guerra, não se aborda somente a atuação de dois países isoladamente (Coreia do Sul e Coreia do Norte). No capítulo 03, ressaltamos a existência de um conflito de interesses envolvendo diversos sujeitos, em tempos de guerra. Ou seja, em batalhas entre nações, cada oponente, quase inevitavelmente, conta com a ajuda de aliados para se fortalecer. A mídia internacional relatou a necessidade de envolvimento das cinco potências na questão coreana, como mostra o *The Economist*: “But one way or another it needs to involve all five powers with a stake in North Korea’s future; no one should feel left out”³⁶. Ninguém se sentir deixado de fora significa a necessidade do papel, não somente dos Estados Unidos³⁷, mas de outras nações no desenvolver do processo:

O Japão como, potencialmente, a principal fonte de ajuda, a China como um modelo para o processo de reformas econômicas da Coreia do Norte e a Rússia que está buscando revitalizar a economia de suas províncias do Extremo Oriente pela construção de ferrovias. Em outros termos, a política sul-coreana em relação à Coreia do Norte tornou-se muito mais dependente da assistência e apoio de outros países do que antes. (OLIVEIRA, 2005, p.22)

Onde há potenciais ganhos estratégicos e econômicos com uma guerra, há interesses de grandes nações em jogo. O cálculo de J. Levy (1983) mostrou que, entre 1495 e 1975, houve 119 guerras envolvendo grandes potências. Isto significa que estes países estiveram em guerra durante 75% do tempo - um novo conflito a cada sete ou oito anos. Para José Luís Fiori (2009), “as guerras foram a principal atividade dos Estados nacionais europeus, durante

³⁶ TIME..., 2010, online.

³⁷ A mídia internacional mostra que a reunificação ocorreria pela Coreia do Sul com apoio fundamental dos Estados Unidos como se vê no artigo “Time for North Korea’s friends and foes to start preparing for the worst” do *The Economist* (2010). Nele, se fala do presidente sul-coreano Lee Myung-bak: “He has the full support of President Barack Obama, who has stood America’s military might behind South Korea.

seus cinco séculos de existência e, agora de novo, o Século XXI já começou sob o signo das armas”.

Sendo assim, não restam dúvidas de que a ocorrência de uma guerra vinculada à unificação da península coreana teria proporções gigantescas já que, inevitavelmente, estaria atrelada a participação de poderes hegemônicos. É claro que não se afirma aqui a ocorrência de uma 3ª Guerra Mundial, mas sim um conflito com participações diretas e indiretas. Financeiramente, é impossível calcular os gastos. Isto porque os custos de uma guerra vem aumentando ao longo dos anos. Segundo Kennedy (1987, p.623), na década de 1980, os preços dos armamentos cresciam “de 6 a 10% acima da inflação, sendo que... cada novo armamento é de três a cinco vezes mais caro que o que está sendo substituído”. Sem mensurar ainda, as vidas perdidas e destruição.

Os contrastes encontrados na análise do material ainda se estendem. Outro paradoxo diz respeito às declarações da Coreia do Sul sobre a Política Brilho do Sol³⁸: este tipo de abordagem já não estaria mais em questão ao se lidar com a Coreia do Norte. O *The Economist* em artigo no qual faz uma homenagem póstuma ao criador da “Brilho do Sol”, Kim Dae-jung, relata como a política do falecido presidente contrasta com a do atual: “his ‘sunshine policy’ toward North Korea is out of favour with the current South Korean government”³⁹.

Contraditoriamente, Lee Myung-bak mantém a linha anterior de continuar a “estabelecer por mais de duas décadas políticas de intercâmbio e cooperação”⁴⁰ com a Coreia do Norte. Isto revela vontade dos dirigentes sul-coreanos em mostrarem força e superioridade frente ao vizinho do lado Norte da fronteira, porém sem que isto coloque realmente em jogo os esforços e progressos obtidos através das relações inter-coreanas. Hwang (2009, p.30) explica melhor o sentimento coreano quanto ao sonho da unificação: “unicidade é sempre mais digna do que a divisão, qualquer que seja o custo desta unidade”

Modelo alemão

Inevitavelmente, ao abordarmos o tema da unificação coreana, suscitam-se comparações com o modelo alemão – quando a queda do Muro de Berlim juntou novamente Alemanha Oriental e Alemanha Ocidental. Porém, é necessário cautela ao fazer associações

³⁸ A política “Sunshine Policy” ou “Brilho do Sol” foi criada presidente sul-coreano Kim Dae-jung. Ele ganhou um Nobel da Paz pelos trabalhos de aproximação com a Coreia do Norte advindos da Brilho do Sol, no final da década de 90 (abertura de canais de comunicação e reencontro de famílias separadas pela zona desmilitarizada)..

³⁹ SOUTH..., 2009, online.

⁴⁰ UNIFICATION..., 2010, online.

entre os dois casos. Não é a intenção deste trabalho (muito menos haveria espaço para tamanha discussão) abordar detalhadamente como se deu o processo de reunificação alemão. Mas, levando em consideração que tal modelo foi citado pela mídia nas matérias selecionadas, mostrar-se-a qual o nível das comparações foram feitas.

Os avanços da reunificação alemã estavam embutidos em uma atmosfera de acontecimentos que tomaram a Europa nos final da década de 70, como por exemplo, o físico nuclear soviético Andrei Sakharov (ativista dos direitos humanos e defensor das liberdades civis e reformas na URSS) ter ganhado o prêmio Nobel da Paz em 1975; ou ainda, o Movimento Solidariedade, liderado por Lech Wale, na Polônia (primeiro sindicato não comunista controlado em um país do Pacto de Varsóvia). Para o embaixador alemão Hans-Ulrich Seidt (2010), havia naquela época, na Europa do Leste, um ‘processo de fermentação’ que ia muito além das tendências individuais na Alemanha Oriental.

Outro detalhe comparativo ao modelo alemão é que a população do leste europeu já tinha tradição democrática – diferentemente de Pyongyang que nasceu e permanece sob uma espécie de ditadura comunista monárquica (se assim é possível descrever). Estes fatos claramente ajudaram para que se desenvolvesse um clima de insatisfação perante o povo alemão do lado oriental de Berlim. Seguiram-se diversas manifestações em prol da liberdade de expressão, qualidade de vida e política. Vale recordar que o lema deste movimento era *Wir sind das Volk* ou “O povo somos nós”. Em pouco tempo o socialismo entrou em crise e o governo da Alemanha Oriental viu-se forçado pela massa a abrir-se para negociações com propósito de reunificar os dois lados.

Este contexto não é visto na Coreia do Norte, segundo Seidt. Muito menos foram encontrados relatos no material analisado sobre uma possível desestabilização do regime de Pyongyang neste sentido. Apenas a Newsweek se limitou em um artigo a dizer que “não há nenhum sinal de resistência ao controle de aço dos Kims”. Isto reforça ainda mais a hipótese citada de que o processo de reunificação coreano (se deflagrado) não caminhará para um meio pacífico – diferentemente da revolução pacífica alemã.

Além disso, a imprensa internacional também não explicou nos artigos se o modelo alemão seria ou não o mais adequado para as Coreias.

Das semelhanças, aponta-se, através da mídia internacional, que o processo de reunificação será forçado para o Sul⁴¹. Em outras palavras, será desencadeado por circunstâncias políticas. Porém, seria muito mais difícil para o governo sul-coreano conduzir

⁴¹ DEFICIT..., 2010, online

as mudanças do que foi para o então governo da Alemanha Oriental: “One lesson from Eastern Europe is that the more repressive the regime, the harder it falls”⁴².

Lembra-se ainda que, a reunificação alemã foi de elevada gravidade para o governo Ocidental ter que lidar. Jorg Bibow (2001, p.6). argumentou que as apertadas políticas pró-cíclicas fiscais e monetárias que umedeceram as atividades econômicas depois do resto da década de 1990, e foram as principais causas do crescimento anêmico e da alta taxa de desemprego para as quais o departamento financeiro e o Banco Central do país passaram a ser responsáveis com a unificação.

Infere-se por isto, então, que no âmbito coreano a complexidade do evento é ainda maior e, portanto, incalculável. O motivo, de acordo com os artigos, seria o fato de a Coreia do Norte se muito mais “isolada” e ter uma “menor economia”. Este pensamento corrobora a versão de Hwang (2009, p.28). ao afirmar que a experiência alemã ilustra como a política econômica pós-unificação é uma das considerações mais importantes para a Coreia se preparar com o objetivo de minimizar a externalidade negativa e a perda de eficiência advindas com o a unificação

Ainda assim, Lee Myung-bak não acredita que será pego desprevenido. Em novembro de 2009, o presidente sul-coreano declarou ao Korea Herald: “A nossa não será como a não-planejada reunificação das Alemanhas Oriental e Ocidental. Nós estamos constantemente planejando nossa própria reunificação”⁴³. No entanto, a mídia questionou exatamente o contrário: a Coreia do Sul deveria ter aprendido que não se tem controle sobre isso. É o que diz o próprio Korea Herald: “The fall of the Berlim Wall (...) should serve as a sobering reminder to South Koreans, who mistakenly believe that any fundamental change in the inter-Korean relations will be under their control”.

A experiência alemã – como vimos - provou o contrário. Descontrole sobre uma massa de revoltosos e custos quase inadministráveis que trouxeram inflação e recessão. Oliveira (2005, p.19) explica: (...) há igualmente um relativo consenso de que o modelo de reunificação alemã, rápida e total, seria muito mais onerosa do que um processo gradual e estruturado”. Obviamente, eventos políticos como estes já provaram ser iminentes.

6.2) Agentes

Coreia do Norte

⁴² THE..., 2020, online.

⁴³ WALL..., 2009, online.

Dentre os principais envolvidos no processo de reunificação da Coreia, sem dúvidas, a Coreia do Norte, é a grande “zebra”. É considerada “estranha”; “excêntrica”; um verdadeira “extraterrestre” entre as nações democráticas (e até se comparada a China que não segue exatamente este modelo político). Este perfil se confirma ao levantarmos as unidades de registros encontradas ao longo dos artigos analisados.

Foram quarenta e três (43) unidades examinadas ao longo dos três veículos estudados: entre adjetivos; locuções adverbiais; e substantivos. Deste total, pelo menos trinta e seis (36) são palavras que degridem ou depreciam de alguma forma o país; o povo ou seu líder. Como se tem por objetivo maior o teor qualitativo deste levantamento, citar-se-á aqui apenas algumas destas palavras que exemplificam os traços de caráter da Coreia do Norte pela mídia internacional: “isolada”; “estado heremita”; “excêntrico aliado”; “regime sem dinheiro”; “chantagistas”; “agressividade”; “brutal”; “perigoso”; “sociedade empobrecida”; “mimada”; “vizinho hostil”; “sofridos residentes”; etc.

As outras sete (7) unidades de registro encontradas se relacionam com o uso do instrumento de retórica, a ironia; e expressões do facilitário político. São elas: “todo-poderoso”; “imortal”; “status divino”; “centro do universo”; “Kim Junior”; “poder dinástico”; etc.

Existe um fenômeno conhecido como *Orientalismo* caracterizado pela abordagem do Oriente como coadjuvante da experiência ocidental européia – muito mais resultado da imaginação fantástica da Europa na qual tudo que tinha como origem o Oriente era um contraste em relação ao Ocidente. Edward Said (2008, p.78). explica melhor este conceito:

O Orientalismo constituía em última análise uma visão política da realidade, cuja estrutura promovia a diferença entre o familiar (a Europa, o Ocidente “nós”) e o estranho (o Oriente, o Leste, “eles”). Em certo sentido, essa visão criava e depois servia os dois mundos assim concebidos. Os orientais viviam em seu mundo, “nós” vivíamos no nosso

É inegável a manifestação deste fenômeno ao longo da construção dos textos dos editoriais. O uso de tantas unidades de registro vem dar enfoque maior a este objetivo de mostrar um país completamente distinto dos demais. Em outras palavras, é desenhado um retrato pré-concebido de um sujeito personalizado como inimigo; alguém que a opinião pública deveria rechaçar; um agente “fora dos padrões”, ou seja, que não entende o sistema de empreendimento privado – por ser de outra lógica ideológica e econômica.

Chomsky (2007, p.22). é enfático ao afirmar que “os chamados regimes comunistas são invariavelmente inimigos” A Coreia do Norte, não por acaso, se enquadraria nesta

definição. Ao se remeter a um inimigo, são usadas, inevitavelmente, definições e declarações que levem a diminuição deste. Basta ler alguns trechos dos artigos. Korea Herald diz: “a Coreia do Norte parece mais próxima de um campo de concentração”⁴⁴. The Economist, no artigo “*Dealing with North Korea*” refere-se a “fragilidade do regime”. Já a Newsweek, é mais direta, e define Pyongyang como “inimigo comunista”⁴⁵.

Porém, o autor deixa claro que, na verdade, um país ser intitulado inimigo pelo fato de ser comunista não corresponde, necessariamente, às ações internas de repressão tomadas por seus liderantes. Para ele, estas nações se “distanciam do sistema mundial dominado pelos EUA e tentam usar seus recursos para seu próprio desenvolvimento”. Situação que incomodaria nações hegemônicas. Logo, Pyongyang se encaixaria em um regime totalitário por ser “essencialmente mau” no sentido de restringir a liberdade econômica no que diz respeito aos empreendimentos privados.

Ainda que comprovadamente, a Coreia do Norte se enquadre em pressupostos como “cenário de pesadelo”; “regime ditatorial”; “inflexível”; “brutal”; onde “ninguém se atreve a sugerir que uma mudança é necessária”⁴⁶, é válida a ponderação. Para Jabbour (2009, online), diante de um estado de excepcionalidade frente a ordem mundial, coube a Pyongyang a “busca por soluções nacionais para seus problemas”. Tal fato explicaria a “necessidade e imperiosidade da instalação de uma dinastia de caráter revolucionária”.

Outra contraponto é que, mesmo em nosso sistema liberal democrático existem contradições. Tocqueville (1988, p.427-61) previa que nas democracias, o igualitarismo e a centralização seriam uma ameaça à liberdade. Teóricos políticos do século XX como Adam Przeworski (1992, p.52) questionam um conflito fundamental:

Entre o mercado, em que os indivíduos ‘votam’ com os recursos que dispõem – cuja distribuição é desigual – e o Estado, ‘sistema que aloca recursos que não são seus, com direitos distribuídos por critérios diferentes aos do mercado.

Além disso, o próprio conceito de democracia é volúvel. Isto por si só enfraquece ou, pelo menos, contradiz os valores do modelo democrático adotado pela maioria dos países. A palavra que deriva do grego e significa “governo do povo”, tem variações práticas de nação para nação. Ferguson (2001, p.415). entende que não há um “consenso acadêmico quanto aos critérios exatos capazes de mensurar a democracia”

⁴⁴ CHINA..., 2010, online.

⁴⁵ THE..., 2010, online.

⁴⁶ DICTATORS..., 2009, online.

Existem sim tentativas de quantificar o avanço deste tipo de regime. A organização não-governamental internacional Freedom House, sediada em Washington (DC), realiza levantamentos desde 1973 e confere notas que variam de 1 a 7 dependendo do nível de democracia nos quesitos direitos políticos e liberdades civis. Ora, se há um teor “nobre” e “louvável” sobre a democracia cujo modelo deveria ser unânime no mundo⁴⁷, como não questionar a solidez de um regime que estipula níveis democráticos? Não deveria este ser intransponível e igual a todas as nações?

É interessante que se exponha a não-intenção deste trabalho em “defender” ideologias ou denominar regimes como bom ou ruim – apenas mostrar que em ambos os modelos existem falhas a serem repensadas.

Outra característica encontrada sobre o regime de Pyongyang é o “isolamento” e o “pouco contato com o mundo exterior”⁴⁸. O preço da independência de espírito é caro demais, explica Jabbour (2009, online). Porém, reflete o momento vivido pelo país no que se refere à defesa nacional contra o imperialismo de outras nações. A Coreia do Norte foi submetida ao isolamento internacional – até como uma estratégia de outros países: “alguns ponderavam que o isolamento a que Pyongyang estava sendo submetida poderia conduzi-la a caminhar para um processo de reunificação” (OLIVEIRA, 2005, p. 16).

Se em um regime fechado, com pouco contato ao exterior, condena-se a alienação da população residente de um “país onde a ficção que o ‘Querido Líder’ é todo-poderoso, imortal e o centro do universo deve ser mantida o tempo todo”⁴⁹ é possível questionarmos a nós mesmos, do lado democrático. No mundo Ocidental (também com muitas deficiências - para citar apenas uma, a distribuição de renda entre ricos e pobres), muitos obedecem ao sistema vigente não pela coação – como é pressuposto na Coreia do Norte - mas por opção: “aqueles que obedecem ao sistema (...) não podem alegar, como seus equivalentes da União Soviética, que se submetem por justificado medo” (FERGUNSON, 2001, p.27).

Inevitavelmente, o isolamento norte-coreano veio acompanhado de “provocações” e de uma “política agressiva”⁵⁰ - características expostas pela imprensa internacional. O ataque contra a corveta sul-coreana Cheonan, em Yeonpeyong, em 23 de novembro de 2010, é bastante lembrado: 170 disparos teriam partido da artilharia norte-coreana, deixando dois civis e dois militares mortos. O incidente foi comentado como um ponto máximo de tensão

⁴⁷ Ferguson afirma que a “democracia pode sim estar destinada a triunfar sobre a autocracia no mundo todo” (2001, p.412)

⁴⁸ EVEN..., 2009, online.

⁴⁹ DICTATORS..., 2010, online).

⁵⁰ SPECULATIONS..., 2010, online.

entre as duas Coreias. A mídia expôs a autoria do bombardeio confirmada por “investigação internacional”. Caso isto se confirme, a Coreia do Norte agiu de maneira imprudente. Afinal, o princípio da força só poderia ser usado em caso de legítima defesa frente a um ataque armado – o que não aconteceu, segundo, mostram os artigos.

Porém, se levantarmos o episódio de 2001 quando um navio da Coreia do Norte foi afundado pelo Japão e pouco se comentou a respeito nas páginas de jornais? O fato retratou a primeira vez que a Marinha do Japão afundou uma embarcação estrangeira depois da Segunda Guerra Mundial. O incidente deveria ser desconsiderado ou ‘perdoado’, pois se trata do Japão, um país democrático?

Chomsky fala sobre uma “verdade óbvia” quando fazemos críticas frente a “inimigos oficiais” como, por exemplo, países como a URSS. É muito mais fácil, segundo ele, tomarmos uma posição “perfeitamente racional” frente a política externa dos que estão no poder em países ‘inimigos’. Talvez tal explicação possa ser associada à gravidade excessiva e à aplicabilidade de culpa para com Pyongyang.

Além disso, se a Coreia do Norte é crucificada por sua política agressiva, não deveriam também países como os Estados Unidos também estarem sob a vista grossa da opinião pública? Afinal, quais direitos legal ou moral tinham os americanos de intervir, por exemplo, nas questões internas do Vietnã - que acabaram culminando em uma guerra? Ou ainda apoiar a França no conflito na Indochina?

No âmbito da agressividade política da Coreia do Norte, destaca-se que o regime de Kim Jong Il foi identificado pela análise como um país que “violou regras”: “the DPRK breached the norms of a norm state by formalizing a thir-generation sucession of power”⁵¹. O periódico se refere à sucessão de poder no país comunista, iniciando com Kim Sung-II, passando para Kim Jong-II e agora, seguindo para Kim Jong-un. A política é inaceitável para países democráticos que levantam a bandeira do voto secreto; eleições e candidatos escolhidos pelo povo. Até porque hoje o modelo de democracia é maioria entre as nações e entendida como “fenômeno global” (FERGUNSON, 2001, p.413).

A Coreia do Norte também se ‘atreveu’ a desenvolver um programa nuclear, ou como se publicou no Korea Herald :“não mediu esforços para ser uma potência nuclear”. Ainda segundo a mídia citada, a ação foi uma forma de “consolidar o poder através de provocações militares”. Oliveira (2005, p.11). entende isso como uma verdade já que se armar nuclearmente era o “único instrumento que a Coreia do Norte contava para geração de

⁵¹ PYONGYANG..., 2010, online.

transferência de recursos” Em outras palavras, uma estratégia do tipo ‘moeda de troca’ para angariar fundos para o país. Ressalta-se, neste momento, um adjetivo muito aplicado ao líder norte-coreano: “chantagista”.

Já Henneka (2009) avalia o programa nuclear mais como um “instrumento tático” . Há quem acredite que os Estados Unidos jamais teriam invadido o Iraque se na região realmente houvesse armas nucleares. Seja esta uma premissa verdadeira, o fato é que até hoje, nenhum país ensaiou uma invasão da Coreia do Norte.

Ora, é bastante real que há dois contrapontos sobre a política hostil da Coreia do Norte. O primeiro está relacionado a violação de regras: Chomsky (2007, p.243) explica que os americanos já violaram regras também, como os Acordos de Genebra de 1954 ou ainda casos em que recorreram à força e à violência para ‘preservar’ o regime imposto. Na visão da imprensa, isto se explicaria pelo fato de que “superpotências quebram as regras quando eles precisam – e ninguém pode impedi-las”⁵².

O segundo contraponto é em relação à nuclearização de Pyongyang. Em 1992, EUA e URSS tinham alta capacidade nuclear, mais precisamente, para matar 77,5 bilhões de pessoas (FERGUNSON, 2001, p.61). Naquela época, havia uma ‘lógica’ para a produção em massa de bélicos e armas nucleares (leia-se: corrida armamentista e conflito ideológico). Hoje, como foi ilustrado, existe também uma ‘lógica’ para a Coreia do Norte. É suscetível à reflexão um cenário no qual Estados Unidos, Rússia e países europeus buscam controlar a produção de energia nuclear no mundo visto que, estes mesmos países lideram a lista do Comitê de Energia Atômica no quesito número de usinas.

Seguindo a linha de pensamento midiático, a Coreia do Norte ‘abriu mão’ do crescimento saudável da economia pelo investimento mais efetivo em armamento militar e nuclear. Hwang (2009, p.22). afirma que esta é a grande dicotomia dos políticos do país, o “uso ineficiente de recursos para prioridades militares em detrimento às necessidades diárias” O Departamento de Estado Americano estima que as despesas militares de Kim Jong Il chegam a consumir ¼ do PNB.

Ainda assim, o resultado do investimento militar massivo é visível. Estima-se que, até o final de 2008, o número de homens atuando nas Forças Armadas norte-coreana chegava a quase um milhão e duzentos mil⁵³ (um dos maiores exércitos do mundo). Enquanto a Coreia do Sul tem 680 mil militares. Além disso, Pyongyang leva vantagem sobre Seul em outras categorias-chave de armas ofensivas: artilharia de longo alcance, tanques, transportadores

⁵² LIVING..., 2010, online.

⁵³ White Paper of Defense. Ministry of Defense of the Republic of Korea. 2008.

blindados de pessoa e uma das maiores forças de operações especiais projetadas para inserção por trás das linhas em tempo de guerra. Isto, sem mencionarmos as supostas armas nucleares desenvolvidas pelo país.

O poderio militar tem um preço, como foi colocado pela imprensa. De acordo com Kennedy (1987, p.779)., “no longo prazo a nação que gasta mais de 10% (ou em alguns casos – como quando ela é estruturalmente frágil – mais de 5%) do PIB com armamentos, é provável que isso venha a afetar a sua taxa de crescimento” Aconteceu com a União Soviética que passou por um processo de “hiperexpansão”. Agora, o contexto aproxima-se ao da economia norte-coreana que passou a desandar – isto, claro, atrelando-se outros fatores já mencionados anteriormente.

Mesmo que, para Ferguson (2001, p.465)., seja possível “compensar a inferioridade econômica com superioridade estratégica, operacional e tática” a dura realidade é que os reflexos são sentidos na pele pela população. O artigo “*Aid to the North*” do Korea Herald comenta sobre como a falta de ajuda humanitária do Sul pode ter consequências significantes na “sociedade empobrecida” do Norte. Hwang (2009, p.14) relembra que entre 1996 e 1999 um milhão de pessoas morreram de fome naquela região. A solução para “libertar o Norte da fome” seria transformar seus sistemas político e econômico em uma democracia e uma economia de mercado

É visível que o povo norte-coreano sofre com os recursos limitados do país: “uma Coreia do Norte com uma estrutura econômica totalmente debilitada e dependente da assistência externa” (OLIVEIRA, p.2005, p.8). No entanto, seria demasiada ingenuidade acreditar que o cenário social preocupante é consequência apenas de gastos militares e do sistema socialista. Primeiro porque, como já foi explicitado mais acima nesta monografia, Pyongyang sofre com sanções econômicas impostas há mais de 50 anos – o que agrava e muito as condições sociais devido à privação de recursos, além de ferir princípios fundamentais da saúde e dos direitos humanos.

Segundo ponto é que não existe um sistema econômico e político perfeito, infalível – seja ele qual for. É visível que o sistema socialista vigente hoje, simplesmente não funciona devido a uma série de fatores relacionados a ordem mundial e o sistema financeiro hegemônico - o capitalismo, ou melhor, o neoliberalismo:

Política e ideologicamente [...] o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, tem de adaptar-se a suas normas. (ANDERSON, 1995)

Perry Anderson (1995) vai adiante e admite que “socialmente (...) o neoliberalismo conseguiu muitos de seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais”. Os níveis de desigualdade das economias globalizadas geraram um volume desproporcional de migrações. Ferguson (2001, p.345) defende esta distorção da política neoliberal:

É inquestionável que o livre-comércio e a movimentação de capitais sem que haja um volume desproporcional de migrações internacionais estão levando o mundo inteiro a níveis de desigualdade sem precedentes.

Diante dos dados expostos sobre a Coreia do Norte, percebe-se a mídia internacional posicionando-se contrária à política norte-coreana. Infelizmente, não foram expostos para o leitor (talvez até como uma forma de persuasão) outros argumentos se não os de que Pyongyang como é atualmente não deve ser aceita pela comunidade internacional e pela opinião pública. Mais versões sobre este agente (que não apenas a desejada pela Coreia do Sul e EUA) seriam de grande enriquecimento para a formação da base crítica do leitor do veículo.

Coreia do Sul

Opostamente ao retrato traçado pela mídia internacional sobre a Coreia do Norte, a vizinha Coreia do Sul é desenhada de forma a enaltecê-la. Compreende-se este perfil ao levantarmos as unidades de registro referentes ao país. Foram dezenove (19) unidades encontradas nos três periódicos, a maioria substantivos, mas há também adjetivos. Seguem algumas destas palavras: “corajosa iniciativa”; “impressionante poder de resolver”; “generosidade”; “notável”; “sinceridade”; “vítima de provocação sinistra”, etc.

A única unidade de registro percebida como depreciativa foi “marionete de Washington”. Porém, esta locução adjetiva é colocada como uma declaração da Coreia do Norte e não diretamente escrita pelo jornalista responsável pelo artigo.

Sendo assim, o que se apreende sobre a Coreia do Sul, segundo a análise, é um país exemplo, generoso, democrático, líder, etc. E que acaba por ser vítima das provocações de Pyongyang.

O primeiro aspecto básico sobre ‘quem é’ este agente, observamos exatamente a partir deste traço de caráter do país colocado com status de superioridade frente à Coreia do Norte – suscitando até dúvidas de que se trata do mesmo povo. Francis Fukuyama (1992, p. 106) entende que, sobretudo na Ásia, o “desenvolvimento político poderia desviar-se da

democracia”. Isto por causa da valorização do individualismo relacionado à democracia que vai contra a cultura asiática fortemente baseada na coletividade.

Ainda neste mesmo raciocínio, cita-se a máxima de Kipling, no lendário poema “*The Ballad of East and West*” (1889), em que é irredutível: “O Oriente é o Oriente, o Ocidente é o Ocidente, e os dois jamais vão se encontrar”. Pelo visto, esta máxima foi contrariada pela Coreia do Sul que, pelo menos na economia e política, mostra mais afinidade com os EUA do que com a irmã do Norte. O próprio título do artigo da americana Newsweek mostra isto: “*The Reagan of Seoul*”. O texto mostra que o presidente sul-coreano Lee Myung-bak está seguindo linha ‘reaganista’ de política frente Kim Jong Il. Em outras palavras, significa que, o governista sul-coreano tem tomado ações que fazem alusão à política anti-comunista do presidente norte-americano Ronald Reagan quando em seu governo combateu o ‘império do mal’.

Esta postura anti-comunista soa até um tanto antiquada e contraditória visto que, ideologicamente, o comunismo não representaria mais uma ‘ameaça’ a ordem mundial atual. Chomsky cita um estudo realizado pelo Centro de Informação de Defesa de Washington que a influência russa (modelo soviético de socialismo) atingiu seu auge na década de 50. Já em 1979, tinha influência sobre apenas 6% da população mundial e 5% do PND mundial, à parte a própria URSS (2001, p.336). Logo, parece surreal acreditar em uma política ofensiva justificada simplesmente por questões ideológicas.

Neste sentido, Pepe Escobar (1987, p.97). tem uma explicação para a contradição de valores da Coreia do Sul ao aproximar-se demais do modelo norte-americano. O princípio de harmonia, que está presente em todas as áreas da vida na Ásia, teria sido afetado pela “ganância materialista do hipercapitalismo” De fato, rendeu bons frutos econômicos ao país, não há como negar. Tem a quarta economia mais forte da Ásia, é uma das quinze maiores do mundo e, segundo analistas, tem expectativa de crescimento econômico de 3.9% a 4.2% entre 2011 e 2030. Sem mencionar a renda per capita beirando os US\$ 30 mil. Oliveira (2005, p.8) acrescenta:

No momento em que se acentua o processo de mudanças dinâmicas na península, visualiza-se a presença de uma Coreia do Sul com forte capacidade econômica, independentemente da crise financeira asiática

Além de economicamente poderosa, a Coreia do Sul se destaca nos artigos analisados como sendo dotada de grande “generosidade” para com a Coreia do Norte. Buscou-se mostrar um papel essencial de Seul para a sobrevivência de Pyongyang no que diz respeito à ajuda humanitária: “\$8.5 million in aid from the South to help the North cope with devastating

floods”⁵⁴. Aliás, foi apontada a dependência econômica para com a Coreia do Sul: “Kim Dae-jung’s economic aid programs following the summit talks increased the dependence of the North’s economy on the South”⁵⁵. Terceiro, a Coreia do Sul também é determinante para o futuro econômico do regime de Kim Jong Il: “the government may in the future support the construction of hospitals and agricultural improvements”⁵⁶

Em parte, a justificativa para a ajuda humanitária da Coreia do Sul – apesar das “provocações” da Coreia do Norte – pode-se arriscar aqui é devido ao “humanismo ocidental” adquirido pelos sul-coreanos. Chomsky (2001, p.317) explica que são “perigosos sentimentos de simpatia pelos povos sofredores e oprimidos” que surgiram, principalmente, após a Guerra do Vietnã – quando a população assistiu ao terror da guerra.

Ainda no quesito liderança sul-coreana, é delegado um papel importante ao país no que diz respeito às negociações com a Coreia do Norte. Para a mídia, Seul é a “cabeça das negociações” e está sempre “pronta para resolver o problema”⁵⁷. No círculo acadêmico, há quem compartilhe da mesma ótica: “a perspectiva de reconciliação e não de unificação decorre de algumas percepções como, por exemplo, a de que a balança de forças na península é favorável à Coreia do Sul” (OLIVEIRA, 2005, p.13). Para tanto, Lee Myung-bak tem seguido uma linha diferente de seus antecessores que iniciaram o projeto de reunificação com a política do “Brilho do Sol”. Na campanha de eleição, Lee apresentou suas sete prioridades:

- (1) Desnuclearização completa e abertura da Coreia do Norte.
- (2) A diplomacia pragmática baseada em um consenso nacional e interesse, não com base em ideologia.
- (3) Restaurar a aliança Coreia-EUA estabelecida com base na amizade e nos valores partilhados da democracia e da economia de mercado para interesses mútuos.
- (4) Expansão da diplomacia da Ásia, em parceria com outros estados regionais, movendo-se para a abertura de uma era asiática.
- (5) Fortificação da participação da Coreia na comunidade global como um dos países industrializados.
- (6) Diplomacia energética para se juntar ao grupo de nações mais avançadas econômicas.
- (7) Promoção da diplomacia cultural coreana baseada na abertura mútua e no intercâmbio na região e no mundo (TONG, 2007).

Segundo a mídia internacional, a política e a diplomacia seguidas são “louváveis”. Autores corroboram a ideia. Dae-Won Koh (2004, p.422-441) acredita ser mais “racional” a Coreia do Sul usar de uma “política de engajamento” diante de um contexto de conflito de sistemas. Isto porque seria esta uma “alternativa pacífica e efetiva para vencer o conflito”.

⁵⁴ AID..., 2010, online.

⁵⁵ THE..., 2010, online.

⁵⁶ Ibidem 54.

⁵⁷ NORTH..., 2010, online.

Oliveira (2005) também vê o engajamento como melhor opção frente a uma política de “contenção” que poderia levar à quebra total da Coreia do Norte.

Vale ser ressaltado que, a política de engajamento, mais cautelosa, também reflete o momento econômico do país. A Coreia do Sul vem sofrendo com a alta dívida interna, principalmente, resultado de financiamento de novos gastos públicos em bens e serviços; gastos com juros sobre dívidas anteriores; e devido à política monetária e cambial. Mesmo que o país venha tentando se precaver desde a crise asiática e as perspectivas dos governantes sul-coreanos sejam otimistas, o desfacelamento repentino da Coreia do Norte, elevariam os gastos públicos às alturas.

Estados Unidos

O clichê retrato dos EUA como líder e potência hegemônica é reforçado nos artigos em análise. As unidades de registro mostram bem isto. No total, foram oito (8) entre adjetivos e substantivos, como por exemplo: “sincero”; “liderança”; “poderio militar”; “palavras generosas”, etc.

Segundo a examinação do material, Washington tem presença marcante em assuntos internacionais importantes. Fato verdadeiro visto que após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Conferência de Paris veio por fim a conflitos com a promessa de estabelecimento da paz no mundo a partir da criação da Liga das Nações. Foi aqui que houve o fortalecimento do pensamento liberal norte-americano idealizado pelo então presidente Woodrow Wilson.

Os americanos passariam então a desenvolver um sistema favorável a eles próprios no cenário internacional em que pudessem fazer uso do grande poderio econômico e militar para gerar influência material sobre outros países. Chomsky explica (2001, p.9): “nós que vivemos na órbita americana, estamos sujeitos a um ‘sistema ideológico voltado a servir o poder (...) e exige apatia e submissão total”. A ideia do autor é perceptível por entre as linhas dos artigos: “America is the world’s pre-eminent power”⁵⁸.

Com a península coreana não foi diferente. Apesar de os americanos terem sido citados em artigo da *The Economist* como muito “distraídos com o Afeganistão”, a questão coreana não é imaginada sem a participação do país. Muito menos os EUA se imaginariam fora de um assunto de tamanha relevância internacional. Se analisarmos mais a fundo este intervencionismo americano, perceberemos como as motivações políticas tem raízes muito mais profundas que remetem a traços culturais do país.

⁵⁸ LIVING..., 2010, online.

Podemos dizer que a maioria dos americanos compartilha de uma mentalidade com forte suposição de que os Estados Unidos são excepcionais (incrível ou extraordinário) em comparação com outras nações. É o chamado “excepcionalismo”, uma crença antiga entre os cidadãos norte-americanos. Alguns remetem ainda à colonização do país às raízes puritanas. Naquela época, as pessoas eram religiosamente ensinadas que os Estados Unidos são "a terra prometida e seus cidadãos são o povo escolhido, divinamente ordenado para levar o mundo a melhoria" (MCCRISKEN, 2002).

Apesar de séculos se passarem, a convicção em tais argumentos parece estar ainda viva na consciência americana. McLendon (2007) afirma que os Estados Unidos são uma potência mundial com influência cultural e política, e supremacia sobre as outras nações, mas ainda um país que se recusa a aceitar críticas sobre seus próprios princípios ou para fazer uma reflexão sobre eles.

Este conceito aplica-se à política externa americana e às suas relações internacionais - definidas a partir dos interesses dos Estados Unidos da manterem-se na posição hegemônica e “ajudar” o resto do mundo: “it is critical that we maintain the readiness of our postured forces; continually reinforce our commitment to our allies and partners”⁵⁹.

Ter esta posição de hegemonia significa manutenção de uma ordem estabelecida pelos próprios americanos. Significa também poder descumprir regras – criadas por eles mesmos - quando necessário. Ainda de acordo com a *The Economist* a “America acredita que quando interesses importantes estão em jogo, ignora as regras, como se fosse o próximo hegemon”. O artigo vai além e afirma ainda que “superpotências quebram as regras quando elas precisam – e ninguém pode pará-las”.

Ainda mais se for para defender o modelo democrático norte-americano. Em 1918, o então presidente dos EUA, Woodrow Wilson declarou: “A Democracia parece estar prestes a prevalecer universalmente... A difusão das instituições democráticas...promete reduzir a política a uma forma única..reduzindo todas as formas de governo à Democracia” (MODELSKI & PERRY, 2002, p.25). O governo dos EUA tem razão em desejar a democracia por um ponto benéfico observado por Amartya Sen (FERGUNSON, 2001, p.409), prêmio Nobel. A democracia é boa para a economia, acredita Sen: “a liberdade, desejável em si mesma, também se justifica como instrumento econômico”. Isto se revela através de estudos recentes citados por Ferguson. Nas pesquisas, foi identificado como a qualidade de vida de pessoas em países democráticos é melhor do que em Estados não-

⁵⁹ Ibidem.

democráticos, pois as “necessidades básicas dos seus cidadãos” são satisfeitas ‘até 70% mais”.

Em contrapartida, Escobar (1997, p.98). afirmou que vários líderes asiáticos partidários do despotismo esclarecido “não consideravam a democracia anglo-saxã como a definitiva forma de governo” O autor citou ainda o político malasiano Mahathir Mohamad para criticar que os países com melhor desempenho possuem democracias não tão liberais, com governos desenvolvendo grande papel na economia. Apesar das críticas, os EUA levaram este conceito democrático à Ásia – visível através da Coreia do Sul, principalmente.

A Guerra do Pacífico mostrou como os Estados Unidos estão dispostos a usar da força caso seja necessário, pois a não interferência poderia abalar seu papel como potência hegemônica e estes ficariam excluídos de uma possível nova ordem: “it cannot surrender Asia without losing influence everywhere”. Ainda mais agora que o país, como potência, se sente ameaçado pela China: “America must be able to deploy enough force to deter China”⁶⁰. Porém, Barack Obama também deixa claro que não pretende conter o crescimento chinês (grande parceiro comercial), apenas estará pronto para eventualidades.

Quando se trata de Ásia do Pacífico, eventualidades talvez não falem. Por isso, para Oliveira (2005, p.18)., os Estados Unidos “em último caso, ainda é fator de manutenção da segurança na região” A referência às “mãos estendidas” de Obama, no *The Economist*, possivelmente se relaciona a isto, a estar pronto para atuar para seus aliados e pelos seus interesses. No entanto, esta postura norte-americana já estaria em processo de transformação. Ferguson afirma estar sendo a política dos EUA mais “isolacionista” com intuito de diminuir os gastos no PIB com auxílios de desenvolvimento externos. A justificativa seria que não compensa mais os gastos de defesa direcionados para Estados ‘do mal’.

Levanta-se a partir desta explicação, uma hipótese pela qual Washington não aplicou uma política intervencionista ‘à la americana’. Pode ser que ainda não compense (como vimos acima devido aos altos gastos). Pode ser, segundo a visão de Nasser (2009), que haja entraves maiores como a “ausência de um tratado de paz” no qual os EUA reconheçam o regime norte-coreano e assim sejam possíveis novas negociações. Ou o governo americano pode entender que há a existência de Estados mais urgentes, como exemplifica o autor no caso do Irã.

Mesmo ainda não tão efetivas a ponto de causar uma grande mudança na Ásia, as ações intervencionistas dos EUA são executadas como resposta aos “interesses vitais” que tem na região. Estes interesses significam áreas livres de armamento nuclear. Os artigos

⁶⁰ Ibidem.

analisados mostraram que Washington “quer fim da proliferação [nuclear] na península [coreana]”. Ou seja, é inaceitável, do ponto de vista norte-americano, que um regime ditatorial como o de Pyongyang faça uso deste tipo de energia pelo fato de ser um governo antagônico ao democrático.

Abre-se um parêntese para mostrar como a política norte-americana é paradoxal no sentido de atender, na verdade, as próprias necessidades do país. No passado, os EUA apoiaram vários governos ditatoriais na América Latina. Além disso, até 1920, eram uma nação repressora ainda que o conceito de liberdade estivesse previsto na Constituição. A mudança só veio em 1964 com a revogação da lei de difamação sediciosa (que considerava crime criticar autoridades). Até em um passado mais recente, durante a Guerra Fria, os americanos justificaram o uso da força e do alto grau de militarização para combater a “ameaça soviética” (CHOMSKY, 2001, p.13).

Barry Buzan (2003) defende a ação combativa dos EUA frente à proliferação nuclear: “é muito difícil imaginar que algo pudesse ser feito dentro da região para deter a escalada se os Estados Unidos não tivessem tomado a liderança” Ainda que Henneka (2006, p.20) acredite que a “política americana direcionada à Coreia do Norte tem falhado frequentemente”, é inegável a postura de liderança dos Estados Unidos na questão coreana. Ações cuja necessidade mira na prevenção do “surgimento de pólos de poder na Ásia” (VIZENTINI, 1998, p.18). Afinal, este papel os americanos, provavelmente, gostariam de delegar a eles mesmos.

China

A República Popular da China é o país do contraste, segundo a imprensa. Está em ascensão, é uma potência emergente, é próspera, ao mesmo tempo que, é autoritária e hostil. As dezenove (19) unidades de registro encontradas, muitas são antagônicas entre si, por exemplo: “inequivocamente hostil”; “sucedida”; “autoritária”; “ambivalência”; “suborno”; “forte”, etc. Portanto, infere-se que, aos olhos da mídia, ainda não se sabe se a China representa um acontecimento bom ou ruim no cenário internacional. E ainda, qual seria exatamente o papel dela neste contexto.

O primeiro ponto a ser destacado é o fato de o modelo político chinês ser identificado apenas como “comunista” pelos jornalistas. Fazendo isto, generaliza-se e coloca-se em uma mesma categoria diferentes regimes, ou seja, pelas páginas dos editoriais, China e Coreia do Norte teriam a mesma ideologia política e socioeconômica - quando, na verdade, cada nação tem suas particularidades (difíceis até para serem definidas com precisão por acadêmicos).

No caso chinês, Thiago Rodrigues (2005, p.36). conceitua o sistema político como “fusão do Estado desenvolvimentista com socialista” Já Pepe Escobar (1997, p.29) fala em um “mix de controle estatal e laissez-faire”. No caso norte-coreano, a missão é ainda mais difícil. Elias Jabbour (2009, online) avalia o regime como:

Dinastia de caráter revolucionário” baseada, fortemente, na Ideia Juche que para o estudioso é um “mix de leninismo soviético (organização), mais herança confuciana, [...] mais igualitarismo típico das antigas sociedades agrárias, mais ultranacionalismo progressista asiático.

Admite-se à China o posto de potência: “Deng [Xiaoping] modelou a China na superpotência emergente que é hoje”⁶¹. Entretanto, não passaria de uma “potência satisfatória”⁶². Em outras palavras, a imprensa não parece confiar plenamente na capacidade da China vir a se tornar um poder hegemônico nos padrões existentes atualmente e em nível internacional. A perspectiva é corroborada por Oliveira (2005, p.10): “Embora a China não tenha ainda força econômica ou militar para confrontar os Estados Unidos, tem-se firmemente estabelecido como poder hegemônico na Ásia”.

É viável associarmos tal pensamento com a ideia de Edward Said (2008, p.161) a respeito do fenômeno do Orientalismo. Isto porque é difícil para os ocidentais admitirem que a Ásia desponte e ascenda por méritos próprios – por mais grandiosos que possam ser estes méritos: “(...) períodos inteiros da história cultural, política e social do Oriente são considerados meras respostas ao Ocidente. O Ocidente é ator, o Oriente é um coadjuvante passivo”.

Obviamente, ainda que desmerecidos em sua abrangência pelo Ocidente, os resultados obtidos pelos chineses são inegáveis – e assustam qualquer potência vigente. Para exemplificar apenas alguns, temos o fato da China ter dobrado a renda per capita do país em apenas 10 anos. Resultado muito mais eficiente do que os dos EUA que necessitaram de 50 anos, durante o século XIX, observou Chris Patten, o último governador inglês de Hong Kong.

Rodrigues (2005, p.14) já aposta no futuro do dragão vermelho: “virtual nova potência econômico-militar a rivalizar com o Ocidente no século XXI”. Se é “autoritária” como referem-se os periódicos, há um aspecto positivo disto. A falta de democracia não impediu a China de apresentar crescimento econômico. Se, como relatamos, as instituições democráticas são benéficas para a economia, o governo através do Partido Comunista Chinês

⁶¹ TRANSFORMERS..., 2009, online.

⁶² LIVING..., 2010, online.

(o único do país) soube muito bem colocar a economia a favor do sistema político – e vice-versa. Escobar (1997, p.36). explica melhor: “Deng [Xiaoping] só sugou o que era doce; muito investimento estrangeiro, muitas exportações, muita alta tecnologia e muito lucro. Nada de democracia. Resultados práticos”

Não à toa, a China foi também apontada nos editoriais como sendo uma “difícil parceira”. Sim, pois como acredita Escobar a dificuldade em lidar com os chineses vem do fato de se observar o país com “olhos ocidentais”. Segundo explicação do autor, os Estados na China sempre foram absolutistas, e um “Estado chinês só é ameaçado por um absolutismo rival. Só quem pede democracia representativa são minorias intelectuais influenciadas pelo Ocidente”

Além disso, a forte economia dos chineses vem aliada a uma política externa para defesa de seus interesses de soberania, segurança e desenvolvimento do país. O presidente Hu Jintao, em relatório ao 17º congresso quinquenal do partido, disse também que a China seguirá o caminho do desenvolvimento pacífico: "Sejam quais forem as mudanças na situação internacional, levantaremos a bandeira da paz e da cooperação"⁶³. Mesmo que levante a bandeira da paz, a China já mostrou que quando se tratam de seus objetivos, é bastante obstinada e pouco flexível. Rodrigues (2005, p.62) identificou que o “interesse territorial da China interfere nos de outras 24 nações”.

Eis mais um entrave para a questão coreana: a própria China. A Newsweek escreveu que os chineses estão “comprometidos com a rota” de manter a Coreia do Norte à tona, ou seja, de garantir a sobrevivência do regime de Kim Jong Il. De maneira geral, os periódicos expõem os chineses como apaziguadores de ‘provocações’ cometidas pela Coreia do Norte. O regime de Kim Jong Il estaria sobre a proteção da China. Portanto, o país não facilitaria uma unificação coreana.

Acadêmicos como Zhu Feng (2010) da Universidade de Pequim partilham desta ideia em que o dragão vermelho tem uma política em relação aos norte-coreanos regida pela “inércia”. O autor vai além e afirma que a “maioria dos chineses não simpatiza com o regime leninista dinástico de Kim Jong-II (...) Ainda assim, os líderes chineses parecem incapazes de abandonar o Norte, independentemente de quão odioso for o seu comportamento”.

Até porque a disputada região da Ásia-Pacífico também está na mira dos EUA, Pequim sabe disto e não gostaria de ter americanos ameaçando a segurança da sua fronteira. Para não criar impasses diplomáticos frente a Washington, a China tem sido flexível na

⁶³ UOL Notícias. Política externa chinesa buscará a paz e defenderá a soberania.. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2007/10/16/ult1808u103231.jhtm> Acesso em: 20 nov..2011

medida do possível: “tem expressado, repetidamente, sua disposição de não criar dificuldades na Ásia para os Estados Unidos, mas não levará essa boa vontade até o ponto de abandonar a RDPC à sua sorte” (NASSER, 2009, p.108).

Para a mídia, esta postura chinesa de não ‘desagradar’ nenhum dos lados – muito menos a si mesma – pode colocar em xeque sua “credibilidade como potência”⁶⁴. No entanto, a própria imprensa mostrou que a China “obedece mais ou menos as normas globais”⁶⁵. Logo, não se deveria esperar que Pequim siga a lógica ocidental sendo ela uma das mais antigas civilizações da Terra. Assim, a China não deixa de representar um obstáculo no caminho das políticas intervencionista e imperialista dos americanos.

Portanto, se os Estados Unidos tem papel de liderança na questão coreana, a China tem também um papel bastante estratégico por duas questões, principalmente. Primeiro, se não fosse a presença chinesa no impasse das Coreias, dificilmente, a região teria tanta importância nas discussões das potências mundiais. É o que aponta Hwang(2009, p.21): “If it were not under Beijing’s tutelage, the North’s existence would largely be ignored whatever brinkmanship the deformed regime may employ hard”. Segundo ponto, é que o modelo chinês pode ser útil como base para a reforma da economia norte-coreana frente a uma possível reunificação (OLIVEIRA, 2005, p.22).

6.3) Impactos Políticos

Para estabelecer as consequências políticas advindas da reunificação coreana, foram estabelecidas quatro tópicos principais: 1) Modelo estabelecido 2) Novo papel da Coreia 3) A relação com as potências 4) Programa Nuclear.

Modelo estabelecido

Levantado o material das editoriais dos periódicos, percebeu-se que a imprensa mostra a possibilidade de reunificação – apenas – pela Coreia do Sul. Entende-se por isso, que o modelo político que seria predominante em uma Coreia unificada é o de uma democracia capitalista liberal – ao estilo norte-americano. Se observa isto, por exemplo, no Korea Herald (2010): “(...) even China is (...) preparing for a reunified Korea led by Seoul”.

Ou ainda, quando se fala sobre o imposto de reunificação que ajudaria a preparar o Sul para absorver o Norte: “a reunification tax that would help the South absorb the North”⁶⁶.

⁶⁴ MOMENT..., 2010, online.

⁶⁵ LIVING..., 2010, online.

⁶⁶ THE..., 2010, online.

No meio acadêmico, existem algumas teorias que poderiam justificar o porquê da tendência midiática em apostar no modelo da Coreia do Sul como vigente na península unificada. Ferguson (2001, p.31). fala de três tipos de “determinismo econômico”. Um deles se encaixa neste raciocínio, o qual prevê que o “crescimento econômico é a chave para o poder internacional” Já Paul Kennedy (1987, p.567) relaciona o sucesso nas relações internacionais à economia: “todas as as grandes guinadas no equilíbrio mundial do *poder militar* seguiram-se a alterações no equilíbrio *produtivo*... onde a vitória sempre ungiu o lado mais bem dotado de recursos econômicos. Por fim, Francis Fukuyama (1999, p.282).acredita ser a “democracia liberal a única alternativa viável para sociedades tecnologicamente avançadas”.

Aplicando-se à questão coreana, significa que por a Coreia do Sul ser a mais desenvolvida economicamente e se utilizar do modelo político predominante (democracia), supõe-se que a nova Coreia unificada seguiria a lógica política vigente.

Papel da Coreia

Não foi verificado diretamente a colocação do novo papel da Coreia unificada no cenário internacional nos textos examinados. No entanto, a partir do raciocínio presente no desenvolvimento da questão coreana pela mídia, são sugeridas algumas hipóteses retiradas do ambiente acadêmico.

De maneira geral, diversos autores vislumbram resultados positivos com a reunificação. Uma conciliação entre os dois países seria bom para todos os envolvidos, principalmente para os próprios: “70 milhões de habitantes, potencial industrial no Sul, riquezas naturais no Norte, e uma determinação nacional de talvez parar para descansar uma semana” (AQUINO, 2000, p.5).

Com tantos pontos positivos, inevitavelmente, os avanços viriam em vários aspectos: “econômico, social, e inerente tradição nacional e superiores frentes culturais, redirecionando sua energia nacional, talentos, e outros recursos (...) para interesses referentes a questões políticas, ideológicas e de segurança” (HWANG, 2009, p.29).

Enfim, nasceria deste processo uma “nova potência” (VIZENTINI, 1998, p.17) . Como tal, deveria começar a trabalhar na maneira como despontaria sobre a China no contexto internacional ou será superada (OLIVEIRA, 2005, p.10).

Relação com as potências

A reunificação das Coreias, inevitavelmente, traria mudanças no relacionamento entre os agentes envolvidos, sejam elas positivas ou negativas. No entanto, faltou mais desenvolvimento deste assunto nos editoriais em análise. O pouco que pode se falar sobre isto, a partir da ótica da imprensa, é que como o processo está previsto para se dar pelo Sul absorvendo o Norte, Seul contaria com o apoio militar dos EUA, como no trecho do *The Economist*: “He [Lee Myung-bak] has the full support of President Barack Obama, who has stood America’s military might behind South Korea” (TIME...2010, online). Isto nos levaria a acreditar em um fortalecimento da relação Seul-Washington advindo do processo. A dúvida, neste sentido, permeia sobre a manutenção das tropas americanas na península, ou seja, se a presença física de Washington se preservaria.

Em contrapartida, tal desdobramento desagradaria a China que – como vimos – não tem interesse algum na presença dos Estados Unidos na fronteira chinesa: “China would not like American soldiers on its borders. Nor would China wish America or South Korea to assert control over the North”⁶⁷. Contudo, se os acontecimentos não ocorressem conforme os planos chineses, estes já estariam se preparando para eventuais consequências: “Chines government could support the reunification of the Korean Peninsula under the South Korean flag”⁶⁸.

Da perspectiva acadêmica, esta ideia de adaptação chinesa também é válida, pois não prejudicaria economicamente o país. O comércio entre China e Coreia do Sul é quase 70 vezes maior que o com o Norte. Logo, Pequim se encaixaria melhor como uma “potência mercantilista” e assim, “deverá inclinar-se decisivamente para a zona sul”⁶⁹.

Um detalhe é inquestionável sobre este processo de reunificação coreana: testará a capacidade de EUA e China conviverem tão próximos – um ponto importante destacado pela mídia⁷⁰. É difícil prever quais seriam os resultados de uma aproximação neste sentido, tanto que a questão não foi sequer levantada pela imprensa.

De volta ao cenário acadêmico, estudiosos também suscitam incertezas sobre o tópico discutido. Caso houvesse esta transformação na península de forma súbita, é previsível que, principalmente, países vizinhos como a China seriam os mais influenciados, não apenas devido às “levas de refugiados, mas pelas incertezas do jogo estratégico, em seus diferentes matizes” (AQUINO, 2000, p.7).

⁶⁷ LIVING...,2010, online.

⁶⁸ CHINA..., 2010, online.

⁶⁹ AS CONTRADIÇÕES..., 2011, on line.

⁷⁰ CHINA may not be ready to curb ‘spoiled’ North Korea yet. Korea Herald. 12 out. 2010, Editorial.

Mas não somente os chineses, os americanos também teriam consequências a partir de uma Ásia redesenhada, com agentes mais fortes e maiores, e economias mais direcionadas para a própria região. É o que complementa Vizentini (1998, p.15) ao alertar sobre “maiores dificuldades de controle sobre a evolução político-econômica” do continente por parte dos EUA

Por fim, as apostas – por menores que sejam - regem um cenário em que os impactos do processo de reunificação irão afetar o poder de potências como China, Rússia, Japão e Estados Unidos, principalmente. Perigosas são as implicações no âmbito da segurança da região – um assunto não resolvido. Segundo Rodrigues (2005), isto acontece devido os três atores estratégicos na questão coreana (EUA, Japão e China) demonstrarem “resistências para exercer um papel de liderança” no sentido mais prático da palavra.

Programa nuclear

Como já foi explicado anteriormente neste trabalho, a Coreia do Norte é possuidora de um arsenal nuclear satisfatório (ainda não calculado) suficiente para ser apontada como ameaça à ordem democrática internacional. Sendo assim, ao questionar-se sobre a potencial unificação coreana, devemos nos ater aos fins que serão dados ao programa nuclear norte-coreano. Em outras palavras, o que será feito dele?

A resposta não foi encontrada nos editoriais em debate. Todavia, se o processo ocorrer por meios pacíficos, será todo este armamento nuclear extinto? E se o processo for iminente e, conseqüentemente, caótico?

Estudiosos do assunto também não se arriscaram nas previsões, nem em explicações profundas. No momento, o que é exposto no meio acadêmico é a tentativa de resolver a questão no presente por meios diplomáticos, desnuclearizando a Coreia do Norte através das Conversas entre as 6 partes. Oliveira (2005, p.18).finaliza: “a questão de ganhar tempo é de interesse de todos os atores”

6.4) Impactos Econômicos

O musical Cabaret já afirmava: “Dinheiro faz o mundo girar”. Com a Coreia unificada, a premissa também é válida para determinar se o novo país vai funcionar ou estancar, principalmente do ponto de vista do Sul haja vista que seria o lado que comandaria a anexação. Desta forma, não só o modelo político (como mostrado no tópico anterior) passaria a ser dominante, mas também o sistema econômico, segundo informou a imprensa.

Ideologias a parte, isto deverá ocorrer não pelo modelo da Coreia do Sul ser mais bem-sucedido na teoria, ou com mais possibilidade de resultados na prática – até porque a mídia analisada não se deu ao trabalho de buscar vantagens e desvantagens reais neste sentido - e sim daquele modelo que dita as regras da economia global. Em “*A Era dos Extremos*”, Eric Hobsbawn (1995, p.558-85).comenta esta incompatibilidade ao criticar o fracasso do socialismo de Marx no século XX:

O desenvolvimento sustentado era incompatível com uma economia mundial baseada na busca ilimitada de lucro por empresas econômicas que a isto se dedicam por definição e que competiam entre si em um mercado global livre.

Por fator de organização, este tópico foi dividido em outras três categorias: 1) Custos; 2) Consequências negativas e 3) Consequências positivas. Analisemos o que foi debatido neste sentido, no material midiático analisado.

Custos

Sobre quanto custará aos cofres da Coreia do Sul a anexação do Norte, a resposta é basicamente a mesma: será muito caro. O Korea Herald é bem dramático no ponto: “custos astronômicos”⁷¹. A previsão média entre os periódicos é de gastos entre US\$ 1 trilhão e US\$ 3 trilhões. As estimativas da imprensa destoam com a de especialistas como por exemplo, Aquino o qual é bastante otimista sobre os custos e fala em pelo menos US\$ 200 bilhões (2000, p.4). Já Hwang (2009) prevê US\$ 2,64 bilhões, mas faz uma ressalva: os investimentos do Sul dependerão da renda per capita do Norte– hoje está em cerca de US\$ 1.800 enquanto a do Sul chega a US\$ 24 mil.

Para dois dos veículos observados neste trabalho (The Economist e Newsweek), há a crença de que o processo de reunificação será mais caro do que o da Alemanha. A explicação é a disparidade entre os padrões de vida de ambas as Coreias ser maior comparada às Alemanhas Oriental e Ocidental no fim da Guerra Fria⁷².

Pensando neste abismo econômico e social entre Norte e Sul, o governo sul-coreano pôs em pauta a criação de um “imposto de unificação” que, de acordo com o The Economist, seria direcionado para pagar os custos pelo colapso da Coreia do Norte⁷³. Em outras palavras, funcionaria como amortecedor do choque fiscal de anexação da Coreia do Norte. Porém, há algumas questões fundamentais não debatidas pelos meios de comunicação.

⁷¹ MOMENT..., 2010, online.

⁷² TALK..., 2010, online.

⁷³ THE OLD..., 2010, online.

Se há a intenção dos líderes sul-coreanos de criar um imposto, deveria ter sido abordado pela mídia, então, qual o tipo de imposto em questão, e se é aplicável à problemática coreana, levando em consideração o contexto econômico do país. O “*Dicionário de Economia*” de Paulo Sandroni (2008) tem nove conceitos relacionados a tipos de impostos: imposto pessoal, imposto real, imposto direto, imposto indireto, imposto por cotas, imposto por contingente, etc. Logo, não foi encontrado nas páginas dos editoriais qual imposto seria o de “unificação” e qual incidência dele.

Caso a opção fosse pelos impostos indiretos (incidentes no consumo ou sobre as vendas), há economistas que não vislumbram bons resultados. Acreditam ser estes impostos – em níveis elevados - responsáveis por maior pressão inflacionária uma vez que as empresas, normalmente, transferem para o consumidor o valor dos impostos pagos através da elevação do preço dos produtos. Como a inflação da Coreia do Sul refere-se maioritariamente ao índice de preços ao consumidor, ou seja IPC, há uma tendência para que a hipótese inflacionária seja verdadeira. Haja vista que o país vem apresentado inflação um pouco elevada, em 2011: agosto (5,331 %); setembro (4,252 %); outubro (3,905 %) ⁷⁴.

Um detalhe é que a opção por um imposto indireto para aumento da receita do governo da Coreia do Sul, ainda não é um mecanismo suficiente, segundo Ferguson. O autor (2001, p.78) explica o porquê:

Em primeiro lugar porque o comércio e o consumo, e com eles também as receitas tributárias, tendem a retrair-se em tempos de crise; em segundo lugar, porque o imposto indireto é geralmente regressivo, e o recurso excessivo a ele pode gerar instabilidade política

Se a opção fosse por impostos diretos (incidentes sobre a renda e o patrimônio), o cenário também sinalizaria perigo. Normalmente, significaria mais desemprego, já que a esta tributação direto na fonte diminui o poder aquisitivo da população, reduz o mercado consumidor e isto se torna um círculo vicioso no qual há aumento de desemprego, pois se não há a disposição e a capacidade de comprar bens – essencial para o fluxo de produção de um país. Problema que a Coreia do Sul deve tentar conter, ainda mais recentemente, quando um relatório da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) – da qual Seul faz parte – previu que o desemprego atingirá principalmente os trabalhadores mais

⁷⁴ Dados do Global-Rates.com. Disponível em: <http://pt.global-rates.com/estatisticas-economicas/inflacao/indice-de-precos-ao-consumidor/ipc/coreia-do-sul.aspx> . Acesso em: 25 de nov. 2011.

jovens, com a porcentagem de desempregados entre os 15 e os 24 anos mantendo-se acima dos 17% até 2012⁷⁵.

Comumente, os instrumentos de política macroeconômica dos governos envolvem atuação sobre a oferta agregada e as despesas planejadas de um Estado. Segundo Vasconcelos & Garcia, o objetivo é de “permitir que a economia opere a pleno emprego, com baixas taxas de inflação, com distribuição de renda justa, e cresça de forma contínua e sustentável” (2008, p.112). No caso da Coreia do Sul, a política macroeconômica reflete uma política fiscal para arrecadar tributos e controlar as despesas, tendo em vista a alta dívida pública.

No mais, é preciso cautela do governo ao pensar em política fiscal, e se a criação do novo imposto é viável uma vez que, como já é de senso comum, medidas fiscais são vistas como impopulares. Afinal, para o desenvolvimento econômico, é necessário que a carga tributária seja compatível com o incentivo ao investimento e a outras ações que levem à melhor eficiência da economia.

Consequências Negativas

A dívida interna ou déficit público da Coreia do Sul é elevada - fruto do excesso de dispêndio governamental. Segundo o Banco da Coreia, em 2010, atingiu 2,5 trilhões de won (1,6 trilhões de euros) ou 22,7% do PIB. O número representa uma alta de 7,4% se comparado ao ano de 2009. As empresas privadas são as que possuem o maior montante: 1,282 trilhões de won.

Este é um ponto negativo identificado pela imprensa. Quando da reunificação, o país deverá estar “fiscalmente preparado”⁷⁶, pois são previstos impactos macroeconômicos desta magnitude – leia-se descontrole da dívida. A mídia não está totalmente equivocada. Aquino (2000, p.7) demonstra preocupação quanto ao “fardo” a ser carregado pela Coreia do Sul:

As implicações (...) seriam dramáticas sobretudo para a economia da Coreia do Sul, porque teria que assumir a maior parte do ônus de socorrer a Coreia do Norte e implementar todas as medidas institucionais, econômicas, etc., sem estar devidamente preparada para isso.

Adam Smith (2007) também vê impactos negativos sobre a dívida pública. Em “*Riqueza das Nações*” mostrou que o financiamento da dívida tende a afastar o investidor

⁷⁵ UM em cada cinco jovens do Primeiro Mundo não terá trabalho em 2012, prevê relatório. UOL. Opera Mundi. Notícias. 18 dez. 2010. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/8323/um+em+cada+cinco+jovens+do+primeiro+mundo+nao+te+ra+trabalho+em+2012+preve+relatorio.shtml> . Acesso em 20 nov. 2011.

⁷⁶ DEFICIT..., 2009, online.

privado e, portanto, deprimir a formação de capital privado. A lógica é que para investir, um país precisa poupar através da captação de poupança nacional (quantia disponível para financiar o investimento interno). Se um país tem histórico de déficit orçamentário, a poupança interna do país é afetada, e diminuem os investimentos internos (fonte do futuro crescimento econômico). Para resolver o impasse, Robert J. Gordon (2000) afirma que as duas soluções a longo prazo são “óbvias”: (1) aumentar a poupança privada e (2) reduzir o déficit do orçamento do governo.

A Coreia do Sul tem fatores positivos a seu favor que é a taxa elevada de poupança nacional⁷⁷ e o superávit comercial, tornando o problema da dívida administrável. De acordo com dados do Banco da Coreia, o país encerrou 2010 com 4º maior superávit por conta corrente desde quando o relatório passou a ser publicado. O montante foi de US\$ 28,21 bilhões. Além disso, a literatura não é conclusiva a respeito da relação entre crescimento econômico, taxas de poupança doméstica e investimento. De qualquer forma, quando se trata de macroeconomia, no contexto coreano, o cuidado deve ser redobrado.

Um outra consequência negativa observada pela imprensa diz respeito aos efeitos das incertezas advindas da reunificação das Coreias no mercado financeiro. O Korea Herald reproduziu declaração da agência Standard & Poor's: “Nós continuamos a ver a instabilidade como um importante fator de restrição de crédito da Coreia do Sul”⁷⁸.

Na época dos ataques à ilha de Yeongpyeong, no final de 2010, as bolsas asiáticas sofreram com a tensão coreana. O índice KOSPI da Coreia do Sul fechou com -0,3%. A agência de classificação de risco Standard & Poor's afirmou que iria revisar a nota de crédito da Coreia do Sul se a tensão na península coreana aumentasse. Um possível rebaixamento do rating sul-coreano poderia impactar no custo do país em tomar empréstimos e na avaliação que os investidores fazem dos ativos do país. Com o passar do tempo, o rating menor poderia fazer com que os investidores demandassem juros mais altos para manter os títulos da Coreia do Sul, em função do risco maior.

Atualmente, a Coreia do Sul tem o rating (classificação de risco) de crédito A classificada pela S&P, com perspectiva estável. Mesmo assim, sabe-se que qualquer instabilidade na península é fator de volatilidade do mercado financeiro.

Consequências positivas

⁷⁷ Segundo dados do Banco Mundial compilados pela equipe do Credit Suisse, entre 2002 e 2007, a poupança doméstica média da Coreia do Sul foi de 32,1% do PIB.

⁷⁸ PYONGYANG..., 2010, online.

A reunificação coreana traria, com certeza, bons resultados para a península. Para a Coreia do Sul, de acordo com o material analisado, o processo seria, primeiramente, um meio de ajudar a “população sofrida” da Coreia do Norte. Ou seja, consistiria em oferecer uma oportunidade de usufruir dos mesmos avanços tecnológicos e qualidade de vida do lado Sul. Além é claro, de levar o modelo de democracia e liberdade⁷⁹.

Outro impacto positivo seria a preservação da identidade nacional⁸⁰. Anteriormente, foi abordada a importância dos laços ancestrais para os coreanos que são apaixonados pelo sangue – no sentido real e figurado. O colunista do Korea Times Jon Huer (2009, online) explica, no artigo “*Korean Blood, Real and Imagined*” que os sul-coreanos veem as relações sanguíneas como “supremas” e que as palavras “carne” e “osso” são frequentemente usadas em pronunciamentos e preferências. O colunista completa:

Neste sentido, vemos a Coreia ainda aprofundada em alguma terra distante de sua ancestralidade mítica e unicidade que são testemunhadas pela espessura e autenticidade de seu sangue. Isso é ilustrado pelas estranha responsabilidades emocionais sobre a Coreia do Norte..

Neste sentido, torna-se mais compreensível o desejo ainda vivo das populações de ambos os lados se unirem novamente. O sentimento de fraternidade - dificilmente compreendido pelo Ocidente - seria mais forte no subconsciente deste povo do que um mero ingrediente geopolítico de diplomacia ou cálculos financeiros. Em outras palavras, a reunificação significaria reunir dois países ‘gêmeos’, que compartilharam de laços ancestrais idênticos e, no final das contas, são somente ‘um’.

No entanto, os resultados obtidos da reunificação não simplificam-se em questões culturais, sociais e ideológicas – como foi apresentado pela mídia. Existem outras consequências não debatidas, mas que são merecedoras de atenção.

O problema demográfico da Coreia do Sul é real. A população do país é a que envelhece mais rapidamente no mundo. Até 2018, 14% da população deve ser formada por idosos, e até 2026 será de 20%, apontou o “Center for Strategic and International Studies”. Os impactos sócio-econômicos deste envelhecimento devem começar a partir da metade de 2020, segundo relatório do “Korea Institute for Health and Social Affairs”. Só para citar alguns seriam: diminuição da produtividade; sobrecarga do sistema previdenciário; número reduzido de população ativa; pagamento de reformas; etc. Definitivamente, os cerca de 24,5 milhões de coreanos do Norte aliviarão este problema.

⁷⁹ DEFICIT..., 2009, online.

⁸⁰ Ibidem.

Existem, paralelamente, outros benefícios da reunificação em termos econômicos. Quando elevado o número da população ativa, isto traduz-se em mais mão-de-obra, mais renda, mais consumo, mais produtividade, etc. Min Sung (2009, online). reforça esta ideia ao enumerar as três principais vantagens econômicas: “relações com a Rússia e a China engendrariam comércio mais produtivo; forças militares coreanas não prejudicariam mais a economia; e efeitos positivos sobre o mercado de trabalho na Coreia”.

Hwang (2009, p.26) completa: “não só para trazer competitividade externa, mas também para aumentar a coragem nacional (espíritos), acima de tudo”. Acrescenta-se também, o fato da Coreia unificada passar a ter mais terras, recursos naturais e, claro, suspender as tensões e gastos militares provocados pela rivalidade entre os dois lados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gramsci (1971), em *“Cadernos do cárcere”*, escrito entre 1929 e 1935, tenta entender as sociedades capitalistas das décadas de 20 e 30. A partir de suas reflexões, ele conceituou uma forte palavra, frequentemente, usada nas relações internacionais: hegemonia. Gramsci explicou que o conceito é “vago” e “flexível” e só faz sentido quando aplicado na prática. Por isso, levou sua definição para a noção de Estado e percebeu como a hegemonia estava enfiada na sociedade civil, visto que a burguesia poucas vezes se viu obrigada a administrar o Estado, ou seja, se utilizam apenas do poder.

A ideia gramsciana de que a hegemonia é suficiente para garantir o comportamento submisso da maioria das pessoas durante a maior parte de tempo se relaciona com os pensamentos de MARX & ENGELS (2007), em *A ideologia Alemã*”. Na obra, os autores mostram que a consciência dominante nada mais é que fruto das ideias da classe dominante – aquela que detem o poder material.

As teorias acima se aplicam, verdadeiramente, no discurso da mídia analisado neste trabalho. Nós como jornalistas ou mesmo como leitores, muitas vezes, reproduzimos a ideologia vigente, sem nos propormos a questioná-la. Fortalecemos nossas convicções pré-estabelecidas para reforçarmos uma ideologia presente, porém quase imperceptível. É o que Chomsky (2007, p.25) afirma como sendo mais fácil “sucumbir às exigências dos poderosos” do que irmos contra elas, investigarmos o que são fatos e o que são meias verdades.

A questão coreana envolve muito mais tensões, interesses e complexidades do que a mídia se limitou a mostrar, ou ainda do que poderiam ser mostradas por este trabalho. Os impactos mostrados aqui são apenas uma amostra – ainda que ínfima – das previsões sobre um acontecimento (reunificação) imprevisível. Coube a este trabalho tentar suprir a carência acadêmica sobre a temática uma vez que foram encontradas muitas dificuldades para compreender a problemática por falta de aporte teórico, a maioria das vezes, em âmbito nacional. Quem sabe, não tenha sido por isto, a falta de abordagem profunda da imprensa sobre a problemática.

Apesar das limitações encontradas, foi possível esclarecer algumas questões e instigar a reflexão de outras (haja vista a natureza ensaística deste projeto frente a uma temática hipotética). Por mais que diante de um processo de reunificação seja quase inevitável o surgimento de comparações com o acontecido com as Alemanhas Ocidental e Oriental, percebeu-se que tal relação é precipitada uma vez que as particularidades sobre a Coreia são

outras bem distintas das alemãs: tanto na política (os norte-coreanos não tem histórico de democracia), na economia (os níveis econômicos da Coreia do Sul são mais baixos que os da Alemanha Oriental), na ideologia (Kim Jong Il e o regime presente em Pyongyang não parecem estremecidos, apesar das especulações negativas sobre tensões advindas com a sucessão) – sem mencionar fatores culturais e valores não perceptíveis a ‘olhos ocidentais’.

Logo, percebe-se que a Coreia do Norte não é o único empecilho deste processo e sim um conjunto de características. O país é um regime cruel, despótico? Totalitário? Talvez sim. Não se sabe ao certo, pois até mesmo quem visita Pyongyang (os poucos que conseguem) tem dificuldades para enxergar além do que já está ensaiado na agenda dos norte-coreanos que recebem os turista, e não cabe a este trabalho fazer acusações. O fato é que não existem governos irrevogadamente ‘bons’ ou ‘maus’. Existem ideologias que nos fazem crer nisto, que querem nos provar que sim.

A Coreia do Norte é sim um país pobre devido a um sistema considerado atualmente obsoleto. A miséria é fruto também de pressões externas (sanções econômicas) e incompatibilidade com o sistema monetário internacional. São adversidades que Kim Jong Il enxerga, e paga um preço alto para manter a ideologia do país. Mas, pelo visto, isto não significa, necessariamente, ser algo negativo, pois os norte-coreanos pagam ‘com orgulho’ a independência da região.

Por mais que o esforço tenha sido grande, acadêmicos, jornalistas e a autora deste trabalho não conseguiram achar respostas para as principais perguntas “quando” e “como” do processo de reunificação. A via pacífica não é imaginada diante dos impasses políticos e ideológicos entre Norte e Sul e entre os interesses maiores dos agentes envolvidos. A sensação que se tem é que a via pacífica não é uma opção neste caso. A imprevisibilidade é o fator chave da questão, assim como a conciliação dos interesses estratégicos das potências.

Caso a reunificação se consolide e seja conforme acadêmicos e jornalistas prevem, tendo a Coreia do Sul a liderança sobre o processo, os impactos também são incalculáveis. Os custos elevadíssimos e as consequências financeiras de larga escala. Destacam-se os desafios da equiparidade da qualidade de vida e da renda entre os dois países; o reerguimento das indústrias e da produtividade; e o desemprego frente a mão de obra não qualificada para os padrões de Seul.

No entanto, uma Coreia maior significa também um maior potencial de crescimento. Sim, a Coreia do Sul ganharia e muito com a anexação. Teria mais terras, mercado, recursos naturais, mão de obra, etc., despontando assim, no cenário mundial Sem mencionar que poderia resolver o grave problema de envelhecimento da população.

A partir da questão coreana, observou-se também os Estados Unidos diante de um impasse hegemônico sobre a questão, uma mudança na política imperialista. Pode ser verdade que Washington não tome ações efetivas contra a Coreia do Norte por ter outros interesses maiores e que, o *status quo* de garantir o clima de tensão na península lhes renda influência militar e política sobre Coreia do Sul. Como também é inquestionável que a China despontou como potência e vem mostrando capacidade não ainda para desbancar os EUA, mas para bater de frente e se tornar um promissor adversário imperialista.

A China poderia servir de exemplo para a Coreia do Sul ao mostrar que é possível aliar ideologias à crescimento econômico – caso o impasse seja realmente este. Seul, atualmente, ainda exerce forte papel de ‘submissa’ frente a Washington. É necessário que a Coreia se firme como influência internacional e deixe para trás o histórico de passividade dos tempos de ‘nação heremita’; busque outros mercados (além do norte-americano) e seja um ator nas relações internacionais

O vislumbre pelo crescimento econômico (e pelos valores da democracia neoliberal) parece ter feito a Coreia do Sul esquecer que os EUA foram um dos países que propuseram a divisão da península – unicamente pensando nos próprios interesses. A Coreia do Norte parece também ter ficado cega diante da defesa a qualquer custo de suas ideologias. Ambas as Coreias precisam praticar nas relações internacionais e econômicas o que pregam na teoria: reviver o sentimento de coletividade característico da cultura asiática, focando assim, antes de mais nada, no valor do seu rico passado milenar e ancestralidade. Posto isto, o crescimento em todas as áreas virá.

Isto significa que, deve-se pensar na reunificação como um passo para juntar, primordialmente, os interesses políticos, econômicos e culturais das Coreias. Carece aos países do Norte e do Sul exergarem melhor isto e admitirem que cada um dos lados precisa ceder. Está na hora de enterrar o “*han*” - conceito atribuído como traço cultural nacional que significa sentimento coletivo de opressão e isolamento face às adversidade; e contra aspectos de lamento e injustiça. Afinal, os economistas neoclássicos estão certos num quesito: os seres humanos são agéis para ajustar-se a novas situações.

Logo, no que diz respeito à reunificação coreana, assim como Escobar (1997), aposta-se também que o século XXI é o século da Ásia. E definitivamente, a Coreia unificada merece estar no topo deste processo.

8 REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Vinicius. Fim da URSS arrasa economia da Coreia do Norte nos anos 90. **Folha Online**, São Paulo, 11 out. 2006. p. 1-2. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u100802.shtml>>. Acesso em: 15 nov. 2010.
- AQUINO, Paulo Neves de. **Implicações da Eventual Reunificação da Coreia**. Artigo apresentado no “Seminário sobre a Coreia”, Rio de Janeiro, 5 e 6 de outubro de 2000.
- BAJORIA, Jayshree. **The China-North Korea Relationship**. *Council on Foreign Relations*; 2008.
- BEAL, Tim. The developing dialogue between North Korea and New Zealand. *New Zealand Journal of Asian Studies*, Vol 1 No 2 December 1999, pp 129-132 Disponível em: http://www.vuw.ac.nz/~caplabtb/dprk/DPRK_dialogue.htm.. Acesso em: 13 nov. 2011
- BIBOW, Jorg. **The Economic Consequences of German Unification: The Impact of Misguided Macroeconomic Policies**, Public Policy Brief (Nº.67, 2001), The Levy Economics Institute of Bard College.
- CHA, Victor D. **Korean Reunification is Affordable**. *Far Eastern Economic Review*, 166 (12): 23, March 27, 2003.
- CHOMSKY, Noam. **Rumo a uma nova Guerra Fria: Política Externa dos EUA, do Vietnã a Reagan**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- CHUNG, Young Chul. “North Korean Reform and Opening: Dual Strategy and ‘Silli (Practical) Socialism’”. **Pacific Affairs**, 77 (2): 283-304, Summer 2004.
- CLARK, Harry L., “U.S. Economic Sanctions: Background and Glossary of Terms,” International Economic Policy Advisory Committee (IEPAC), Washington, D.C.: Dewey Ballantine LLP (1999), online at www.dbtrade.com
- CULTURE of Korea. Disponível em: <<http://user.chollian.net/~jis0523/korea-culture.htm> >. Acesso em: 27 de abril de 2011.
- CUMINGS, Bruce. “The origins and development of the Northeast Asian political economy: industrial sectors, product cycles, and political consequences”. IN: DEYO, Frederic C. (ed.). **The political economy of the new Asian industrialism**. Ithaca, Cornell University Press, 1987. Pp:44-45.
- ESCOBAR, Pepe. **21: O século da Ásia**. São Paulo: Iluminuras Ltda, 1997
- FERGUNSON, Nial. **A lógica do dinheiro: riqueza e poder no mundo moderno**. Tradução de Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Record, 2007. p.32.
- FIORI, José Luís. **Da Guerra.. Pensamento do dia: Economistas analisam a Economia, o Brasil e o Mundo**, na Mídia diária. Conselho Federal de Economia: 2009.

FOER, Franklin. Economic Sanctions. **Slate**, London, 14 set. 1996. p. 1-3. Disponível em: <http://www.slate.com/articles/news_and_politics/the_gist/1996/09/economic_sanctions.html>. Acesso em: 20 set. 2011.

FUKUYAMA, Francis. **The great disruption: Human Nature and the Reconstitution of Social Order**. New York: Free Press, 1999. 368 p.

FUKUYAMA, Francis. **The end of History and the last man**. New York: Free Press, 1992.

GORDON, Robert J.. **Macroeconomia**. Tradução de Eliane Kanner. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

HENNEKA, Andreas. Reflections on Korean history and its impacts on the US-North Korean conflict. **Journal On Science And World Affairs**, The United States, v. 2, n. 1, p.19-27, 02 jan. 2006.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia Das Letras, 1995. 4 v.

HOBSBAWN, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, Mito e Realidade**. Tradução de Maria Celia Paoli, Anna Maria Quirino – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HUER, Jon. Korean Blood, Real and Imagined. **Korea Times**, South Korea, 03 jul. 2009. p. 1-1. Disponível em: <http://www.koreatimes.co.kr/www/news/opinion/2011/11/272_47907.html>. Acesso em: 02 nov. 2011

HWANG, Eui-Gak. **The Political Economy of Re-unification between Two Koreas**. The International Centre for the Study of East Asian Development, Kitakyushu: Working Paper Series (Vol.2009-16), 2009.

JABBOUR, Elias. Fim da URSS arrasa economia da Coreia do Norte nos anos 90. **Portal Vermelho**, São Paulo, 23 nov. 2009. p. 1-3. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=2509&id_coluna=17>. Acesso em: 26 maio. 2010.

JARDIN, Andre. **Tocqueville: a Biograhya**. Usa: Farrar Straus & Giroux, 1988.

KIM, Byong. **Two Koreas in Development: A Comparative Study of Principles and Strategies of Capitalist and Communist Third World Development**.. New Jersey: Transaction Publishers, 1991.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes otências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000**. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

KOH, Dae-Won. “*Dynamics of Inter-Korean Conflict and North Korea’s Recent Policy Changes: An Intersystemic View*”. **Asian Survey**, XLIV (3): 422-441, May/June 2004

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os Elementos do Jornalismo: O que os jornalistas devem saber e o público exigir.** Tradução de Wladir Dupont. 2. ed. São Paulo: Geração Na Internet, 2004.

LEE, Soyong. Based on original work by Hwi-Joon Ahn. **Mountain and Water: Korean Landscape Painting, 1400–1800**". In *Heilbrunn Timeline of Art History*. New York: The Metropolitan Museum of Art, 2000–. Disponível em: <http://www.metmuseum.org/toah/hd/mowa/hd_mowa.htm> (October 2004). Acesso em: 06 mar. 2011.

LEVY, J.. **War in the modern great power system.** Kentucky: Lexington, 1983.

MANYIN, Mark E. CHANLETT-AVERY, Emma. NIKITIN, Mary Beth. Congressional Research Service. "U.S-South Korea Relations" (2011). Summary.

MARX, Karl. & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. 3 ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2007 – (Clássicos)

MASIERO, Gilmar. "A Economia Coreana: Características Estruturais". IN: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org). **Coreia: visões brasileiras.** Brasília: IPRI, 2002. Pp: 199-200.

MCLEDON, Michael. **Public Administration Review: A new american exceptionalism.** Washington: Iss.6, 2007.

NASSER, Reginaldo Mattar (Org.). **Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões.** São Paulo: Unesp: Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação, 2009

NAYLOR, Larry L.. **American Culture: Myth and reality of a culture of diversity.** Westport, Connecticut: Bergin & Garvey, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falava Zaratustra.** Tradução de Ciro Mioranza. 2. ed. São Paulo: Bergin & Garvey, [s.d]. (Coleção grandes obras do pensamento).

OBERDORFER, Don. **The two Koreas: A contemporary history.** New ed Indianapolis: Basic Books, 2001.

PRATT, Keith. **Everlasting Flower: A History of Korea.** 2. ed. London: Reaktion Books Ltda., 2006.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **A Península Coreana: Proposições para Mudanças.** *Texto apresentado no II Encuentro de Estudios Coreanos em América Latina, El Colegio de México y The Korea Foundation, Ciudad de México, 3 y 4 de Octubre de 2005.

OLIVEIRA, Amaury Porto. "A política coreana na Ásia: aspectos políticos e militares". IN: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). **Coreia: visões brasileiras.** Brasília: IPRI, 2002.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. Os coreanos na história segundo Bruce Cumings. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 40, n. 1, p.1-3, 01 jun. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291997000100009&script=sci_arttext>. Acesso em: 17 mar. 2011.

PRZEWORSKI, Adam. The neoliberal fallacy. **Journal Of Democracy**, Chicago, v. 3, n. 3, p.45-59, 3 July 1992.

RENACK, Diane E., “North Korea: Economic Sanctions”. Congressional Research Service, The Library of the Congress. 2006. Summary.

RODRIGUES, Thiago (Org.). **Olhares ao Leste: O Desafio da Ásia nas Relações Internacionais**. São Paulo: Desatino, 2005.

SAID, Edward. **Orientalismo: O Oriente como Invenção do Ocidente**. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Schwarcz Ltda, 2008.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SHIN, Sanghyuk S. & CHOI, Ricky Y. & NOVOTNY, Thomas E. **Economic Sanctions Towards North Korea**. British Medical Journal, 2009. Disponível em: <http://www.bmj.com/content/339/bmj.b4069> . Acesso em: 20 set.2011.

SUNG, Min. The Three Economic Benefits Of Reunification With North Korea. **All Free Essays**, South Korea, 29 nov. 2009. p. 1-3. Disponível em: <<http://www.allfreeessays.com/essays/The-Three-Economic-Benefits-Of-Reunification/80798.html>>. Acesso em: 05 jun. 2011.

THOMPSON, Roger G. **The pacific basin since 1945**. New York: Longman, 1994.

TONG, Kim. “Lee Myung-bak’s Foreign Policy”. **KoreaTimes**, South Korea, 2 Dec., 2007. Disponível em: http://www.koreatimes.co.kr/www/news/opinion/2011/07/167_14766.html

VASCONCELLOS, Marco Antonio S.; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ZISSIS, Carin & lee, Youkyung. “The U.S.-South Korea Alliance.” *Council on Foreign Relations*. 10 Abril 2008

NEWSWEEK
2009
JULHO

9 Dictators, Death, and Denial

9.1 North Korea's wait for the "Great Leader" to die could unleash unpredictable consequences.

by [Andrew Nagorski](#) July 18, 2009

"You'll be there for the succession," one of my editors at NEWSWEEK told me as I was preparing to go to Moscow in May 1981 to start my first assignment there. Then he added: "But I've told our last three correspondents that and they've come and gone and Brezhnev is still in power."

If I had stayed a full three years in Moscow as planned, I would have proven my editor right in his fourth prediction. But partly because of my reporting on Leonid Brezhnev's deteriorating health and the behind-the-scenes power struggle that was already developing, I was expelled from the Soviet Union in August 1982. The Soviet leader didn't die until October, which meant that I missed the story. Like any journalist in that kind of situation, I felt frustrated and disappointed not to be there to cover the finale.

What triggered those memories was the latest reports from South Korea's YTN television that North Korea's "Beloved Leader" Kim Jong Il has pancreatic cancer, which would mean he doesn't have long to live. As during the late Brezhnev era, each such report generates new denials, new speculation, and new scrutiny of any television footage of one of the dictator's increasingly rare public appearances to determine whether or not he's already one foot in his grave. The world watches with macabre fascination as a man, who in life has been elevated to near divine status, goes the way of all ordinary humans. And it eagerly awaits the next chapter in the drama: the political succession.

The drama is heightened by its mystery. Everyone knows what is happening in broad terms, but nothing can be acknowledged and discussed openly, even—or especially—the fact of the leader's mortality. And that someone will have to succeed him, which of course means he's not irreplaceable (banish that heretical thought or the gulag awaits you!). Except in the outside free world, where each new report or rumor sends the Kremlin watchers or the Pyongyang watchers into overdrive. Will the chosen heir—in Kim's case, his third son, 25-year-old Kim Jong Un—really take over? What will the party elders do? What about the generals? Is there someone or something we don't know anything about that will take everyone completely by surprise?

The less information there is, the more frenzied the speculation, the more elaborate the theories and even dark humor. Just as with Kim, there were occasional rumors that Brezhnev had already died. When he appeared in public, there were stories that he was more like the living dead—briefly revived by large infusions of drugs and alcohol—than a real leader. His slurred speech and reports that his mind was going triggered plenty of jokes among Muscovites. As one story had it, during his trip to Bonn in November 1981, West German Chancellor Helmut Schmidt asked him to explain how he had managed to depose Nikita Khrushchev. "Who's Khrushchev?" Brezhnev answered. As Brezhnev walked away, an aide congratulated him on his clever response to Schmidt. "Who's Schmidt?" the Soviet leader asked.

The lesson seems pretty clear: the more draconian the dictatorship, the more likely is a violent end. But nothing is ever predictable about the transfer of power in a dictatorship. As Mikhail Gorbachev learned in the Soviet Union, and as the Wojciech Jaruzelski's government learned in Poland, loosening the reins of power in the hopes of maintaining control is also risky.

Shortly before the elections in Poland in June 1989, I met with Ireneusz Sekula, the deputy prime minister in charge of economic affairs, in his spacious office at the Council of Ministers. He claimed that the government was already undertaking "revolutionary" changes. Those changes, he noted at one point, would continue "even if a new team entered this building after the elections." When an aide interrupted to say that such an outcome was unlikely, Sekula replied with a grin: "Everything is possible in a democracy." The joke was supposed to be that everyone knew Poland was still far from a democracy: in those first partly free elections, the Communist Party had rigged things by awarding itself and its allies enough uncontested seats in Parliament to guarantee its continuation in power. Or so it seemed. What Sekula and others hadn't counted on was that the momentum from Solidarity's crushing victory in all but one of the contested seats would force a change in government.

Usually in dictatorships, whatever happens comes as a surprise, even to those who were hoping and pushing for change. And in societies like North Korea, where no one dares to suggest openly that change is needed, whatever happens is likely to be even more unpredictable. It's a country where the fiction that the "Beloved Leader" is all powerful, immortal, and the center of the universe must be maintained at all times—that is, until the fiction evaporates, the emperor is dead, and he is revealed to have been naked all along.

SETEMBRO

10 Transformers

10.1 When leaders radically remake their countries.

September 22, 2009

Brazil's Luiz Inácio Lula da Silva comes to the U.N. this week as arguably the world's most popular leader—[Barack Obama thinks so](#), at least. Lula's popularity stems from the huge changes he has made to Brazilian society, especially in bringing greater socioeconomic equality, and stewarding the economy. But he isn't the only leader to reinvent his country's political and national culture in a relatively short time. Here are some postwar leaders who wrought drastic social, economic, or political change during their time in office.

Leader: Luiz Inácio Lula da Silva
Country: Brazil
Years in **office:** 7

Lula's own remarkable journey—from destitute childhood to labor rabble-rouser to "the most popular politician on earth"—parallels the momentous changes he has brought to Brazil as the country's first leftist president since a military dictatorship took hold in 1964. (Democracy returned in 1985.) His Workers' Party has strong support among the poor, a result of Lula's programs to correct entrenched inequalities in Brazilian society, including a minimum wage safely above inflation and a [grant program](#) for poor families. Unlike his fellow leftist and Venezuelan neighbor Hugo Chávez, however, his stewardship of the economy has [weathered the financial crisis](#) well. Brazil was only grazed by the collapse, and it no longer looks like the little sibling among its BRIC brethren, Russia, India, and China.

Leader: Kim Dae-jung
Country: South Korea
Years in **office:** 5

Kim is sometimes known as the [Nelson Mandela of Asia](#), and like Mandela he received Nobel Peace Prize in recognition of his work. For years the most prominent opposition leader against the authoritarian South Korean government, Kim ran for president twice and lost, during which time he escaped an assassination attempt and a death sentence. Yet in 1998, he made a Nixonian return to politics, overseeing the first peaceful transition from a ruling party to its opposition in South Korean history. He immediately addressed himself to pulling the nation back from the brink of catastrophe in the Asian economic collapse. Kim [won the Nobel](#) for reaching out to North Korea in the "Sunshine Policy" that opened up communication channels and allowed families on either side of the border to meet for the first time since the Korean War. He left office in 2003 and [died in 2009](#).

Leader: Alvaro Uribe Velez
Country: Colombia
Years in **office:** 7

Colombia's president has seen his approval ratings shoot [as high as 91 percent](#) as he has scored repeated victories against the left-wing Revolutionary Armed Forces of Colombia (FARC) rebels, who had plagued the country for decades, taking over as the main agent of violence after the demise of the major drug cartels. The high point for Uribe was a dramatic rescue of 15 high-profile hostages in summer 2008. He has also worked to dismantle the right-wing paramilitaries who have alleged to have been condoned by his administration.

These actions have made him so popular that his supporters were able to [change the Constitution](#) twice to allow him to run for a second, and—if a [referendum](#) greenlighted by Colombian legislators passes—possibly a third, term.

Leader: Margaret Thatcher
Country: Great Britain
Years in office: 11

Thatcher wrested Britain's Conservative Party from former prime minister Edward Heath and then proceeded to wrest the nation out of the hands of the Labour Party, rolling back many welfare-state reforms instituted after World War II. As prime minister from 1979 to 1990, she [privatized major companies](#), including British Petroleum and British Airways, while sharply reducing the power of trade unions. Just as influential in foreign policy, she rode a wave of popular support for the [Falkland Islands War](#) to her reelection in 1983; with her American analog, President Ronald Reagan, she helped to shape the final decade of Western Cold War policy. Although she was forced out of office by the deeply unpopular poll tax and questions about her Euroskepticism, the Conservative Party remained in power for another seven years, and her vision for Britain is still influential.

Leader: Helmut Kohl
Country: West Germany, Germany
Years in office: 16

If any one person deserves credit for making Germany the economic and political powerhouse of Europe and the European Union, it's Kohl, whom former President George H.W. Bush once [described](#) as "the greatest European leader of the second half of the 20th century." He became West German chancellor in 1982, but he truly hit his stride at the end of the decade. With the Soviet Union crumbling, Kohl flew to Moscow to receive assurances that Mikhail Gorbachev would not object to reunification. Kohl then brought together East and West Germany, often over objections from both sides (and [from Thatcher](#). East Germany was abolished in October 1990, and Kohl was reelected in the first unified German elections. Until his fall from power in 2000, he continued to advocate strong [integration with Europe](#).

Leader: Gamal Abdel Nasser
Country: Egypt
Years in office: 14

Although most of his ideas have fallen out of favor, Nasser remains by far the most influential Arab leader of the 20th century. In 1952, at 34, he led a group of young nationalist Army officers in toppling King Farouk, the last member of a corrupt, profligate monarchy that had ruled Egypt—often under foreign direction—since 1805. He began a rapid modernization program for Egypt's economy, including the Aswan Dam. When Britain and America withdrew loan promises in 1956, Nasser [nationalized the Suez Canal](#), planning to use the revenue to build the dam. Although a British, French, and Israeli attack was militarily successful, Nasser was able to marshal international opinion—including the United States, Soviet Union, and the Non-Aligned Movement—diplomatically to turn back its results. Nasser then transformed himself into the standard bearer for pan-Arabism and Arab unification and later still created the concept of "[Arab socialism](#)," meant to adopt socialist ideas to the Arab culture. He died of a heart attack while in office in 1970, leaving a changed Egypt but also many frustrated ambitions.

Leader: Lech Walesa
Country: Poland

Years **in** **office:** 5

Walesa began his meteoric rise from shipyard electrician to vanquisher of Communism when he became involved in trade-union organizing in Gdansk, culminating in a [1980 strike](#) that forced the government allow independent unions outside of government control. For a year afterward, he enjoyed international exposure as head of the Solidarity Movement, but the government soon clamped back down. Walesa's selection as winner of the [Nobel Peace Prize](#) in 1983 gave Solidarity new life, and throughout the 1980s, as the Polish economy worsened, the Communist regime weakened and Solidarity grew stronger. When the country held its first direct presidential election ever in 1990, Walesa was elected president. He we was [unable to translate](#) his organizing success with Solidarity into a successful presidency. Critics found his style coarse, brash, and mercurial, and he was [defeated](#) in a 1995 election. But even before he ever ran for office, the force of his personality—and Solidarity's protests against Moscow—had weakened Soviet control of Eastern Europe forever.

Leader: Deng Xiaoping

Country: China

Years **in** **office:** 8

Mao Zedong will always be the face of the Chinese Communist Party, but [Deng shaped China](#) into the emerging superpower it is today. He rose to prominence as one of Mao's lieutenants during the Great Leap Forward, and when that policy brought economic disaster he was left to pick up the pieces. Mao purged him during the Cultural Revolution, but Deng was restored by Zhou Enlai, then purged again. After Mao's death, Deng clawed his way back to the top of the Communist Party, welcoming capitalists into the fold and introducing elements of the market economy into China. Throughout the 1980s, he led the country in a [push](#) to increase international trade. As China's economic power grows, the party leadership seems more open to tools that are not strictly communist. That's a product of Deng's pragmatic approach, which he summed up in a famous 1961 quote: "I don't care if it's a white cat or a black cat. It's a good cat so long as it catches mice." He gradually relinquished power following the Tiananmen Square protests, but was thought still to exert significant control until his [death in 1997](#).

Leader: Sheikh Zayed bin Sultan Al Nahyan

Country: United Arab Emirates

Years **in** **office:** 33

Although he was born in a tent at an isolated oasis on the Arabian peninsula in 1918, Zayed created the blueprint for the United Arab Emirates as a modern, relatively tolerant regional economic powerhouse. Born into the ruling family of Abu Dhabi, he worked with the British overlords of Trucial Oman to depose his older brother and take power in 1966. He then convinced rulers of the other emirates in Trucial Oman to unite after the British withdrawal, [forming the United Arab Emirates](#) in 1971. As president from independence until his death in 2004, he liberalized policies on women's rights and religious tolerance, which still lagged behind much of the world but improved on other Persian Gulf countries and which laid the groundwork for the UAE's large population of Western professionals and rise as an international business center.

Leader: Nelson Mandela

Country: South Africa

Years **in** **office:** 5

The dean of transformative leaders, Mandela is South Africa's "national liberator, the savior, its Washington and Lincoln rolled into one." A lawyer by training, he joined the resistance to

the governing National Party in 1948. He was tried for treason but acquitted in 1961 after a five-year trial. He was again arrested for sabotage bombings in 1962 and sentenced to life in prison—famously, on [Robben Island](#)—but he was released in 1990 and declared his commitment to peace and racial reconciliation. He became leader of the African National Congress the following year and embarked on negotiations for multiracial elections—for which Mandela and President F. W. DeKlerk were awarded the [Nobel Peace Prize](#) in 1993. The following year, Mandela was elected president and used the post to promote social harmony, especially through the [Truth and Reconciliation Commission](#).

Leader: Jomo Kenyatta
Country: Kenya
Years **in** **office:** 15

Something of a prototype for Mandela, Kenyatta was founding father of the nation from which he took his name. As a young man, he traveled to the colonial power center in London to demand the return of African land, but he ended up enrolling in university and writing a [book](#) that made him a de facto spokesman for Kenyans. After adopting a more strident approach to independence after World War II, he was convicted for being part of an extremist group—the charge is considered dubious—and [sentenced to jail](#) in Kenya. Upon his release in 1961, Kenyatta became leader of the independence movement. He negotiated independence with the British and was elected prime minister in 1963. After independence in 1964, he became president, advocating for capitalism, foreign investment, and engagement with the West. Although his legacy is somewhat tainted by a move toward autocratic one-party rule prior to his death in 1978, his leadership made Kenya into the [anchor of East African stability](#).

DEZEMBRO

Station Design: Waiting for the Train

by [William Underhill](#) December 03, 2009

The most popular modern building in Beijing these days is not the "Bird's Nest" National Stadium built for the 2008 Summer Olympics. Nor is it the futuristic new titanium-and-glass opera house—known as "The Egg"—or the much-vaunted new terminal at Beijing Capital International Airport. According to a recent survey of Beijing citizens, the most popular contemporary structure in the Chinese capital today is actually a throwback symbol of industrial development: the railway station. Beijing South, completed last year, is bold, airy, and spacious enough to fit a jumbo jet between the columns that support the central hall. And it is designed to accommodate China-size crowds increasingly lured by the comfort and efficiency of high-speed rail travel: by 2030 the station is expected to handle 105 million passengers a year, 50 percent more than the total for Heathrow, the world's busiest international airport.

After a half century of decline, the train station is back in fashion. If the airport represented glamour and speed for the postwar traveler, the megastation is the symbol of a new age of urban renewal and planet-friendly travel. The latest generation of sleek new high-speed trains, capable of reaching 350 kilometers an hour with 1,000 passengers aboard, demand an

architecture of corresponding style and scale. "The idea of grandeur in a railway station is something that we had almost lost, but it's coming back with a vengeance," says Paul Finch, the chairman of Britain's Commission for Architecture and the Built Environment. "These days stations are almost as big as airports."

Ask any big-league architect. Terry Farrell, who designed Beijing South, has no new airport terminals on his books, but he's been busy with stations from South Africa to India and Hong Kong. Norman Foster, architect of Beijing's latest airport terminal, is also working on a set of stations for the new high-speed link that will whisk pilgrims between Mecca and Medina in Saudi Arabia. The giant HOK firm, known for designing some of the world's grandest sports stadiums, has drawn up plans for a proposed transportation hub in Anaheim, California, which will include the first railway station in the state's proposed high-speed system.

These are hardly grim, utilitarian structures. The new high-speed station at Liège in Belgium, by architect and engineer Santiago Calatrava, ranks as a destination in itself, with its vast, swooping canopy of glass—measuring 25 meters high by 200 meters long—covering the center section of the platforms. The symmetrical design dispenses altogether with the idea of a conventional façade, opening up the building for admiration from all sides. The spectacular curved outline of Beijing South deliberately evokes the upturned roofs of traditional Chinese architecture, evident in the 15th-century Temple of Heaven that stands nearby. Similarly, the new Voie Sacrée station in Meuse, France, is designed to fit discreetly into its surroundings, boasting a giant wooden spire to suggest links with the churches in the nearby countryside and with the local timber industry.

Architects have been eagerly re-inventing the station as a green "multimodal" hub—incorporating buses, trams, and taxis—at the heart of city life. Advances in technology allow architects to ram home the station's eco-merits. The French state rail operator, SNCF, which is promoting an "eco-mobility" campaign, has plans for more than 400 new sustainable stations, some with vegetation on the roofs, solar panels for electricity, and rainwater-collection systems. The design of Farrell's new station in Delhi also allows for the collection of rainfall. Panels in the roofs of some Chinese stations gather energy for the grid.

The best stations convey a sense of rail's old romance. Critics have heaped praise on London's St. Pancras station, a Victorian terminus remodeled as the home for the Eurostar high-speed link with France. It features an outsize statue of a kissing couple above the concourse, not to mention the world's longest champagne bar. "The old functionalism has been replaced by a sense of celebration and giving pleasure in travel," says Brian Edwards, an authority on transport design who teaches at the Royal Danish Academy of Fine Arts.

It's pleasure with a purpose. Unlike an airport out in the distant suburbs, an elegant new station, bang in the city center, can do extra service as a handy means of impressing a new and more demanding clientele, who want the same comfort and style that they have grown to associate with long-distance travel. Like airlines, high-speed trains run in-frequently, so there's plenty of time to kill in the retail and dining outlets many new stations offer. Berlin's vast new Central Station, which opened in 2006, has been described as a shopping center with a rail connection: it boasts at least 15 restaurants and cafés. "All the business guys who once took the plane are now taking the train, and they have different expectations," says Andreas Heym, chief architect of AREP, the station-design subsidiary of SNCF responsible for more than 100 new depots worldwide. "The station becomes like a business card for the city."

By that measure, Calatrava's landmark contribution to Liège won't be just an elegant hub; it should also spur regeneration of a city blighted by the collapse of its steel industry. "It was my goal to create a 21st-century transportation facility that would not only unite Liège with the rest of Europe, but would also serve as a symbol of the city's renewal," Calatrava said. "The project, as a whole, creates a new gateway into Liège and reestablishes a relationship with the city." The Berlin station, the biggest rail junction in Europe, was conceived in the euphoria that accompanied reunification, and stands symbolically on a patch of what was once a no man's land between East and West Berlin.

To the champions of rail, that signals a return to a happier past. In its 19th-century heyday, the railway station doubled as an ornate expression of confidence in progress and the industrial age. Cities took pride in the splendor of the stations and the use of the latest materials, vaulting vast spaces with cast iron. "Soaring train sheds—the cathedrals of the industrial age—weren't just a way of allowing the smoke to dissipate," says Steven Parissien, author of a study of railway architecture. "They were metaphorically and literally the hubs of the city."

Such confidence couldn't survive the advent of the car and the airplane. For the postwar generation, the airport terminal better expressed the future than any train station. At New York's Idlewild (now JFK) airport, for instance, Eero Saarinen's daring 1962 TWA terminal was a concrete shell that exemplified the new age of flight. To developers, the hulking and underused train stations shrieked for demolition. Among the victims: New York's magnificent Penn Station, which vanished in 1963 to make way for Madison Square Garden. A new subterranean station was built to replace it, prompting Yale architectural historian Vincent Scully to remark: "One entered the city like a god; one scuttles in now like a rat."

But technology has come full circle. To a green-minded generation of politicians, high-speed rail represents a clean alternative to air travel. By 2020, the French plan to double the size of their high-speed network to 3,000 kilometers, while Spain aims to have more than 6,000 kilometers completed by the same date. Those plans are dwarfed by China, which is constructing a 16,000-kilometer high-speed network linking all its major cities. Even in America, home of the automobile, the railway is edging back into favor. Earlier this year President Obama announced a "long overdue" plan to develop high-speed lines, with 10 potential rail corridors. In much of Europe, high-speed rail has already supplanted air travel; these days it's difficult to find a flight between Paris and Brussels.

Not that rail passengers won't benefit from the legacy of air travel. Architects have learned much from designing those lofty airport terminals. As at airports, modern train stations often separate the arrival and departure areas to speed the flow of passengers. Besides, there's a new convergence at work as transportation planners seek to persuade airport-bound passengers to leave their cars at home. As far back as 1994, Calatrava helped to establish his reputation through his work on the daring bird-shaped railway station at Lyon airport for the new high-speed line. Among Farrell's past projects is the giant Incheon Airport Transportation Center in South Korea, where passengers can choose to board an intercity, airport, or light-rail train. Rail is back, even at the airport.

2010
MAIO

11 North Korea's Exit Strategy

11.1 Kim Jong-il is looking for a way out of the showdown his government caused by sinking South Korea's warship.

by [Takashi Yokota](#) May 26, 2010

By all appearances, the Korean peninsula is a tinderbox: since South Korea blamed its northern neighbor for sinking the warship *Cheonan* in March, the countries have ratcheted up the rhetoric, threatened to blast propaganda across the border, cut off trade, and tried to draw allies like Washington and Beijing to their side. North Korea has put on a show of denial and intransigence. Its National Defense Commission claimed the investigation was a “farce” and threatened an “all-out war” if Seoul and the international community slap sanctions on the North; in fact, four North Korean submarines have been missing from a naval base since Monday, putting the Southern navy on high alert.

But this isn't quite the meltdown it appears to be. While Kim is publicly holding firm, behind the scenes his government seems to be trying to find a way out of the fracas. Its language has become more moderate, it may be contemplating an apology, and it may already have punished a naval commander in connection with the torpedo attack. That means the crisis is likely to fall far short of the “all-out war” the North initially promised. The softer side of Kim Jong-il's regime, it seems, wants out of this crisis, stat.

While its positions remain unbending, the North Korean leadership toned down the bellicose rhetoric in its government statements—the key indicator of Pyongyang's intentions. As the Committee for the Peaceful Reunification of Korea (CPRK) promised that sanctions would elicit “merciless punishment” last Friday, it clarified (speaking, it said, on behalf of the North Korean government) that “merciless punishment” meant little more than freezing inter-Korean relations and cooperation, as well as scrapping the North-South nonaggression agreement. (Those things came to pass this Tuesday anyway.) The same day, a statement from the foreign ministry larded with the usual fireworks—it blasted the “hostile policy” of the United States—also ended by claiming that the North's policy to denuclearize the Korean Peninsula remains unchanged.

As the South Koreans have given vent to their anger since March, they've also made sure to offer the North a way out of this crisis. After all, Seoul can't afford to get involved in a military standoff; it is hosting the G-20 summit this fall, as well as the next Nuclear Security Summit in 2012. So when South Korean President Lee Myung-bak laid out his responses to the sinking on Monday, he also demanded that Pyongyang “apologize and punish those responsible for the attack,” suggesting that Seoul is ready to resolve the issue if the North comes clean.

Pyongyang has already begun laying the groundwork for an apology. In May—before the North was officially blamed for sinking the *Cheonan*—the National Defense Commission dismissed Kim Il-chol, its highest-ranking naval officer, due to his “old age.” Kim Il-chol is said to be in his late 70s, but the dismissal makes little sense; the commission is full of old-timers in their 70s and 80s. The removal of the naval commander could be Pyongyang's first

step toward admitting culpability, albeit tacitly, and claiming to have punished the responsible party.

In fact, we've been here before; an earlier crisis reveals the template Pyongyang is working from. In 1996, a North Korean submarine infiltrated South Korean territorial waters on an espionage mission before getting stranded. The 26 crew members swam ashore, resulting in a manhunt in which 13 South Korean soldiers were killed and 24 North Koreans were either killed or committed suicide (one was captured, the other was missing). The North initially refused to apologize, but later its foreign ministry and moderate elements in Pyongyang convinced the military hardliners to make an official apology three months after the incident. Kenneth Quinones, a former State Department negotiator and Korea expert, says that "similar dynamic" may be at play today.

There are still plenty of signs of North Korean hawkishness, such as the DPRK announcement that the nation would sever all ties with the South—but these only mirror similar statements from Seoul. Pyongyang says it will no longer deal with the South while Lee is in office, but, just as likely, that is a message directed to China, calling for Beijing to mediate and sort things out for them. First, says Quinones, "there's a gradual trend toward greater moderation, away from escalating the rhetoric. Secondly it appears the North Koreans are reacting rather than trying to seize the upper hand. And third, they seem to be trying to keep some hope open for eventual negotiations."

The remaining problem is the level of discipline and restraint among the Korean People's Army, as it still remains unclear whether the torpedo attack was directly ordered by Kim Jong-il. During his visit to Beijing earlier in May, Kim reportedly told Chinese President Hu Jintao that the North had no involvement with the torpedo incident. Given the close relationship of the two countries, it's less likely that Kim would have lied but entirely conceivable that the attack could have been ordered by someone lower in the chain of command without his knowledge. If that's true, Seoul's decision to blast anti-North propaganda cross the DMZ could be a problem, as a commander of the KPA threatened to shoot down the loudspeakers if the South turns them back on next month. If lower-ranking members of the KPA take matters into their own hands, they could thwart upper-echelon attempts to stanch the flame war. But as long as Kim can do so without looking weak, he seems to be serious about finding a way out.

SETEMBRO

12 The Reagan of Seoul

12.1 Lee stands up to his communist foe.

by [Andrew Nagorski](#) September 17, 2010

Don't be fooled by the recent signs of a thaw between the Koreas. Pyongyang and Seoul have discussed more family reunions on the divided peninsula, and \$8.5 million in aid from the South to help the North cope with devastating floods. But the underlying trend suggests a fundamental shift toward confrontation, as South Korean President Lee Myung-bak sounds more and more like Ronald Reagan and his attack on the "evil empire" of communism.

Since taking office in 2008, Lee has largely reversed the course of his predecessors, who pursued a "sunshine" policy of warming relations with the North. Lee criticized his predecessors for lavishing money on Kim Jong-il's dictatorial regime and getting only belligerence in return. North Korea continued to push its nuclear program, missile tests, and other provocative behavior. After a South Korean warship was torpedoed in March, killing 46 sailors, Lee's government threw off the gloves. It blamed the attack on the North, and called Pyongyang its "principal enemy," an epithet Seoul had not used in six years. It also vowed to cut off aid until Pyongyang apologizes, which of course it refuses to do.

The modest new aid offer doesn't resolve the standoff. In fact, Lee raised the stakes last month, issuing what sounded like an outright challenge to the legitimacy of the Pyongyang regime just as it was preparing a ruling-party conclave, at which Kim was expected to begin passing power to his youngest son, Kim Jong-un. Lee appeared to envision the end of the Kim family reign when he proclaimed that "the time has come" for the South "to start discussing realistic policies to prepare for" reunification, including a "reunification tax" that would help the South absorb the North. On a visit to Moscow last week, he claimed that he was only envisaging a gradual process of peaceful unification, not the collapse of North Korea. But his backpedaling seemed to confirm that he had indeed been thinking about the end of the Kim regime.

The call for a reunification tax is a wonky way of echoing Reagan's call to the Soviets to "tear down" the Berlin Wall. The message: you are presiding over a doomed political system, and we are preparing to absorb you. Last week, the Federation of Korean Industries put the likely cost of reunifying the two Koreas at roughly \$3 trillion, or \$1 trillion more than West Germany spent on reuniting with East Germany. Why the difference? East Germany had a reputation as the most isolated and repressive of the Soviet satellites, but North Korea is even more isolated, and in even sharper economic decline. One third of North Korean children under the age of 5 are malnourished, and mortality rates for both infants and adults rose about 30 percent between 1993 and 2008. A currency devaluation in November 2009 and the replacement of the old *won* with a new *won* effectively robbed people of their meager private savings. There are reports of growing popular resentment and black-market dealings, but no real sign of resistance to the iron control of the Kims.

One lesson from Eastern Europe is that the more repressive the regime, the harder it falls. The closest analogy to North Korea was Romania, where Nicolae Ceausescu the ("Genius of the

Carpathians”) built a cult of personality almost as ludicrous as Kim’s, and worked with his wife to set up their son Nicu as the heir apparent. Instead they were both executed in the only violent revolution of 1989, and Nicu was dispatched to prison.

South Korea now has two options. It can help North Korea stay afloat, since a rapid collapse could unleash chaos, and hope that the Kim regime will slowly fade away. Fearing a flood of refugees, China is committed to that route. Or, like Reagan when he dealt with the Soviet Union, it can continue to negotiate, making agreements that help both sides whenever possible, but demanding real accountability and not hesitating to challenge the legitimacy of a political system that is brutal and dangerous.

Lee isn’t as openly confrontational as Reagan, but his instincts are pulling him toward a more subtle Reaganism. It’s a rational calculation, because another unpredictable Kim regime is in no nation’s best interests.

Nagorski is vice president and director of public policy at the EastWest Institute.

THE ECONOMIST

2009

MAIO

12.2 North Korea v South Korea

A merry dance

13 Ever more isolated, North Korea's Kim Jong Il still calls the tune

May 21st 2009

PRICKLY and isolated, North Korea has few enough connections to the outside world. So why keep snapping them, one by one? On May 15th, it announced that it was unilaterally tearing up wage and other agreements governing the Kaesong industrial zone, a joint North-South business project just inside North Korea. South Koreans, it says, can either lump it or leave. The 100 or so South Korean firms that employ 38,000 North Koreans and generate millions of dollars a year for the cash-strapped regime of Kim Jong Il are making contingency plans to bring their people home.

This row joins a veritable conga of others, and not just with South Korea. Mr Kim has told the United Nations Security Council to say sorry for a mild wrist-slapping it gave him after he defied an earlier council injunction and in April (with only partial success) tested a long-range rocket. And the regime now says it will “never” return to six-party talks that have sought to end its suspect nuclear programmes in return for more aid, trade and better relations with America, South Korea, Japan, China and Russia.

Instead Mr Kim is building a new long-range missile testing pad. Ominously, there is new activity, too, at a site used in 2006 for a nuclear test. The other five parties to the nuclear talks, under the guise of showing patience, seem at a loss as to what to do.

Mr Kim is a past master at extorting aid using threats. He is clearly not unclenching his fist to grasp the hand extended by Barack Obama earlier this year. Yet Mr Kim's fit of belligerence may be aimed less at testing America's new president than at showing “strength” to shore up his regime, argues Mark Fitzpatrick of the London-based International Institute for Strategic Studies. One reason perhaps is that South Korea's president, Lee Myung-bak, has taken a firmer line than his predecessor, expecting reciprocity—such as more family reunions between the Koreas—if more than just humanitarian food aid is to flow northward. Another possible reason is that Mr Kim's own ill-health seems to have led to jockeying for position among his three sons and their supporters.

North Korean officials nowadays make little secret of their wish to be recognised as a nuclear-weapons power. They want America to treat with them, they say privately, just as it does with nuclear-capable India which, though it has kept its bombs and ignored global anti-nuclear rules, last year won exemption from nuclear-trade restrictions with help from America's outgoing Bush administration. Another negotiating ploy? Or Mr Kim now determined to strut his stuff regardless?

AGOSTO

13.1 Taiwan and China

Reunification by trade?

14 A plethora of free-trade deals is driving Taiwan closer to China

Aug 6th 2009

FREE-TRADE agreements (FTAs) are often contentious but rarely would one have as much strategic significance as that proposed between China and Taiwan. On July 29th Taiwan's president, Ma Ying-jeou, elected last year on a platform of liberalising business restrictions and easing military tensions with the mainland, said a China-Taiwan trade pact should be signed as soon as possible. The two sides have quietly concluded months of unofficial negotiations and Taiwan's economy minister, Yiin Chii-ming, says he wants formal negotiations to start in October. The island is in a hurry.

Mr Ma is willing to take the political risk of tying a self-ruled democratic island economically to its giant authoritarian neighbour because of the rest of the world's craze for free-trade deals. Taiwan has diplomatic relations with 23 countries. Most nations recognise China and fear to sign FTAs with Taiwan lest they incur China's wrath. Already, says Huang Chih-peng, the director general of Taiwan's Bureau of Foreign Trade, the world's 230-odd bilateral or multilateral trade pacts are harming the export-dependent island's economy.

Mr Ma is even more worried about what will happen next year when trade agreements between China and the Association of South-East Asian Nations—so-called ASEAN+1—take effect. Taiwan's exports to China face tariffs ranging from 5% to 15% and its government fears that, unless they are lowered, the island will be left at a competitive disadvantage in the giant Chinese market. This disadvantage would greatly worsen if a planned ASEAN+3 were one day signed, embracing South Korea and Japan.

14.1 Economic benefits, political costs

A think-tank commissioned by the government said the proposed pact could increase Taiwanese GDP by 1.65-1.72%—more if services and investment were included. In addition, it argued, the pact could increase foreign direct investment by \$8.9 billion in seven years and create around 260,000 jobs (though other economists said this was too high). The president wants an outline agreement in place before ASEAN+1 comes into force, with the details worked out and implemented bit by bit after that. An incremental approach, officials say, is needed because an immediate FTA would be too disruptive to Taiwan's economy.

Disruptive is right, but not perhaps mainly to the economy. China still asserts that Taiwan is an integral part of the People's Republic. Many Taiwanese, including the pro-independence opposition party, fear that the proposed accord is really a ploy by China to bring about unification by stealth. They also argue that once the pact is signed, there is no guarantee that China will not lean on members of other FTAs to keep Taiwan out anyway. In contrast, Mr Ma insists that the proposed pact would make it easier for Taiwan to sign free-trade accords with third parties.

“It is a suicidal policy that makes Taiwan locked into China,” says Huang Kun-huei, the chairman of the pro-independence Taiwan Solidarity Union. In a sign of the popular unease raised by the pact, the opposition Democratic Progressive Party, which has virtually no parliamentary clout, still managed to collect over 120,000 signatories to a petition asking the

government for a referendum on it (though Taiwan's high threshold for referendum participation means that such a thing may not get off the ground).

In fact, dramatic political shifts seem unlikely in the short term. Mr Ma has promised that when the deal is negotiated, the wording will not compromise the island's political stance. And China-watchers think the increasingly sophisticated government in Beijing is not likely to make heavy-handed political demands in case this rebounds on Mr Ma and he is voted out of office in 2012 (the Chinese much prefer him to the independence-minded opposition). Nevertheless, in the long run China hopes that economic interdependency and goodwill will eventually encourage the island to return to the fold. The trade pact will be a test of whether that hope can be fulfilled.

14.2 Kim Dae-jung

Farewell sunshine

15 South Korea's former president, who promoted engagement with North Korea, has died

Aug 18th 2009 | *Seoul*

NO ONE would have been more pleased than Kim Dae-jung with North Korea's announcement on Monday August 17th. The hermit state said that it would allow separated families to hold a reunion and let South Korean tourists back into the country. South Korea's former president, who died the next day at the age of 85, was the foremost proponent of engagement with North Korea as a means to bring peace to the Korean peninsula.

Mr Kim was widely praised for his bold decision to meet North Korea's dictator, Kim Jong Il, in June 2000. But the achievement was later sullied after payments were found to have been made by South Korea to the North in exchange for attending the historic summit. The company at the centre of those payments, South Korea's Hyundai Group, is once again at the forefront of initiating contact with North Korea. Hyundai's chairman, Hyun Jeong-eun, recently had a four-hour lunch with North Korea's leader.

Kim Jong Il was in good form, according to Ms Hyun. "He accepted all our requests," she said. "He told us to tell him everything we wanted so we did." Apart from pledging to allow family reunions and tours of his country (managed by Hyundai), the North Korean leader promised to "energise" the joint inter-Korean industrial park in Kaesong. He also pledged to allow commercial traffic across the heavily fortified border to resume at the levels reached before the latest bout in acrimony between the two Koreas.

Ms Hyun's private visit to North Korea has lent credence to those in Seoul who have been urging renewed diplomatic efforts towards thawing relations. Distrust between the two Koreas had reached a new level after North Korean missile and nuclear tests in April and May. South Korea's president, Lee Myung-bak, has all but stopped political, cultural and family exchanges because of North Korea's nuclear weapons. Mr Lee's government has voted in favour of a UN resolution condemning North Korea's human-rights record and lent strong support to international efforts to impose comprehensive economic sanctions against the regime in Pyongyang.

North Korea has been frosty too. In May it rejected requests by the American special representative for North Korea, Stephen Bosworth, to visit and said it would not return to multilateral negotiations that sought to end its nuclear weapons programme. Kurt Campbell, America's assistant secretary of state for the region, said his country would not be an "ardent suitor" of North Korea. Tensions on the Korean peninsula rose with the sultry summer heat.

Then came the unexpected trip by Bill Clinton, America's former president and husband of the current secretary of state, to Pyongyang at the beginning of August to meet Kim Jong Il. The visit was ostensibly a private one aimed at securing the release of two American journalists held for four months by North Korea since their apprehension on the border between North Korea and China. Mr Clinton had expressed regret that he did not try to normalise relations with North Korea during his last days in office. But Mr Clinton's status as a former American president and his wife's role raised speculation that a diplomatic channel had been opened.

All this would have pleased South Korea's former leader no end. He won the [2000 Nobel Peace Prize](#) for promoting inter-Korean reconciliation, human rights and democracy. Yet his “sunshine policy” toward North Korea is out of favour with the current South Korean government. At his last public engagement in June, Mr Kim defiantly defended his legacy. “There should be continued negotiations and patience” with North Korea, he said from a wheelchair. “Aid and compensation is needed for North Korea to give up its nuclear weapons.”

Some in South Korea view the “sunshine policy” as naive at best and at worst aiding and abetting the North’s nuclear programme. Still, at the time of his death, many South Koreans were echoing those sentiments for renewed dialogue with North Korea, worried that Mr Lee’s approach is inflexible and unimaginative. Although Mr Kim has died, his influence on relations between North and South Korea will persist.

15.1 Kim Dae-jung and North Korea

A glint of sunshine

16 Kim Dae-jung is dead but his policy of engaging North Korea is resurrected

Aug 20th 2009 | *Seoul*

THE mood among mourners is appropriately sombre. But there is an air of triumph among some of Kim Dae-jung's former confidants. The portrait of the late South Korean president, who died on August 18th, aged 85, sits on an altar, surrounded by white chrysanthemums. In it, he wears the hint of a smile. As he might: his widely criticised policy of promoting political and economic exchanges with North Korea may be about to be revived, albeit in limited fashion, by one of its fiercest critics, the current president, Lee Myung-bak. Partly as a consequence, a new sense of tentative optimism is lightening the gloom on the Korean peninsula.

The South's Mr Kim was the foremost proponent of engagement with North Korea as a means to bring lasting peace to the peninsula—what became known as his “sunshine” policy. Mr Lee, however, has been among the many South Koreans deeply sceptical about its perceived benefits. His government has voted in favour of a United Nations resolution condemning North Korea's human-rights record and lent strong support to international efforts to impose comprehensive economic sanctions against the regime in Pyongyang. Mr Lee insists there will be no big dollops of aid until North Korea starts disarming, as it promised under a 2005 deal. Yet he has welcomed news that a delegation from North Korea will attend Mr Kim's funeral.

That delegation appears to be part of a new approach by North Korea's dictator, Kim Jong Il. After provoking the world's wrath and economic sanctions by conducting a nuclear test in May, he is suddenly exuding friendliness. On August 16th he had a four-hour lunch in Pyongyang with a South Korean businesswoman, whom he had met three times previously, Hyun Jeong-eun, of the Hyundai conglomerate. Ms Hyun says he told her delegation to tell him everything they wanted, “So we did.”

Ms Hyun claims to have wrung significant “concessions” from Mr Kim, though, as usual, most will benefit the North more than the South. North Korea will allow some separated families to hold a reunion. It will also allow South Korean tourists back into North Korea. And Mr Kim promised to allow commercial traffic across the border to resume, and to “energise” an industrial park run as a joint venture with South Korea at Kaesong in the North. South Korea is now pressing for official talks.

Kim Jong Il's change of tack followed his release earlier this month of two detained American journalists, during a visit to Pyongyang by Bill Clinton. The mission was supposedly “private”. But Mr Clinton's status as a former American president and his wife's job as secretary of state in the present American administration suggested a diplomatic channel had been opened. Lee Su-hoon, the director of the Institute for Far Eastern Studies at Seoul's Kyungnam University, says Mr Clinton's visit prompted South Korea to re-examine its inflexible stance towards the North. President Lee had sought to exert pressure by shunning most political, business and other contacts.

This would have pleased Kim Dae-jung no end. He was widely praised for his bold initiative to meet his North Korean namesake in June 2000. The historic breakthrough won him the

Nobel Peace Prize that year, although the achievement was sullied by the revelation that his government had in effect bought the summit by making large payments to North Korea. The company at the centre of arranging those payments was Hyundai.

At his last public engagement in June, Kim Dae-jung defiantly defended his legacy. “There should be continued negotiations and patience” with North Korea, he said from a wheelchair. “Aid and compensation is needed for North Korea to give up its nuclear weapons.” Despite Mr Kim’s death, the debate continues about which—aid or renunciation—should come first.

2010

FEVEREIRO

16.1 Green.view

Conflict conservation

17 Biodiversity down the barrel of a gun

Feb 8th 2010

THERE was a time when conservation meant keeping people away from nature. America's system of national parks, a model for similar set-ups around the world, was based on the idea of limiting human presence to passing visits, rather than permanent habitation.

In recent years this way of doing things has come under suspicion. To fence off large areas of parkland is often impractical and can also be immoral—in that it leads to local people being booted out. These days, the consensus among conservationists is to try to manage nature with humans *in situ*. But there are still “involuntary parks”, to borrow a phrase from the writer and futurist Bruce Sterling, that serve to illustrate just how spectacularly well nature can do when humans are removed from the equation.

Some such “parks” are accidents of settlement, or its absence. Nature is preserved in those rare places that people just have not got round to overrunning—for example the Foja Mountains in western New Guinea, an area of rainforest that teems with an astonishingly rich variety of plants and animals. Others are accidents of conflict: places from which people have fled and where the fauna and flora have thrived as a result.

The demilitarised zone (DMZ) between North and South Korea is a good example. Over the past six decades this narrow and dangerous strip of land running 248km (155 miles) across the Korean peninsula has become a *de facto* nature reserve. As agriculture and industrialisation have moved ahead elsewhere, the thousand-square-kilometre DMZ, uninhabited and heavily mined, has been a refuge for two endangered birds: the white-naped and the red-crowned crane. It also contains Asiatic black bears, egrets and, according to some, an extremely rare subspecies of the Siberian tiger. The biggest threat to all this biodiversity is probably peace. There are already calls for the DMZ to be turned into a park in the event of reunification.

The Chagos Islands of the Indian Ocean are a military zone, too. The locals were forcibly removed by the British government, starting in the late 1960s, to make way for an American base on Diego Garcia, the archipelago's main island. The Chagos Islands are thought to be home to some of the world's healthiest coral reefs and the waters around them rank among the most pristine in the world. The Chagos Conservation Trust, a conservation group, would like to set up a reserve. The displaced islanders, however, plan to return one day, and if they do they will want to start fishing and building hotels and even an airport. Only military dominion keeps such activity at bay.

A little to the west of the Chagos, the *Scotsman* recently [reported](#), the sea off Kenya's northern coast currently has a profusion of fish because Somali pirates are keeping out all the big foreign fishing boats. Since the collapse of Somalia's government in 1991, this part of the world has reportedly been plagued by illegal fishing. Now, goes the story, such boats are too afraid to enter the area because of the pirates.

The illegal dumping in the region of barrels of radioactive waste from European hospitals and factories, which has also been reported, has probably been similarly deterred, if it was taking

place. This, though, is unlikely to bother the fish either way. Perhaps the most famous of the Earth's involuntary parks is the evacuated area around Chernobyl, in Ukraine, where the burgeoning wildlife has been little affected by the risks of radiation.

Military conflict and the preparations that surround it are not, in themselves, good for the environment: far from it. Animals big enough to be eaten, or with body parts that can be sold for a profit, are well advised to stay out of war zones. It is depopulation that matters. Armed conflict and its knock-on effects simply happen to be one of the few forces on the planet that can cause quick and thorough depopulation. These areas struggle to survive when peace arrives. The nasty truth is that the likelihood of random and violent death is the cheapest form of conservation yet invented.

MAIO

17.1 Dealing with North Korea

The nightmare scenario

18 Time for North Korea's friends and foes to start preparing for the worst

May 27th 2010 |

DID the warped Machiavellians of Pyongyang miscalculate when they launched the torpedo that blew apart a South Korean warship two months ago? Proof of one of the worst breaches of the armistice that ended the Korean war 57 years ago has roiled waters far beyond the Korean peninsula. Escalating tensions have even helped rattle global financial markets. Thus far, North Korea's reckless belligerence has mostly been met with an impressive show of resolve by South Korea, Japan and America. But North Korea could yet raise the stakes again. Time for all of North Korea's neighbours to start thinking of how they might together deal with some of the unthinkable things they have hitherto tried hard to ignore (see [article](#)).

South Korea has responded vigorously to the results of an international investigation that proved North Korea sank the *Cheonan*, killing 46 sailors. It has slapped on trade sanctions, closed its waters to North Korean ships and resumed a long abandoned propaganda blitz across the border. The measures, designed to squeeze the regime of Kim Jong Il without giving it an excuse to retaliate, demonstrate a welcome coolness and steeliness in South Korea's president, Lee Myung-bak. Shrewdly, he has mostly let the facts themselves call for censure of the Kim regime by the United Nations Security Council. He has the full support of President Barack Obama, who has stood America's military might behind South Korea.

But Mr Kim is no pushover. He has matched South Korea's moves with his own. And there is still a risk that he will follow up with more provocations. This would test South Korea's nerve, not least if there are more financial tremors that jeopardise the country's economic stability. Mr Lee needs to maintain the calm determination he has shown so far. When dealing with extortionists like those in North Korea, it is better in the long run to show strength not weakness.

It is China that has come out of the affair looking pusillanimous. Pressed by Hillary Clinton, America's secretary of state, to chastise North Korea, in public Chinese officials avoided even mentioning the attack on the *Cheonan* and merely called for restraint on all sides (see [article](#)). They presumably fear jeopardising the stability of their renegade ally. But that is not just feeble, it is silly. Letting Mr Kim get away with this outrage will only tempt him to try more.

18.1 What if...

If China cannot have a grown-up discussion with America about something as clear-cut as the attack on the *Cheonan*, how much greater will be the danger of miscommunication in the event of something hitherto unthinkable happening: an outbreak of war, say, a nuclear incident, or the collapse of the regime. Anything that sparked fears of "loose nukes" or a refugee crisis, with American and Chinese troops aiming nervously at each other across North Korean territory, could quickly make the Korean peninsula the most dangerous place on earth. China ignores such risks at its peril.

Of course neither a conflagration nor an end to the regime may be round the corner. Despite a suspected stroke in 2008, Mr Kim has tightened his political grip. His power does not appear to have been shaken even by a disastrous currency reform late last year that further impoverished hard-pressed North Koreans. He has used the *Cheonan* affair to stir up nationalism at home, by thundering about the threat of invasion.

But the Dear Leader is not immortal, and when he dies the succession is likely to be fraught with danger. At that point the neighbouring powers will desperately need to talk to each other through mechanisms that currently barely exist.

Each has had its own reason to look the other way. South Korea is loth to contemplate a breakdown in the north because of the cost of unification, given a disparity in living standards that is far greater than newly united Germany had to cope with. America is distracted by Afghanistan and other hotspots. China is too concerned about maintaining the figleaf of stability on its north-eastern flank to discuss the frailty of the regime. Instead all three countries, along with Japan and Russia, have focused their attention on the denuclearisation of North Korea in six-party talks which Mr Kim has used to squeeze money out of all five in exchange only for broken promises.

But the *Cheonan* must surely change that. For the only predictable thing about the Kim regime is its unpredictability. Planning for the other contingencies that might be in store will be difficult. Done publicly, it could encourage Mr Kim to lash out even more aggressively. But one way or another it needs to involve all five powers with a stake in North Korea's future; no one should feel left out. There are pressing practical issues, such as how to control refugee flows and whose special forces—China's or America's—might secure North Korean nuclear weapons in the event of the regime's collapse. These discussions could lead on to more sensitive ones, such as whether the peninsula should be reunified, or North Korea made into a buffer as a UN protectorate of some sort.

Before any of that can happen, China needs to recognise the dangers of doing nothing. If the *Cheonan* incident helps its leaders do that, the 46 sailors will not have died in vain.

AGOSTO

18.2 South Korea talks of unification

Duty calls

19 Talk in South Korea of a new levy to pay for unification with the North

Aug 19th 2010 | *SEOUL*

LEE MYUNG-BAK, South Korea's president, made an unexpected pronouncement during his Liberation Day speech on August 15th. Catching even members of his own party off-guard, he referred to his 70m compatriots (ie, including 20m or so Koreans in the northern bit of the peninsula), declared that "reunification will happen" and suggested a "unification tax" should be levied on southerners to pay for it.

Such a tax, if it is intended seriously, would be unlikely to amount to much. Speculation over the likely cost of uniting the North with the South (which enjoys an income per head 15 times greater) runs into a trillion dollars or more. The difference in living standards between the two Koreas is much greater, for example, than the gap between East and West Germany at the end of the cold war.

Then there is the fact that nobody sees any sign that reunification is likely in the near future, despite the ill health of North Korea's leader, Kim Jong Il, and suspicions that instability could accompany efforts to install a successor. Indeed, as a possible signal of unease within North Korea, on August 17th one of its military jets crashed in China, as the pilot (who died) was possibly attempting to defect to Russia.

What, therefore, was the South Korean president up to with his speech? A leader of the opposition Democratic Party, Park Jie-won, points out that talk of saving up to pay for reunification implies that the South expects an end to the Pyongyang regime, which the North might consider a hostile attitude. That may be precisely the point. From the start of his tenure, Mr Lee has been readier than his predecessors to put pressure on North Korea. Recently his government announced more joint military exercises with America, following those conducted in response to the sinking, in March, of a South Korean naval ship, the *Cheonan*, almost certainly by a North Korean torpedo.

Mr Lee's domestic opponents are uneasy at his standing up to the North. Rumours abound that Mr Kim may be considering another nuclear test, and North Korea has issued fierce threats over the exercises. Even some in Mr Lee's own party are anxious that he is pushing on with (limited) confrontation, in the belief that previous attempts at softening the North with generosity, known as the "sunshine policy", achieved nothing. Ko Heung-kil, a senior figure within the ruling Grand National Party, says the president should at the least have consulted his fellow leaders before making the startling Independence Day speech.

Yet a separate, mundane, explanation exists for Mr Lee's suggested tax. One opposition group, the Liberty Forward Party, claims that the move is mostly a way to raise funds to plug gaps in the budget that have been caused by general government spending. It may have nothing to do with preparations for unification.

SETEMBRO

19.1 Football and Korean reunification

Dreaming of 2022

20 The South waves sticks and dangles footballs at the North

Sep 2nd 2010 | *Seoul* |

SOUTH KOREANS are unsure precisely how best to respond to the uncertain changes in the regime to the North. A hardline approach to its neighbour has been the official stance ever since the *Cheonan*, a Southern military corvette, was torpedoed in March. Sanctions, a diplomatic freeze and military exercises with the Americans all suggest that the authorities in Seoul are in no mood to back down.

Yet this week, the South Korean Red Cross said that it would send emergency aid, mostly food and medicine, worth \$8.4m to help the North cope with floods. This would be the first aid to flow north since May, but the South's government insists it is merely a temporary humanitarian measure.

It is still harder to know what to make of a more eccentric offer of a sporting olive branch. An ex-foreign minister and diplomat in the South has proposed that the two Koreas should collaborate in a bid to host the football World Cup. Han Sung-joo, who chairs a committee seeking the return of the event to South Korea in 2022, wants the North to host some matches. He denies an official joint approach is in the works, but suggests that four games could be played north of the 38th parallel, perhaps in Pyongyang's cavernous May Day stadium. The North has yet to say if it is keen.

In fact there is little, if any, prospect of South Korea winning a bid for the cup so soon after its joint hosting, with Japan, of the 2002 event. Yet Mr Han insists that Sepp Blatter, the president of FIFA, the world football body, was "very responsive" to the idea of involving the North. Jeong Tae-se, the North's star striker, has also said it would be "beyond our wildest dreams" to see a World Cup match played in North Korea. But that was in May, before his team suffered an inglorious exit from the 2010 cup. Perhaps a similar humiliation for the North Korean team in Pyongyang would suit South Korea's hawkish strategy after all.

20.1 Aid to North Korea

After the storm

21 The old sunshine policy pierces the gloom

Sep 16th 2010 |

THE sinking of the South Korean ship, the *Cheonan*, six months ago ushered in one of the worst periods of relations between the two Koreas for many years. After an international panel concluded that the North had torpedoed the vessel, the South held a flurry of military exercises around the peninsula. Its president, Lee Myung-bak, said he was not afraid of war and upped the ante by talking about a new unification tax to pay for the implied collapse of the North. The North threatened to wipe the South off the map.

Lately, though, glimmers of the old “sunshine policy” of Mr Lee’s predecessors have begun to break through the clouds. The South is sending \$8.5m of aid across the 38th parallel, including 5,000 tonnes of rice and 10,000 tonnes of cement—the first aid shipment since the *Cheonan*’s sinking. In return, North Korea released a fishing vessel it claims had strayed into its territory. The crew of South Koreans and Chinese have returned home.

The aid was sent in response to floods that have devastated areas of the North around Sinuiju, a border town near China. But there are political and diplomatic considerations, too. Southerners may loathe Kim Jong Il’s regime, but do not want the slightest risk of war and have no appetite for punishing their destitute northern kin. Mr Lee’s tough stance contributed to his ruling party’s poor showing in local elections in June and aid helps improve its image. At the same time, China may be exerting greater influence behind the scenes. North Korea is thought to have demanded more than just rice and cement, but settled for less. One explanation for what (for them) is reasonableness is that China’s leaders are managing to push their troublesome stepbrother to behave better.

Reunions between members of divided families will also resume. Since 2000, around 20,000 Koreans have met relatives stranded on the other side of the border after the Korean war ended in 1953. The Red Cross in Seoul notes that whatever the tension between the two states, there is an imperative to allow such visits: those involved are in their 70s or older.

There is even a hint of further warming. The two sides are talking about opening a second industrial park in North Korea, similar to one at Kaesong near the border. With all sides hoping to resume six-party talks aimed at getting North Korea to give up its nuclear weapons, there may be more such moves to come.

DEZEMBRO

21.1 Banyan

Lips, teeth and spitting the dummy

22 Speculation about a change in Chinese policy towards North Korea seems at best premature

Dec 2nd 2010

THE lecherous old lush is still on the cognac, even if there is sadly no news of the Swedish masseuses. That Kim Jong Il, North Korea's dictator, has an abiding proclivity for the bottle has now been attested (at second hand) by a senior member of the Chinese government. But otherwise the American diplomatic cables made public in this week's WikiLeaks deluge confirm little that was not already known about Mr Kim, or China's relations with him. They merely add fuel to the blaze of guesswork and gossip that passes for analysis of China-North Korean relations.

Still, they contain one piece of startling, headline-grabbing conjecture: that China could live with a reunified Korea, controlled by the South. China pays lip service to the idea of Korean unification. In practice it has long seemed ready to put up with almost any misbehaviour by its ally, North Korea, to prevent its collapse and absorption by the American-allied South. Even this year it has refused to condemn the North for the sinking of a South Korean corvette, the *Cheonan*, in March, the revelation in November of an unknown uranium-enrichment facility, and the shelling that month of a South Korean island.

In fact the headline version of China's alleged change of attitude to a takeover by the South distorts the analysis given in February this year by the cable's source, Chun Yung-woo, who has since become South Korea's national-security adviser. Mr Chun is quoted as saying merely that two senior Chinese officials were "ready to face the new reality" that North Korea no longer has much value for China as a buffer state. This view, he argued, had gained ground in China since the North's unneighbourly test of a nuclear bomb near the Chinese border in 2006.

Other Chinese officials also express frustration and embarrassment at the alliance with North Korea. The bomb test itself had already given China reason to worry about its inept sidekick's nuclear dabbling. It has just emerged that a deputy foreign minister, in April last year, compared Mr Kim's behaviour to that of a "spoiled child". His tantrums risk war. South Korea's president, Lee Myung-bak, faces criticism at home for not having retaliated more robustly to last month's shelling.

Then there is the succession. In the 1980s Deng Xiaoping was said to view with distaste the dynastic installation by Kim Il Sung of his callow, hedonistic son as successor. Kim Jong Il's promotion of the tubby, 20-something unknown, Kim Jong Un, is even more grotesque. Some Chinese bloggers rail against the aid wasted propping up this failing family business.

Yet in August China's president, Hu Jintao, abruptly dropped plans to appear at a ceremony in Shenzhen in favour of popping up to north-eastern China to meet the Kims, apparently to give his blessing to the youngster's anointing. And in response to the shelling China has, in a sense, backed North Korea. It has called for an emergency meeting to prepare for a resumption of six-party talks, involving America, Japan and Russia as well as China and the two Koreas. America, Japan and South Korea have balked, arguing that to resume before any concession from North Korea would in effect be to reward its aggression.

There are three possible explanations for China's extraordinary tolerance of the Kims' roguery. One is that it has some sympathy for the North's claim of being the injured party. An international inquiry blaming North Korea did not lay to rest all the conspiracy theories about the sinking of the *Cheonan*. And North Korea had repeatedly threatened dire reprisals if military exercises in disputed waters near its shore involved live firing, as those in November did. (In joint exercises in the same area this week, American and South Korean forces cancelled live-fire artillery drills.) Even so it is hard to dispute that the North Korean response was, in the words of Shen Dingli, a Chinese scholar, "completely excessive, disproportionate and outrageous".

A second explanation is that China's alliance with North Korea—"as close as lips and teeth", as the catchphrase has it—gives the Kims special licence. On a trip to Pyongyang last year Wen Jiabao, China's prime minister, visited the grave of Mao Anying, a son of Mao Zedong, who died fighting as a Chinese "volunteer" in the Korean war of 1950-53.

That also seems limp. China's leaders are not a sentimental lot, and if they cling to an alliance with the North Korean regime it must be because they believe it in China's interests. Which leaves the suggestion that the officials Mr Chun was quoting were either out of line, telling their interlocutor what he wanted to hear or, perhaps, ahead of their time. Mr Chun himself described a generational shift in Chinese attitudes and noted that the Chinese envoy to the six-country talks on North Korea was, contrary to his hopes, not one of the enlightened sophisticates. Rather it was (and still is) Wu Dawei, an older man, whom he called China's "most incompetent official", and the American scribe summed up as "an arrogant, Marx-spouting former Red Guard". The old guard in China still seems to be running Korea policy.

Gumption and bile

Another leaked cable contains an account of a meeting last year between a senior American official and Singapore's "minister mentor", Lee Kuan Yew. He is reported as giving a typically no-nonsense summation of the North Koreans. They are "psychopathic types, with a flabby old chap for a leader who prances around stadiums seeking adulation", though the next leader may not have "the gumption or the bile of his father and grandfather. He may not be prepared to see people die like flies." The cable summarises the minister mentor's view: though China would rather North Korea did not have nukes, it would prefer—even if Japan were also to "go nuclear" in response—a nuclear North Korea to an American presence on its own border.

22.1 A special report on China's place in the world

Friends, or else

23 Living with China's rise will test America's diplomacy as never before

Dec 2nd 2010

IN A recent essay Hugh White, a former Australian security and defence official, describes the following exchange with his American counterparts: "I put this catechism to them: 'Do you think America should treat China as an equal if its power grows equal to America's?' The answer is always no. Then I ask, 'Do you think China will settle for anything less than being treated as equal?' The answer to that is always no, too. Then I ask, 'So how do you expect the US and China to get along?' I usually get a shrug by way of reply."

That shrug is a measure of America's difficulty in designing a China policy. America wants China to be a thriving market for its goods. It also wants China to become an active, responsible power in world affairs. Yet at the same time it feels threatened by China's growing economic, industrial, diplomatic and military might. When America dislikes a position China has taken, it cries foul. This mix of partnership and rivalry is a recipe for confusion.

One way to resolve these tensions would be to put security first. America could aim to block China now before it gets any stronger. America won the cold war by isolating the Soviet economy and stalemating its armed forces. But trying that again would be a bad idea, as Robert Art explains in a recent issue of *Political Science Quarterly*. For one thing, the cost would be astronomical; for another, America might suffer as much as China. The two countries' economies are intertwined and China owns more American government debt than anyone else. In war, nations override such factors out of necessity. If an American president tried to override them in peace out of choice, he would face dissent at home and opprobrium abroad.

23.1 The risks of containment

In any case, a policy of containment risks backfiring, except against an unambiguously hostile China. Unless America could persuade large parts of the world to join in, China would still have access to most markets. A belligerent United States would risk losing the very alliances in Asia that it was seeking to protect. And Joseph Nye, of the Kennedy School at Harvard, has argued that the best way to make an enemy of China is to treat it like one.

America may one day feel it has no choice but to focus on security alone, which is what China fears. By contrast, to focus on economics and forget security makes no sense at all. America has vital interests in Asia. It wants to prevent nuclear proliferation in the Korean peninsula and Japan. It has allies to protect and threats to police. It needs accessible sea lanes and open markets. America is the world's pre-eminent power. It cannot surrender Asia without losing influence everywhere else.

Hence for the past 15 years America has fallen back on a two-track China policy. Barack Obama articulated the first track on his visit to China in November last year. He told the students at Fudan University, in Shanghai: "The United States insists we do not seek to contain China's rise. On the contrary, we welcome China as a strong and prosperous and successful member of the community of nations." This means, as the president later explained

in front of Hu Jintao, his Chinese opposite number, that China's "growing economy is joined by growing responsibilities".

"Engagement" is backed by a second policy, best described as hedging. America must be able to deploy enough force to deter China. Presidents do not articulate this track quite so eagerly, but Admiral Robert Willard, head of Pacific Command, was clear enough in his remarks to Congress earlier this year: "Until...it is determined that China's intent is indeed benign, it is critical that we maintain the readiness of our postured forces; continually reinforce our commitment to our allies and partners in the region; and meet each challenge by the PRC in a professional manner that is consistent with international law."

America faced some straightforward, if terrifying, calculations in its monochromatic relationship with the Soviet Union. By contrast, its technicolour dealings with China are less apocalyptic, but many times more complex—almost unmanageably so.

In principle, the policy's two tracks fit together well. Engagement is designed to reward good behaviour and hedging to deter bad. In practice, however, the hedge risks undermining the engagement. To see why, consider that the existence of two tracks acts as an excuse to leave important issues unresolved in America. China hawks and China doves can all support the policy, because both can continue to think that they will ultimately be proved right.

That is politically handy in Washington, but hardly ideal as a policy. The engagement tends to be run by China specialists in the state department and the hedge tends to be run out of the Pentagon. In theory the policy's two dimensions should be weighted according to whether or not China's behaviour is threatening. With the best will in the world, the departments of state and defence do not always work well together. All too often, a twin-track policy can function as two separate policies.

23.2 Read my lips

That matters because Mr Obama's generous words towards China are not taken at face value there. However sincere, no president's words could be: pledges are broken and presidents come and go. America sends a signal when it redeploys naval forces to the Pacific and its admirals tell Congress that "China's interest in a peaceful and stable environment is difficult to reconcile with [its] evolving military capabilities." Those judgments make good sense for America's security, but they get in the way of the message that the United States welcomes China's rise and has no intention of blocking it.

Hedging is not engagement's only complication. For much of the past 15 years, commerce drew America towards China. Indeed, globalisation became a large part of the engagement story. But now that one in ten Americans is without work, economic policy has taken on a protectionist tinge. If China loses the political backing of America's big-business lobby, which has lately been growing restive at its treatment in China, then the tone in Washington will shift further. Thus commerce could also start to add to Chinese fears that America will ultimately choose to block it.

The second doubt about America's China policy is whether America has fully accepted what engagement asks of it. The policy rests on two notions. First, that China can develop as a

“satisfied power”—one that feels no need to overturn the post-war order created and maintained by America. And second, that if China more or less abides by global norms, America will be able to accommodate its interests. So engagement supposes that China and America can find a stable mix of Chinese adherence and American accommodation.

Does China abide by “global norms”? At one time the common belief was that, as Bill Clinton said, “when it comes to human rights and religious freedom, China remains on the wrong side of history.” Some Western analysts like to issue caveats about devious, far-sighted Chinese strategy. Against this racial stereotype, however, it was America, not China, that founded its policy on the maxim of Sun Tzu that it is best to win without fighting.

Chinese values have changed beyond recognition since Mao’s day, when terror was dismally routine. As Richard McGregor writes in his book, “The Party”, terror is now used sparingly. Hu Jintao’s China works on seduction and bribery rather than suppression. And yet China is still a one-party state and terror remains essential to its survival. When the party needs protecting, it is applied without scruple.

Likewise, in international affairs China no longer backs insurgencies against its neighbours or routinely adopts intransigent positions, seemingly for the sake of it. Yet the West still finds it a difficult partner. American critics such as Gary Schmitt of the American Enterprise Institute in Washington accuse China of a “supermarket approach”: it buys what it must, picks up what it wants and ignores what it does not.

23.3 Hope is not a policy

The hope is that in years to come China will indeed grow to be more democratic and that it will play its part in world affairs. But, says Richard Armitage, deputy secretary of state under George Bush, “hope is not a policy.” Given the problems of Western democracies and China’s economic success and relative stability, says Richard Woolcott, a special envoy for the Australian prime minister, China’s conversion to a multiparty democracy no longer seems quite so inevitable. Just now, the Communist Party looks firmly in control.

Suppose, therefore, that China remains a communist, authoritarian, one-party state with a growing appetite to get its way. Can America accommodate it?

Some American thinkers, like John Ikenberry, of Princeton University, make the argument that America has created a rules-based system that is uniquely able to absorb new members. Institutions like the United Nations, the G20, the Nuclear Non-Proliferation Treaty (NPT) and the World Trade Organisation (WTO) could, in theory at least, operate even without American leadership. According to this picture, America can accept China so long as it fits in with this order.

But the picture is flawed. America has indeed been willing to be bound by rules in ways that 19th-century European powers never were. That is one reason why so many countries have been prepared to live under its sway. However, when America thinks important interests are at stake, it still ignores the rules, just like the next hegemon. In 2005 the bid of the China National Offshore Oil Company to buy America’s Unocal was, in effect, blocked after a public outcry. When America wanted a nuclear deal with India, it rode a coach and horses

through the NPT. It fought in the Balkans in the 1990s and again in Iraq in 2003 without the endorsement of the United Nations. It may yet go to war with Iran on the same basis.

This is not to dispute the merits of each case, though some of those decisions looked foolish even at the time. Rather the point is that superpowers break the rules when they must—and nobody can stop them. Over time that logic will increasingly apply to China too. America must decide whether “accommodating China” means living with this or denying it.

In fact, there are difficulties with judging whether China is a responsible stakeholder. From the Chinese point of view, America always seems to define acceptable international conduct as falling in with its own policy. In the words of Yuan Peng, of the China Institutes of Contemporary International Relations in Beijing, America’s complaint is “not that China says no to global responsibility or denies its role in world affairs, but rather that it declines to say yes to every US request”.

Accommodation is easy when that means letting China do what America wants. But will America let China do things that it does not want? The shadow overhanging America’s engagement policy is that China will not change enough to satisfy America and America will not yield enough to satisfy China. That may sound abstract, but it could at any time become brutally real, either on the Korean Peninsula or across the Taiwan Strait.

23.4 Korean conundrum

Nobody knows whether the North Korean regime will survive, nor what might come after Kim Jong Il and Kim Junior. But imagine for a moment that, on the death of the Dear Leader, North Korea descends into anarchy or lashes out, as it did in the island attack last month that killed South Korean servicemen and civilians. The ensuing crisis would severely test the capacity of China and America to live with each other.

Everyone would be worried about North Korea’s nuclear weapons. America may want to seize them, but China would not like American soldiers on its borders. Nor would China wish America or South Korea to assert control over the North, an ally and a buffer. In the longer run, China may expect to regain the sort of influence over a unified Korea that, as the dominant Asian land power, it has exercised throughout most of history.

This raises a host of questions. Would America trust China to mop up North Korea’s plutonium and enriched uranium? Would China accept the idea that South Korean troops should re-establish order in the North? Would it allow Korean reunification? If that happened, would America contemplate ultimately withdrawing its troops from the peninsula?

Depressingly little thought has been given to these questions. As far as anybody knows, China is not willing even to discuss them with America, because it does not want to betray a lack of confidence in its eccentric ally in the North. Yet, if talking about Korea is awkward now, it will be even more fraught in the teeth of a crisis.

If the two Koreas share the world’s scariest land border, the Taiwan Strait is its scariest sea passage. China’s insistence on reunification is absolute. The story is told of how, a few years back, the editor of a Shanghainese newspaper celebrated a new semiconductor factory in the

city as the biggest in China. Because he had forgotten about Taiwan, he had to offer self-criticism and take a pay cut.

However, rather than beat Taiwan with a stick, China these days spoons it honey instead. Hundreds of flights a month link the mainland to Taipei. The free-trade agreement with Taiwan signed this summer included measures to help Taiwanese farmers, who tend to support the pro-independence Democratic Progressive Party (DPP). China has recently hinted that it might one day be willing to point its missiles away from Taiwan.

For the moment the policy seems to be working. The DPP lost power in 2008. Never mind that its successor, the Kuomintang, is the Chinese Communist Party's old enemy. Under Ma Ying-jeou, Taiwan is being pragmatic. The Taiwanese people appear to want neither to enrage China by seeking independence, nor to want to surrender their democracy to a one-party state.

This is just fine with America. Its arms sales to Taiwan continue, but it could just about live with a single China so long as unification came about peacefully. What it could not abide would be unification by force. Strictly, the Taiwan Relations act of 1979 does not compel America to come to Taiwan's aid. However, barring egregious provocation of China by Taiwan, America would have little choice but to intervene. If America just stood by, it would lose the trust of its allies across the world.

Taiwan remains a flashpoint. Taiwanese democracy could lead to a desire for independence, Chinese nationalism could make reunification more urgent, and America could be afraid of appearing weak. Even now, when the mood is good, the island is a test of Chinese and American restraint. America needs to be clear that it will not be manipulated: Taiwan cannot rashly bid for independence on the assumption that America will protect it. China needs to understand that coercion would destroy its credentials with the rest of the world. America does not expect China to renounce its aims; it does expect China to satisfy them within the system.

Policymakers often sneer at diplomats for their compromises and half-truths. Yet the high calling of diplomacy is to find antidotes to the rivalries that poison geopolitics. Not since the 19th century have they had as great a task as managing the relationship between China and America. In Mr Obama's administration they have a name for this: "strategic reassurance".

KOREA HERALD

2009

JANEIRO

[EDITORIAL] N.K. hostility

2009-01-31 04:36:00

Only days after declaring that it wants to live in peace with all sides and that it is not willing to see tensions emerge on the Korean Peninsula, North Korea did just the opposite yesterday.

On Friday, North Korea unilaterally scrapped all inter-Korean agreements aimed at resolving political and military confrontation between the two countries and declared the Northern Limit Line (NLL), the de facto maritime border on the West Sea, to be null.

The announcement significantly raises tensions on the peninsula, including the possibility of another naval clash on the West Sea. Naval clashes in the area in 1999 and 2002 resulted in several deaths on both sides.

In voiding all previous military agreements, North Korea's Committee for the Peaceful Reunification of Korea which handles inter-Korean affairs, charged that "The group of traitors has already reduced all the agreements reached between the north and south in the past to dead documents." This charge is in reference to the agreements signed in 2000 and 2007 by previous liberal governments which the conservative President Lee Myung-bak has chosen to review. Lee has said that the Basic Agreement that went to effect in 1992 will form the basis of inter-Korean relations.

Pyongyang has said on many occasions that the NLL -- unilaterally drawn by the U.S.-led

U.N. Command at the end of the Korean War -- should be redrawn further south.

In fact, Pyongyang has been gradually stepping up the ante against South Korea. In December, it expelled hundreds of South Koreans from a joint industrial complex in Gaeseong and tightened border controls. Earlier this month, North Korea's military threatened a "confrontational posture" against the South and warned that it would not allow intrusions into the disputed waters in the West Sea.

It is ironic that in declaring all political and military agreements between the South and the North to be null and void, Pyongyang specially cited the 1992 Basic Agreement. "The Agreement on Reconciliation, Non-Aggression, Cooperation and Exchange between the North and the South and the points on the military boundary line in the West Sea stipulated in its appendix will be nullified," North Korea's statement said.

Exactly what other inter-Korean agreements North Korea has chosen to unilaterally declare null is yet unclear. It is also not clear whether North Korea will take actions to heighten military tensions on the peninsula as a follow-up to its rhetoric.

However, the South Korean government should remain alert for any unusual signs as Pyongyang may be issuing statements to justify actions that it may take in the future. Furthermore, while Seoul should not be blackmailed into improving relations with the communist state, a breakthrough must be found to engage Pyongyang.

In these times of economic crisis, it is not in our national interest to have yet another uncertainty in the form of a hostile neighbor issuing threats and raising security risks.

FEVEREIRO

[EDITORIAL] War of words

2009-02-23 04:47:00

The North Korean leadership should realize that its recent provocations will not serve its interests and that a return to the six-party talks and the fulfillment of its obligations under the North Korea denuclearization deal is the only solution for the energy and cash-strapped country.

Tension on the Korean Peninsula has risen to new heights in recent weeks at the discovery of preparations for a launch in the North. Satellite imagery indicates that Pyongyang could be ready to launch a long-range ballistic missile by the end of the month. The missile could be either a prototype Taepodong-2 missile or a Paektusan-2 space launch vehicle, according to Jane's Defense Weekly.

Last Friday, Defense Minister Lee Hang-see told the National Assembly that Seoul would target North Korean launch sites if its ships came under missile attack in the West Sea. The previous day, the North Korean military had announced that it was "fully ready" for a war

with South Korea. In fact, Pyongyang has been staging an increasingly bellicose war of words. It has unilaterally scrapped all agreements with Seoul and has refused to recognize the de facto maritime border on the West Sea.

Also on Friday, visiting U.S. Secretary of State Hillary Clinton warned North Korea to stop its provocations, saying its "war of words" would not help it to establish a new relationship with the United States. North Korea is "not going to get a different relationship with the United States while insulting and refusing dialogue with the Republic of Korea," she said. Clinton's statement should discourage North Koreans from pursuing a policy of forming closer ties with the United States while keeping out the South.

Clinton also said that any missile launch by Pyongyang would be in breach of U.N. resolutions. The remarks are in reference to North Korean assertion that it has the right to conduct a space program, indicating that the missile launch is tied to a space program. In August 1998, Pyongyang fired Taepodong-1 missile which flew past Japan and into the Pacific Ocean. The communist state said that the missile was carrying a satellite.

Clinton observed that North Korean provocations may stem from a succession issue in the North. Indeed, the leadership in Pyongyang may be attempting to consolidate its power through a military provocation of the South, creating internal solidarity as North Koreans unite against an external enemy.

Although the Unification Ministry said that Kim Jong-il was firmly in power in the North, the government must prepare for all eventualities, including succession in the North. As Clinton said, both Washington and Seoul must come up with a strategy that is "effective in influencing the behavior of the North Koreans at a time when the whole leadership situation is somewhat unclear."

On Saturday, North Korea's Committee for the Peaceful Reunification of Korea, which handles inter-Korean relations, said that the North would never recognize the Lee Myung-bak government as its dialogue partner.

The Obama administration has appointed Stephen Bosworth as a special envoy North Korea, thereby demonstrating its desire to engage North Korea in dialogue, both within the six-party framework and bilaterally. Pyongyang, which seeks to normalize relations with the United States, should remember what Clinton said -- that its provocations against the South will not be fruitful.

JUNHO

[EDITORIAL] Yet another suicide

2009-06-09 10:12:00

The suicide last week of an 89-year-old retired Christian pastor who was active in the progressive reunification movement during the 1990s saddens us. Police said Rev. Kang Hui-

nam, the inaugural head of Bomminnyeon, which was outlawed for its pro-North Korean platform, hanged himself at his apartment in Jeonju on Saturday afternoon.

There is no indication that the old leftist activist's death was related to the suicide of former president Roh Moo-hyun two weeks before, although his family said he was often heard deploring the "retreat of democracy" in this country. His suicide note contained the North Korean political term "juche," which means "independent leading force," and called President Lee a murderer, writing his family name in the North Korean style - Li ().

The death of the man added to Korea's already large number of suicides. There are more than 12,000 a year, the world's highest rate. But his advanced age warns that the dismaying trend may be spreading to people of all ages and all kinds of individual situations. We are deeply sorry that his despair from the present political situation grew so big that he could not wait for the natural end of his life.

"Now is the age of the people as `juche.` Look at the people's struggles in the April 19 (1960) and June (1987) events. Only the people can make this country right. Let us oust murderer Li Myung-bak through the people's struggle," Kang's note read. His associates are reported to be planning to honor him in a "social funeral" jointly sponsored by civic groups.

The leftist activists should have a second thought if they are trying to make Kang a martyr for their cause. Everyone knows how different Korea in 2009 is from the dictatorship prior to the student-led revolution in 1960 and the military rule of the 1980s. Holding a serene funeral is an appropriate way of showing respect to the deceased, who seems to have refused to recognize the democratic advancement of our society.

[EDITORIAL] Pyongyang's logic

2009-06-24 11:21:00

North Korean official media outlets these days are providing a laborious logic to justify Pyongyang's demand for exorbitant raises in the wages and rent at the Gaeseong Industrial Complex. They say that the low costs at the industrial park were offered because of the "historic June 15, 2000, North-South Joint Declaration," in which the two Koreas pledged economic cooperation and peaceful efforts for reunification. Now that Seoul has scrapped the agreement, they argue, it should pay the full price.

"It is only natural that the southern authorities who denied (the) June 15 (declaration) should come to a renegotiation on the Gaeseong project," North Korean Central TV commented.

North Korea has asked for a quadruple increase in the salaries of its workers to \$300 a month, and \$500 million in rent for the 1 million pyeong (3.3 square kilometer) plot of land, for which Seoul has already paid \$16 million.

Pyongyang then offers a military reason for the demand for raise. The North's official TV said, "It is inconceivable that the most important land area in a strategic location with a high security value is offered for a long period of time almost for nothing." It sounds as if Pyongyang accepted a big gap in its forward defense system in exchange for money.

This military logic is especially ridiculous because it was the South that did all the cumbersome work - clearing mine fields, building a highway and laying railroad across the Demilitarized Zone - despite considerable objections from the military authorities here, who were worried that they may be used by the North in the event of an invasion. Military intelligence has detected the North`s concentration of artillery and infantry units behind the Gaeseong complex.

The mention of the June 15 declaration indicates the North`s intent: It might reduce the bill if the South Korean government showed greater respect for the inter-Korean agreement signed in summit talks nine years ago. But the North Koreans should know that it was their side that breached every clause in the document by developing nuclear weapons. More than anything, Kim Jong-il failed to make a return visit to Seoul until after a second summit in Pyongyang in 2007.

Whatever justification they may produce, the simple truth is that the North Koreans need more money and they want to negotiate. The South built the Gaeseong complex as a stepping stone toward eventual economic integration of the two Koreas. The North`s clumsy political and military logic does not help resolve the present trouble, only a sincere attitude to secure mutual interests will do.

AGOSTO

[EDITORIAL] Aid to the North

2009-08-05 11:06:00

The government has decided to deliver 3.5 billion won (\$2.87 million) to 10 NGOs engaged in humanitarian aid projects for North Korea. Announcing the release of the money from the Inter-Korean Cooperation Fund on Monday, the Unification Ministry indicated that further aid funds could be provided following the "initial outlay" which is mainly to support underprivileged children and sick people in the North.

The decision meant that Seoul was resuming humanitarian assistance to North Korea, which had been suspended in April in reaction to Pyongyang`s launch of a long-range missile earlier in the month and its second nuclear test on May 25. A senior Unification Ministry official revealed that the government may in the future support the construction of hospitals and agricultural improvements, depending on how inter-Korean relations change in the days ahead.

It is commendable that government authorities did not dwell too long on the shock from the North`s missile and nuclear tests and turned their eyes again on the suffering people in North Korea. Considering Pyongyang`s propaganda campaigns with derogatory and hostile language against the South in recent months, Seoul`s magnanimity is particularly noteworthy. Yet, it will for some time withhold permission for Southerners to travel to the North or the shipment of aid materials, despite many NGOs` requests for an early lifting of the restrictions.

The months-old suspension of humanitarian aid from the South is apparently having significant consequences on the impoverished society in the North. Pyongyang is making

some unusual efforts to change its people`s attitudes toward the South. One example was the official Chosun Central TV`s "South Korea in Crisis" program shown late in July.

It was a meticulous collection of footage from South Korean KBS, MBC, SBS and YTN broadcasts, which portrayed the miserable lives of poor people in the South. Unemployed youths, evictees from redevelopment zones, aged people without support, the homeless, credit defaulters and other sorts of people from the "vulnerable class" were shown with subtitles explaining that "an absolute majority of people in the South are leading extremely miserable lives."

Perhaps the Central TV program was Kim Jong-il`s answer to the North Koreans` growing curiosity about the absence of aid from the South these days. As the Northern authorities detected yearning among their people for aid from the South, they were compelled to circulate the message that "South Korea is not as affluent and comfortable as you might imagine."

This little propaganda ploy could backfire - the supposedly destitute people in South Korean cities still look fairly well fed and are talking to their network interviewers quite freely. One middle-aged woman appearing in a state-run KBS-TV report is heard rattling off complaints about the state and declaring that she wanted to leave this country. The program quite inadvertently showcased the democracy and freedom of the South.

Humanitarian aid is the only channel of reality between the North and the South. It is also our minimum effort to preserve national identity and the expression of earnest wishes for reunification. Last year, the Lee Myung-bak government released more than 10 billion won to 37 NGOs for 40 humanitarian aid projects even though the administration stuck to the principle of no aid to the North without progress in the six-party denuclearization talks. It is urged that Seoul maintain at least the same level of humanitarian aid this year so that the two parts of Korea can retain that caliber of peaceful connection despite political fluctuations.

OUTUBRO

[EDITORIAL] Deficit spending

2009-10-02 10:36:00

The opposition Democratic Party went too far when it warned of a fiscal collapse, which it claimed President Lee Myung-bak`s administration would experience unless it overhauled its budget plans. It says "tax cuts for the rich" and four-river and other big-ticket projects would produce a 200 trillion won deficit during the remainder of Lee`s five-year presidency.

A 200 trillion won deficit is either a hyperbole or ill-informed guesswork. It cannot be based on a meticulous analysis. Still, few would dispute the opposition party`s observation that national debt is rising too fast.

In September last year, the Lee administration said fiscal deficits would total 31.7 trillion won through 2008-12. Now an updated 2009 to 2013 budget plan foresees 142.2 trillion won. The pace at which fiscal deficits are newly projected to increase is nothing short of alarming.

With the nation set to have a 51 trillion won deficit this year, national debt is projected to break through the 400 trillion won mark next year. A deficit of such a scope would be unthinkable were it not for the global financial crisis.

National debt as a percentage of gross domestic product, which stands at 35.6 percent this year, is projected to peak at 37.6 percent in 2011 and go down to 35.9 percent in 2013. Though the fiscal deficit is estimated to come down to a manageable 6.2 trillion won in the final year of the five-year budget plan, national debt will be approaching 500 trillion won in the same year.

The administration, which believes the budget can be balanced in 2013 or in 2014, says not much damage will be done to the nation's fiscal prudence during the five-year budget plan. It says national debt as a percentage of gross domestic product will be manageable.

True, Korea is better positioned than many other member nations of the Organization for Economic Cooperation and Development. The average national debt of OECD member nations as a share of GDP, which lies somewhere between 70 percent and 80 percent, is twice as large as that of Korea according to an estimate by the Korean government.

Still, caution is advised. National debt estimates are based on what many economic experts regard as rosy assumptions. The administration expects the economy will expand a little more than 4 percent next year and 5 percent on average during the 2011-13 period.

But the administration has yet to make a convincing argument in favor of 5 percent growth. That would be a difficult task, given that it was not easy to generate such a level of growth even when economic conditions were much better than now. Moreover, many nations will soon launch exit strategies, potentially dampening the prospects of the world economy. That will spell trouble for Korea, which depends on exports as an engine of growth.

Korea has good reason to keep away from costly populist policies and remain fiscally prudent.

First of all, demographic changes will demand greater spending on welfare. Korea is one of the fastest aging countries in the world. Back in 2005, eight economically productive people supported one senior citizen. The number will be reduced to three in 2030.

Another variable is a sudden change in inter-Korean relations. Reunification with North Korea, should it come in the near future, would prove to be costly. The Lee administration says it is meaningless to discuss reunification until after the North's per capita GDP increases to \$3,000 - a level South Korea reached in 1987.

Given the German case, however, reunification may be forced upon the South, instead of taking place in the way Seoul prefers. As such, South Korea needs to be fiscally prepared for such an unplanned event. There will be little room to maneuver if national debt gets out of control.

NOVEMBRO

[EDITORIAL] Wall and fences

2009-11-09 02:23:00

Today marks the 20th anniversary of the fall of the Berlin Wall. On the news that they were given the right to go out of the country anytime, crowds of East Germans thronged at crossing points to the West in no time. Border guards, overwhelmed by the rushing waves of East Germans, opened them up, even though they had received no such orders.

The opening of the border did not go the way the East German leadership had intended. It had planned to break the news on travel the next day. Instead, it was mistakenly announced on Nov. 9 that the right to travel was effective immediately. It proved to be a death knell for East Germany as a state.

As a result of the fumbling, the task of guarding the border became impossible, inadvertently getting the process of German reunification rolling straight away. It was not just the East Germans but the then Chancellor Helmut Kohl and other West German leaders that were taken off guard.

This is not to say that West Germany had not been preparing for reunification. On the contrary, its preparations date back to the late 1960s when Chancellor Willy Brandt began to implement the Ostpolitik policy - efforts to improve relations with East Germany and other East European communist states.

West Germany signed the Basic Treaty with the East, establishing official relations between the two German states in 1972. It had since been giving a helping hand to East Germany, including 3 billion marks in loans in 1983. All these efforts were undoubtedly preparations for an eventual reunification.

But reunification was not something that West Germany could plan for. If it did, reunification did not go accordingly. Instead, it was forcibly placed in the hands of West Germany without warning.

The fall of the Berlin Wall and the subsequent German reunification should serve as a sobering reminder to South Koreans, who mistakenly believe that any fundamental change in inter-Korean relations will be under their control. Among them is President Lee Myung-bak, who was quoted as saying in September: "Ours will not be like the unplanned East-West German reunification. We are constantly planning on our reunification."

Should North Korea be embroiled in a commotion bordering on implosion, for instance, would the barbed-wire fences north of the Demilitarized Zone be strong enough to fend off onrushing North Koreans? If not, could South Korea manage to send them back at the border for the sake of an orderly reunification?

Such an event cannot be ruled out, given that Kim Jong-il, who has North Korea under his tight control, is in ill health. Just as the fall of the Berlin Wall took the West Germans off guard, so may the collapse of the border fences come as a surprise to the South Koreans.

A key question here is whether or not South Korea is as well prepared for reunification as West Germany was. The answer is a resounding "no."

True, just as West Germany had the Ostpolitik, so did South Korea have its own version, the

Nordpolitik, which former President Roh Tae-woo adopted in 1988 to improve relations with North Korea, the Soviet Union and other communist states. The policy evolved into the late President Kim Dae-jung's "sunshine policy." But the South Korean preparations ended there.

President Lee's policy is to help North Korea increase its per capita gross domestic product to \$3,000 during the next 10 years if it abandons its ambitions to arm itself with nuclear weapons. He apparently believes reunification is unimaginable until then.

But what if the Kim Jong-il regime should collapse now? How should South Korea fund the reunification cost, which researchers say would be astronomical? One estimate puts it at \$1 trillion

DEZEMBRO

[EDITORIAL] Four-way deal

2009-12-15 00:07:00

While the outcome of U.S. special envoy Stephen Bosworth's visit to Pyongyang last week still remains vague, both parties are showing positive stances toward keeping the bilateral process going. Meanwhile, Seoul officials are looking forward, somewhat prematurely, to a four-way deal involving the two Koreas, the United States and China to establish a permanent peace regime on the Korean Peninsula.

More will become clearer when Bosworth returns to Washington after his current round of visits to other parties of the six-way talks for the denuclearization of North Korea. But officials here seem to believe that the U.S. envoy's discussions with North Korea's Kim Gye-gwan and Kang Sok-ju covered the issue of signing a peace treaty to replace the 56-year-old Armistice Agreement and the formula of negotiations to produce it.

A senior government source told the media last week that he was informed the two sides in the Pyongyang talks reached the understanding that the two Koreas, the United States and China will take up the question of a peace treaty when Pyongyang returns to the six-way talks in Beijing, which it has boycotted since April. The source went so far as to reveal that it was North Koreans that proposed the four-party formula, which Bosworth accepted.

We have no way of verifying the information and are only sure that Seoul must be satisfied with the prospect that it will not be cast out of multilateral negotiations on a peace treaty to formally end the Korean War. For decades, North Korea has tried hard to exclude South Korea from its sought-after peace talks with the United States on the grounds that Seoul was not a signatory to the 1953 Armistice Agreement and from its propagandist argument that Seoul is a "puppet" of Washington.

South Korean President Syngman Rhee refused to endorse the armistice as it would prolong the division of Korea. During the Cold War era, Seoul had been wary of a direct peace deal between North Korea and the United States for fear of its likely consequence of affecting the presence of the U.S. forces in the South, despite Washington's treaty commitment to its defense. That sort of obsession has not been cleared even now.

Practically and realistically, a peace regime on the Korean Peninsula is unthinkable without the participation of South Korea. Seoul will have to assume immense economic burden in providing economic and humanitarian aid to the North when the nuclear question has been resolved and a peace treaty is signed whether as part of a "comprehensive package" or a "grand bargain."

Pyongyang strategists have sought to keep Seoul from a U.S.-guaranteed peace regime with its logic of "resolving the North-South problems between ourselves, through independent efforts for reunification." If Pyongyang is willing to enter a four-way process to come to the settlement of peace on the peninsula along with South Korea, the United States and China, it means they are finally seeing the stark reality that unfolded following the changes of government in Seoul and Washington.

A four-party peace parley, if it ever takes place, will have to wait for the reopening of the six-way denuclearization talks. Bosworth asked for "a bit of strategic patience." While waiting, all the parties concerned should not forget that a peace regime on the Korean Peninsula is synonymous with denuclearization, just as it is elsewhere in the world.

2010

FEVEREIRO

[EDITORIAL] Signs of unrest

2010-02-10 11:27:00

North Korea's security police and counterintelligence agencies have issued a rare joint warning of a massive crackdown and retaliation at all forms of "subversive activities" against the communist regime, which they said were rising beyond the danger level.

The special statement, carried by the North's official media, particularly fingered refugees to South Korea as well as the National Intelligence Service, the Unification Ministry and the "ultra-conservative" forces in the South as engineering the anti-North campaign.

"To protect the socialist system and national security against the machinations by all kinds of hostile forces, we will not only use the guns of the revolutionary army but mobilize the entire public security capabilities," said the joint statement by the North's Ministry of People's Security and Ministry of State Security.

It is not hard to conjecture what has prompted the Pyongyang authorities to issue the unusual statement. Anti-communist, conservative groups in the South have continued sending huge balloons to the North containing leaflets condemning Kim Jong-il's repressive rule. Of late, some internet media operated by North Korean refugees have made "first-hand" reports on the current economic difficulties in the North, using clandestine informants there.

Pyongyang's recent series of financial measures, starting from the currency reform in November followed by a ban on market transactions and an abrupt rise in commodity prices,

were accurately and promptly reported by the online newspapers and refugee bloggers, often with video and sound clips. The leaflets, attached with North Korean banknotes, flew deep into inland areas, according to the special statement.

The fact that Pyongyang issued the warning aimed at hostile forces in South Korea and dissident members of North Korean society while Wang Jiarui, external affairs chief of the Chinese Communist Party, was making an important visit to the country well illustrates the seriousness of the North's problems. Numerous North Korean refugees are staying in the Chinese border areas receiving help from ethnic Korean families and anti-North activists from South Korea.

While threatening strong measures against "anti-national attempts by riff-raff groups" seeking to bring down the socialist system, the statement demanded that the South Korean authorities "immediately dissolve all groups and organizations which are engaged in activities that go against national reconciliation and cooperation, peaceful reunification and prosperity."

We can now anticipate tighter surveillance along the Chinese border to intercept refugees. There will be harsher internal control measures to deter the effect of anti-North campaigns on the suffering residents of the country. Worst of all, North Korea might be trying to make direct retaliation against activists and refugees working in China and even those in South Korea. Increased precautions are called for on the part of such activists and the authorities should be on guard against possible attack.

As far as we know, no South Korean government authorities are involved in the leafleting programs or the online dissemination of North Korean news, nor can they exercise direct control on the groups and individuals engaged in such activities. If the North Korean rulers want to stop the "subversive" campaigns, the best and surest way is to feed its residents well and respect their human rights.

The feared North Korean ministries' warning message only demonstrates the current weakness of the North's time-honored internal control system in the face of the prolonged economic difficulties and mounting public discontent with the regime's maladministration.

EDITORIAL] Changing environment

2010-02-19 04:39:00

Earlier this week, Kim Young-nam, North Korea's No. 2 man, reiterated the call to end hostile relations between the North and the United States through dialogue and negotiations at a national meeting of senior party, army and state officials. Kim also said that North Korea wants to improve inter-Korean relations and pave the way for reunification.

The remarks are in line with Pyongyang's recent conciliatory tone toward Seoul and Washington, beginning with the state media's New Year editorial. Analysts believe that the strict enforcement of U.N. sanctions is having an effect, leaving the cash-strapped communist state little choice but to eventually return the denuclearization talks. Pyongyang quit the six-party talks last April to protest the U.N. sanctions.

Despite its more conciliatory tone, North Korea has stood firm on its preconditions for

returning to the aid-for-disarmament talks. It wants bilateral talks with the United States and the lifting of the U.N. sanctions.

MAIO

[Editorial] Fiscal prudence

2010-05-11 14:07:07

At a conference on fiscal policy on Sunday, President Lee Myung-bak drew public attention to the growing budget deficit, promising to curb overspending and return to a balanced budget on schedule. No doubt the threat of another global financial crisis, this time emanating from Europe, was a rude awakening to President Lee, who used to maintain a growth-first policy.

The Lee administration has in the past maintained that Korea has few fiscal problems, with its debt at a manageable amount equal to 33.8 percent of gross domestic product. Indeed, by this measure it is the sixth-lowest among G20 nations.

Nonetheless, the administration has decided to set fiscal prudence as a priority in its economic policy. It is promising that it would not pursue growth blindly. That should not be easy for a president who desired to generate growth at an annual average rate of 7 percent -- one of Lee's main campaign pledges.

Few would question Korea's fiscal soundness. But it does not necessarily mean that Korea is not vulnerable to an outside shock. On the contrary, Korea could have been driven to a default had it not for currency swap accords and other actions taken promptly by the Korean government in the wake of the 2008 financial crisis.

One problem with the South Korean economy is that its debt has grown so fast in recent years -- at an alarming annual average rate of 30 percent. Moreover, spending would continue to balloon if no action were taken to curb it, given the abysmally low birthrate and the fast growing population of aged people. The picture may be even more grim when the astronomical cost of reunification with North Korea is factored in.

The administration will have to start a painful process of prioritizing big-ticket projects and increasing taxes. There are few alternatives available. The earlier the administration takes action, the better it will be.

[Editorial] Moment of truth

2010-05-24 12:08:10

The success of the government's punitive measures against North Korea for the sinking of the Navy patrol craft Cheonan will depend on the support of the United States and China; the former's help is essential militarily, and the latter's is essential diplomatically.

President Lee Myung-bak has declared the government's resolute decision two months after what an international investigation team determined was a North Korean torpedo attack. What is vital now is the people's backing of the comprehensive punitive steps enumerated by the ministers of foreign affairs, defense and unification.

Primarily, the government will take the case to the U.N. Security Council to impose sanctions on Pyongyang for the grave violation of the U.N. Charter. The U.S. will propose a UNSC resolution to condemn the attack and provide punitive steps. The consent of China as one of the five veto power-wielding permanent members is required.

U.S. Secretary of State Hillary Clinton and Treasury Secretary Timothy Geithner opened a two-day security and economic conference with Chinese officials in Beijing on Monday. China has yet to accept the results of the probe, while almost all of the world's other major powers have recognized the investigation's report as authentic. U.S. officials indicate that they are having difficulties in making their Chinese counterparts directly consider the facts.

The credibility of China as a leading power of the world is at stake. Whatever the short-term strategic considerations over its relations with North Korea might be, China should not blind itself to the truth. When North Korea conducted nuclear and missile tests despite its objections, China joined other members to adopt Resolutions 1718 and 1874, which provided serious sanctions. If Beijing opposes a UNSC action against North Korea this time, citing insufficient evidence, it will have to share international criticism with Pyongyang.

Chinese Premier Wen Jiabao is scheduled to visit here later this week for a triangular summit with Lee and Japanese Prime Minister Yukio Hatoyama. The visit will offer a precious opportunity for the South Korean host to explain the outcome of the international investigation as well as the North's history of provocations.

Seoul's own economic punitive measures, including halting all forms of inter-Korean trade, will cause severe hardships to North Koreans, while the resumption of acts of psychological warfare across the 250-kilometer inter-Korean border will further stir the Northern society already shaken by failed economic policies, including the botched currency reform last year.

Military steps will have to be taken in a cautious manner but also in a way that has the greatest impact and will lead the North to realize it made a mistake. Necessary are bolstering the naval defense system along the maritime border, and the allied South Korean and U.S. forces' air and naval display of power to convince the North of what consequences they will meet in the event of another armed attack.

We should show the world that we are stronger, but are restraining ourselves for the sake of peace. With domestic unity and the help of allies, we can turn the misfortune to a blessing, advancing the day of reunification.

JUNHO

[Editorial] After 10 years

2010-06-14 11:55:31

Everyone believes that the sinking of the Navy patrol craft Cheonan late in March in a North Korean torpedo attack turned the clock of inter-Korean relations back to before the South-North summit talks on June 15, 2000. Yet, on the 10th anniversary of the historic summit and joint declaration, it is worth examining what effect the event had on the confrontational situation on the Korean Peninsula and whether direct top-level dialogue would still have any value for the future of the two halves of Korea.

The summit in 2000 between President Kim Dae-jung of the South and the North's Defense Commission Chairman Kim Jong-il had a sequel in October 2007 between President Roh Moo-hyun and Kim Jong-il. Seoul's Lee Myung-bak government was exploring the possibility of a third inter-Korean summit at the time of the Cheonan incident, one of the worst North Korean acts of provocation since the 1953 cease-fire.

Statistics on the economic cooperation and exchanges between the two Koreas over the years following the 2000 summit are impressive: Inter-Korean trade more than quadrupled from \$425 million in 2000 to \$1,797 million in 2007; the number of visitors to the North increased to over 150,000 in 2007, excluding tourists to Mt. Geumgang, from several thousand before the summit; and the output from the Gaeseong Industrial Complex grew from \$14 million in the first year of 2005 to \$256 million last year. Nearly 15,000 members of divided families have had reunions in Seoul, Pyongyang and Mt. Geumgang since 2000.

The liberal school in the sharply divided assessments takes these figures as the indisputably positive outcome of the 2000 South-North summit in Pyongyang. They insist that conservative President Lee's hard-line policies on the North put all progress to a standstill. Some go so far as to ask about the responsibility of the Lee administration for having increased Northerners' belligerence which culminated in their attack on the Southern warship.

When Kim Dae-jung returned to Seoul from the Pyongyang summit, he declared that the danger of another war on the peninsula had disappeared. Only weeks after a tragic naval incident that raised tension on the peninsula to new heights, it is hard to credit the late president for having quashed the possibility of war through his conversations with the North's dictator. Equally, it is not reasonable to chide the present administration for having aggravated the inter-Korean ties on its own.

As we look back on the past 10 years, Pyongyang pursued a uranium enrichment program, which was initially denied but admitted last year, tested plutonium-based atomic devices twice, and repeatedly conducted the test-firing of long- and short-range missiles while multilateral negotiations were underway to end its nuclear ambitions. As regards their impact on the security situation, the joint declarations of the 2000 and 2007 summit talks had little more worth than the first inter-Korean joint communiqué of 1972, in which the two sides pledged independent efforts for reunification rejecting foreign interference.

The 2000 document said the leaders of the two Koreas agreed to resolve the question of reunification "independently and through the joint efforts of the Korean people who are the masters of the country." In 2007, the two sides agreed to achieve unification "on their own initiative and according to the spirit of 'by-the-Korean-people-themselves.'" The later declaration offered ministerial talks to discuss measures to avoid accidental clashes in the West Sea. These actions never materialized, as evidenced by the sinking of the Cheonan.

The naval incident now overshadows any serious review of the previous inter-Korean summit dialogues. But it is not fair to totally deny the practical significance of the summit talks, assessing them as ploys of the two previous presidents to raise their respective political prestige. The claim that Seoul bought only a delay in the North Korean provocations by pouring in cash and materials is a myopic view.

In 2000, North Korea was reeling from the “march in adversities” in the latter part of the 1990s under natural disasters and faulty economic policies. Kim Dae-jung’s economic aid programs following the summit talks increased the dependence of the North’s economy on the South. Positive reviewers assert that the general attitude of the North Korean public has changed from broad antagonism to envy and yearning.

The contrasting arguments over the contribution, or damage, of the 2000 and 2007 summits to the development of inter-Korean relations and eventual reunification must each have some truth. What we need to do at this delicate point of time is try to explore new strategies by closely and correctly examining the positive and negative outcomes of the dialogue at the highest level.

A stalemate is in sight, with Seoul seeking international pressure to have Pyongyang admit its sneak attack, punish the responsible party and promise no recurrence of such provocation while the North is reacting with outright denial of involvement. Tension remains high, but neither side is ready or willing to go to war of any scale. The U.N. Security Council, with a president’s statement at best, cannot provide any effective sanction beyond a verbal condemnation. China’s ambivalence shows the limit of a third-party role.

Under these circumstances, direct dialogue seems a most plausible alternative. The experiences from the previous summit talks, with all their frustrating results, can help steer the process of dialogue to a more productive way. If Seoul approaches with sincerity as the victim of sinister provocation, it can win strong international support. If another summit is held, President Lee should bring all material evidence to the meeting but discussion should move beyond the Cheonan incident to all questions of inter-Korean relations. This is one way of rewarding the sacrifice of the 46 sailors who died in the attack.

OUTUBRO

[Editorial] Pyongyang disaster

2010-10-05 10:43:49

North Korean leader Kim Jong-il has embarked on a dangerous adventure by picking his third son as the successor to his absolute power and we in the South are instantly seeing unwanted fallout from the anachronistic development. The outlook of instability from the dynastic power transfer in the North cuts the creditworthiness of South Korea.

The credit rating agency Standard & Poor’s, for one, said uncertainty surrounding North Korea’s power transition is weighing on South Korea’s sovereign credit rating due to a possible war on the Korean Peninsula and huge unification costs, Yonhap News reported.

“Significant uncertainties remain from a possible succession in the near future in North Korea. We continue to view instability as an important constraint on the creditworthiness of South Korea,” S&P observed in a statement issued on Monday in Singapore. It warned that South Korean fiscal indicators would likely deteriorate severely, if either the scenario of a war or sudden reunification between the two Koreas materializes.

The one-day representatives convention of the ruling Workers’ Party in Pyongyang last week, the second in the entire 62-year history of the DPRK, breached the norms of a modern state by formalizing a third-generation succession of power from Kim Il-sung to Kim Jong-il and now to Kim Jong-un. The 28-year-old grandson of the DPRK founder was made a four-star general of the People’s Army and named a vice chairman of the party’s military committee and a member of the Central Committee.

In 1945, the people of Pyongyang were surprised when Kim Il-sung, then a 33-year-old Soviet army major, was introduced as their new leader at a public rally shortly after the Aug. 15 liberation. Sixty-five years later, it is not hard to imagine how the poor citizens of the North were astounded at the sight of the heavy-set young man they had never seen before in the front row of the thousands of party representatives in the televised scenes of the convention. They were told that this fat individual is going to take the helm of the regime simply because he is a grandson of Kim Il-sung, and a striking lookalike of him.

The North Korean people have exhibited a great deal of endurance and perseverance, being subjected to ruthless regimentation under the rule of the Kim family who first put them into an unwinnable war against the South and then into the fantasy of building a socialist paradise. Since the death of the founding father, they have endured a “march of adversity” for a decade and a half in hunger, duped by the rulers’ chants of becoming the world’s eighth nuclear power.

And now the uncertainty is how longer they would remain docile, suffering subjects of an economically ruined dynasty in the 21st century, which shares power among the small royal family. The alternative scenarios include a coup by disgruntled generals and ultimately a revolution from below. Provoking a war against the South by the rulers feeling threatened by popular discontent cannot be ruled out.

Under whatever outlook, the days of the regime in the North are numbered. And the big question is what will be the final choice of the North Korean people after the collapse of the Kim family rule. Will they accept the Chinese intervention for an eventual protectorate relationship or an outright annexation, a theory of growing likelihood these days, or will they choose to be embraced by the South? While agencies like S&P are thinking of changes in the creditworthiness of this country, we all need to take a further look into the future of the nation and prepare ourselves.

DEZEMBRO

[Editorial] China may not be ready to curb ‘spoiled’ North Korea yet

2010-12-10 16:02:51

For those who keep up with the news, there weren't a whole lot of shocking revelations in last week's release of secrets by WikiLeaks. The latest batch of secret diplomatic cables stolen from U.S. government computers and released to the public through WikiLeaks were interesting, but generally reaffirmed what people had already suspected. The leaks confirmed that Iran has few friends in the international community; even Arab nations seem to support military action to stop Iran from getting an atomic bomb. We also learned that U.S. diplomats believe Vladimir Putin is pulling the strings in Russia, although serving in the technically subordinate position of prime minister. There was the less than earth-shattering news that one member of the British royal family may have put on airs at a meeting, and there was also the unsurprising discovery that some U.S. diplomats view Italian Prime Minister Silvio Berlusconi in an unflattering light.

But there was one interesting revelation from this most recent WikiLeaks release. Beijing officials are alleged to have told a South Korean minister that the mainland Chinese government could support the reunification of the Korean Peninsula under the South Korean flag. All last week newspapers from around the world offered insights into what could be going on, and many ended with the frank assessment that China may simply be losing patience with its erratic ally North Korea. China's vice foreign minister is quoted in one of the released secret cables as having told U.S. officials that Pyongyang is acting like a “spoiled child” to get attention.

While these disclosures are fascinating and help shed light on the very-difficult-to-read relationship between North Korea and the People's Republic of China, one should not assume that the mainland is ready to completely wash its hands of North Korea. One of the biggest connections between these two nations is a shared history of ideology. China has of course moved on, and while the mainland is still no oasis of democracy, China's current ideology has little in common with North Korea's Stalinist totalitarianism. China might be likened to a police state, but North Korea resembles something much closer to a concentration camp. A decades-long relationship of shared anti-Western sentiment, however, may prove more difficult to break than many might assume. China might be willing to accept a unified Korea run by the South, but that doesn't mean the PRC will be rushing towards helping facilitate that outcome. China assists North Korea for many reasons, one of which is undoubtedly to allow the North to continue acting as a thorn in the side of the United States.

Two weeks ago, North Korea upped the ante significantly. The shelling of Yeonpyeong Island was different from other acts of North Korean belligerence such as the shooting of a South Korean tourist, who two years ago stepped into an area considered off-limits, or the sinking of the South Korean naval vessel Cheonan in March of this year — a torpedo attack that killed 46 South Korean sailors. Ownership of Yeonpyeong, unlike some of the surrounding seas, is not disputed — both sides recognize the island, which is home to some 1,300 civilians, as South Korean territory. Launching an artillery attack on Yeonpyeong, a group of islands best known for a spiced crab delicacy called kumouuri, can hardly be classified as another “incident”; it was an act of war.

Even the savviest North Korea watchers are having a difficult time understanding what's going on in this reclusive nation ruled by the Kim dynasty. Some have speculated that the 'Dear Leader' Kim Jong-il is deliberately raising tensions so that Kim Jong-un, his son and chosen successor, can later return to the bargaining table and be hailed as a peacemaker. One of the lessons from information gleaned from WikiLeaks is essentially that we know even less than we thought we did. Much of the information released seems to indicate that China has less influence over North Korea than many initially believed. This is not good news. Many are hoping that China will act to rein in the North. China, however, may not have the pull it once did, meaning the situation could spiral out of control quickly. If even ally China is — at least psychologically — preparing for a reunified Korea led by Seoul, there is the frightening prospect that the leadership of North Korea may decide they have nothing to lose.

(The China Post (Taiwan))

(Asia News Network)

[Editorial] Unification policy

2010-12-30 13:48:04

For more than two decades, the Seoul government has put the emphasis of its North Korea policy on exchanges and cooperation in the hope that engagement would ultimately change and open up the reclusive and belligerent regime in Pyongyang.

But this hope has been betrayed by the North's continued development of missiles and nuclear weapons. This year, it was completely shattered by Pyongyang's repeated attacks against the South. In March, it surreptitiously torpedoed the Navy's Cheonan corvette, killing 46 sailors on board. Last month, it indiscriminately shelled Yeonpyeong Island in the West Sea, killing two civilians and two Marines and destroying many private homes.

The incidents led President Lee Myung-bak to realize that "the North cannot be expected to abandon its military adventurism and nuclear program on its own." Then the government began to seek a major overhaul of its policy toward North Korea. On Wednesday, the Unification Ministry outlined its new North Korea policy to President Lee. Minister Hyun In-taek said the emphasis would shift from engagement to reunification.

More specifically, the ministry will pursue three goals in 2011 — to lead North Korea to change in a "desirable" direction, to establish sound inter-Korean relations and to begin preparations for reunification.

To bring about "genuine" changes in the North, the ministry said it would seek to access and support ordinary North Koreans. This approach is in line with Lee's view that changes are taking place among ordinary people in North Korea.

At a meeting with a group of Korean residents in Malaysia on Dec. 9, Lee said North Korean residents, who had been in the dark about the outside world, now know how the world changes.

“Now they have begun to realize South Korea prospers,” he said, calling this “an important change that nobody can stop.” Based on this and other signs of change in the North, Lee said, “I feel that reunification is drawing near.”

One problem with this approach is that it could be seen as a unification strategy based on absorption of North Korea. Minister Hyun dismissed such an interpretation, saying the South’s unification strategy is “peaceful unification,” not unification through absorption.

But North Korea is highly likely to view the South’s new unification policy as an attempt to destabilize it. The government needs to be prepared for a possible backlash. It also needs to explain its new policy to other countries to prevent them from misunderstanding it as an attempt at regime change or regime collapse.